

# «They Have Many Religious Houses». Instituições Monásticas e Conventuais na Arqueologia de Lisboa

CATARINA PARREIRA\*, MIGUEL MARTINS DE SOUSA\*\*

## 1. Nota Introdutória<sup>1</sup>

Ao retratar a cidade que a acolheu diplomaticamente entre 1662 e 1663, Lady Ann Harrison Fanshawe, esposa do embaixador de Carlos II de Inglaterra em Portugal, indica que Lisboa é uma cidade velha e decadente. Todavia, a memorialista refere igrejas e capelas bem construídas, ornamentadas e limpas, para além de «(...) many religious houses, and bishopricks [sic] of great revenue (...)», onde «(...) religious of both sexes are for the most part very strict» (Fanshawe, 1830 [1676]: 155). Neste sentido, e com base no projeto «LxConventos: da Cidade Sacra à Cidade Laica»<sup>2</sup>, depreende-se que Ann Fanshawe vivenciou um período de enorme florescimento de cenóbios em Lisboa, dado que em 1620 registam-se 40 casas religiosas, número que acresce a 77 em 1705 (Lourenço, Mégre & Silva, 2018, p. 5-7).

É possível, ainda através daquele projeto, referir que, entre 1147 e 1783, foram fundados em Lisboa 88 conventos, mosteiros ou colégios-noviciados. Deste universo, identificámos cerca de 41 casas, relacionadas com 19 ordens religiosas distintas, onde se realizaram intervenções de cariz arqueológico, e maioritariamente associadas a projetos municipais, cujos resultados atraem a comunidade lisboeta desde pelo menos a viragem para o século passado, inclusive quando se trata de testemunhos retratados como «sem valor archaeologico nem architetonico» para o contexto da época, pela sua proximidade cronológica (Azevedo, 1903, p. 314).

A vida monástica e conventual, de fervorosa dedicação religiosa, é uma temática em crescente relevância no panorama arqueológico nacional (Gomes, 2012, p. 38-45), e Lisboa, com um aumento gradual do número de intervenções arqueológicas (Bugalhão, 2016, p. 469), demonstra isso mesmo. Apesar dos hiatos na informação relativamente a este assunto, ocorridos várias vezes devido às distintas dinâmicas e objetivos dos projetos, é imperativo que se analise esta questão de forma a obtermos conhecimentos que, caso contrário, estarão perdidos.

\* Mestre em Arqueologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Avenida de Berna, 26-C, 1069-061 Lisboa. E-mail: catarinaparreira@live.com.pt.

\*\* Mestre em Arqueologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Avenida de Berna, 26-C, 1069-061 Lisboa. E-mail: miguelmsousa1996@gmail.com.

<sup>1</sup> Este estudo começou a ser discutido entre os autores no âmbito do seminário de Arqueologia dos Espaços Conventuais, lecionado pela professora doutora Rosa Varela Gomes, aquando do mestrado de Arqueologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, durante o primeiro semestre de 2018. Texto concluído no final de 2021 e revisto pontualmente no início de 2023.

<sup>2</sup> O projeto de investigação «LxConventos: da Cidade Sacra à Cidade Laica. A extinção das ordens religiosas e as dinâmicas de transformação urbana na Lisboa do século XIX» (PTDC/CPC-HAT/ 4703/2012) foi desenvolvido entre maio de 2013 e novembro de 2015, com financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, e teve como investigadora-principal Raquel Henriques da Silva, do Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Propomo-nos realizar um enquadramento desta temática para, desse modo, darmos a conhecer, nos parâmetros do que se afigura possível de ser verificado, as casas religiosas intervencionadas arqueologicamente em Lisboa, através de pesquisa bibliográfica e em sítios da Internet, com recurso a referências de distintas publicações, portefólios *online* de empresas de arqueologia e, principalmente, através do Portal do Arqueólogo, concluindo as falhas na interpretação de dados deste último. Não obstante, os objetivos principais deste estudo consistem em verificar os resultados científicos das abordagens consultadas, traçando os resultados dos trabalhos, e enquadrar as casas religiosas aferidas no seu respetivo contexto cronológico e social de acordo com os dados arqueológicos disponíveis, mas recorrendo, por «osmose», a documentos históricos, como se sugere em estudos internacionais (McWilliams, 2000, p. 52).

## 2. Conceitos da Arqueologia Monástica e Conventual

Em primeira instância, a arqueologia monástica e conventual corresponde ao conceito empregue em Portugal para designar aquele ramo de especialização arqueológica, o qual, além de não ter critérios metodológicos rigorosamente definidos, apresenta uma elevada dispersão geográfica e cronológica. Este ramo da arqueologia está relacionado com os espaços de implantação de casas religiosas, os membros das suas ordens e os seus quotidianos, denunciados pela cultura material. Assim, abrangendo todo o território nacional e uma cronologia que compreende desde a Alta Idade Média<sup>3</sup> até aos primórdios da Idade Contemporânea — historicamente marcada pela extinção das ordens religiosas regulares, em 1834<sup>4</sup> —, a arqueologia monástica e conventual permite leituras do estilo de vida religioso no que se refere a aspetos sociais, económicos, históricos, geográficos e ideológicos.

É verificável a utilização do conceito de «arqueologia conventual» em detrimento do de «arqueologia monástica» nas publicações nacionais que se empenham na divulgação (Gomes, 2012, p. 38) e estudo académico (Silva, 2015, p. 9) desta disciplina, aglomerando estudos arqueológicos referentes a conventos e mosteiros. Acreditamos que este facto se possa dever ao maior número de estudos arqueológicos em conventos face ao de mosteiros em recintos urbanos, ou a uma influência da generalização do termo «conventual» através de análises arquitetónicas que também referem ambas as casas religiosas, pese embora se dediquem declaradamente a estruturas mendicantes (Marado, 2018) — independentemente de estas justificações não estarem consolidadas.

Por outro lado, estudos procedentes do norte do país empregam a expressão «arqueologia monástica», sendo que estes se referem efetivamente a casas monásticas

<sup>3</sup> Pode recuar-se a investigação arqueológica desta temática até à Alta Idade Média, a partir do «pouco conhecido primeiro monasticismo do período paleo-cristão» (Calado, Pereira & Leite, 2002, p. 8), associado às basílicas paleocristãs disseminadas pelo território português continental, como a Basílica Paleocristã de Troia, que na última década ofereceu novos dados relativos à sua dinâmica estrutural (Pinto et al., 2019), para além da abrangência extracristã por parte das «ordens» de monges guerreiros muçulmanos identificada no Ribã da Arrifana (Gomes & Gomes, 2004; 2007a).

<sup>4</sup> Neste ano são extintos os mosteiros, conventos, colégios, hospícios, recolhimentos e demais estruturas na posse das ordens religiosas regulares masculinas, exceto as referentes à Companhia de Jesus, que foi expulsa de Portugal em 1759. Não obstante, a extinção das casas religiosas femininas é determinada somente em 1862, quando se estabelece que apenas pela morte da última religiosa de cada casa se pode proceder à apropriação dos seus respetivos bens pela Fazenda Nacional.

(Fernandes, 2005, p. 155), em concordância com o maior dinamismo que se verifica nas ações das tutelas do património cultural perante conjuntos monásticos (Calado, Pereira & Leite, 2002). Neste âmbito, somente em língua portuguesa notamos uma variação deste conceito, dado que investigadores de língua inglesa aplicam a expressão *monastic archaeology* (Hedstrom, 2017), sendo interessante referir que Henrique VIII de Inglaterra dissolveu todas as casas religiosas, maioritariamente mosteiros, entre 1536 e 1541. Em França, nação cuja Assembleia Nacional Constituinte de 1789 suprimiu os mosteiros e conventos em 1790, é empregue rigorosa divulgação da «archéologie monastique» relacionada com as imponentes ordens monásticas originárias do referido território (Bully, 2009) e em italiano regista-se *archaeologia monastica* em diversos estudos (Gelichi, 2009). Ao longo deste estudo procurar-se-á, portanto, consolidar os dois conceitos.

Esta variação leva à constatação da divergência entre os conceitos de «convento» e «mosteiro», por vezes devido à parca compreensão das incompatibilidades destes espaços religiosos de acolhimento. A este respeito, no século XVIII, Raphael Bluteau explicita que mosteiro corresponde a «casa de Monges, ou Freiras» (1716, p. M 600) e convento, mais especificamente, consiste na «casa de Religiosos ou Religiosas, Claustres, mas não Monacões» (1712, p. C 517). Em complemento, se mosteiro, do grego μοναστήριον (*monasterion*) — viver só —, representa uma casa consagrada à vida em isolamento de religiosos (monges e monjas) de ordens monásticas e, em parte, canónicas, «convento», do latim *conventu(m)* — ajuntamento/assembleia —, dirige-se à vida em comunidade de religiosos (frades e freiras) de ordens mendicantes.

Por outro lado, ocorrem indicações que atribuem importância ao local de implementação destas estruturas, sendo que os conventos teoricamente implementar-se-iam no interior dos recintos amuralhados das urbes medievais e os mosteiros no exterior. Não obstante, existem inúmeros casos de conventos estruturados em locais isolados e vice-versa, facto que torna este critério falível e de difícil aplicação.

No que concerne às ordens religiosas referidas anteriormente, registam-se várias, sendo as mais marcantes em contexto nacional, no caso das ordens monásticas, a Ordem de São Bento, a de Cister, a de São Paulo Primeiro Eremita e a de São Jerónimo. As ordens de franciscanos, pregadores, carmelitas e trinitários consistem nas maiores ordens mendicantes, enquanto as principais ordens canónicas em Portugal correspondem à Ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, à dos Cónegos Regulares de Santo Antão e à Congregação dos Cónegos Seculares de São João Evangelista.

Importa reter que cada uma destas ordens se organiza, à partida, por uma Regra, que estabelece os princípios da vida religiosa, embora ocorram alterações no decorrer da história que, por vezes, se formalizam e advêm, respetivamente, de reformas internas e concorrências externas. É, pois, de particular relevância a distinção entre as ordens com recurso a bibliografia especializada, como a obra *Ordens Religiosas em Portugal: das origens a Trento. Guia histórico*, dirigida por Bernardo Vasconcelos e Sousa (2016), que, apesar de não abranger a época da extinção das mesmas, permite o relacionamento das particularidades de cada uma com eventuais resultados obtidos a partir da investigação arqueológica, sem olvidar que esta temática, de um modo generalista, «oferece-se em diferentes tempos e em diferentes contextos e conjunturas históricas» (Calado, Pereira & Leite, 2002, p. 7).

### 3. Arqueologia das Casas Religiosas de Lisboa

Ao analisar os conjuntos monásticos, conventuais e colegiais de Lisboa interven-  
cionados e/ou referidos no âmbito da arqueologia, correspondentes a 41 estruturas (Fi-  
gura 1), no que respeita à sua utilização atual é possível, ainda que o número indicado  
se reporte à amostragem do total das casas religiosas, enquadrar 11 das 12 categorias de  
utilização-tipo de edifícios e recintos referidas no Decreto-lei n.º 224/2015<sup>5</sup>.

Neste âmbito, os empreendimentos administrativos de diversas instituições, os com-  
plexos habitacionais (como sedes e, particularmente, apartamentos de luxo), os edifícios  
hoteleiros e de restauração, os espaços museológicos, os espaços educativos (desde uni-  
dades de ensino pré-primário a serviços de ensino superior) e os complexos<sup>6</sup> hospitalares  
e lares de idosos (estes últimos, em grande medida, afetos à Santa Casa da Misericórdia  
de Lisboa) representam os modelos mais comuns de reutilização dos espaços na atuali-  
dade (Tabela 1). Não obstante, podem ainda mencionar-se, em relação à utilização atual  
dos espaços anteriormente ocupados por estruturas de clausura devota, a ocorrência de  
locais de espetáculos, centros comerciais, bibliotecas e arquivos e, inclusive, recintos de-  
volutos e parques de estacionamento, permitindo limites e oportunidades divergentes de  
compreensão do passado.

Ainda que a capital seja considerada a cidade portuguesa com mais casas religiosas  
e, em simultâneo, intervenções arqueológicas, é notória a falta de publicações científicas  
sistemáticas referentes a intervenções arqueológicas nestes espaços em Lisboa, bastando  
para tal comparar estes dados com o número total de casas religiosas apuradas que inte-  
gram trabalhos arqueológicos (Tabela 2), uma vez que distintos procedimentos pautam  
as medidas necessárias ao conhecimento dos espaços e dos indivíduos que os ocuparam.  
Assim, o cenário é, por vezes, desolador, pois fica em falta a divulgação dos resultados,  
ainda que esta seja uma atividade elementar — por outro lado, há que ter em considera-  
ção que quantidade não significa necessariamente qualidade em trabalhos que recorre-  
ntemente apresentam inúmeros elementos de estudo.

Dos tipos de intervenção arqueológica identificados no Portal do Arqueólogo e em  
portefólios de diferentes empresas de arqueologia<sup>7</sup>, as escavações surgem em maior nú-  
mero, com 46 casos, as sondagens com 26 e os acompanhamentos com 18, para além de  
casos pontuais de levantamentos, estudos de espólio<sup>8</sup> e prospeções geofísicas. No en-  
tanto, a leitura do grande número de trabalhos arqueológicos do tipo escavação

<sup>5</sup> Este decreto refere-se à primeira alteração do Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro, que consagra o regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios, servindo de base à formulação da utilização-tipo de edifícios e recintos pela Autoridade Nacional de Proteção Civil, entre outras entidades.

<sup>6</sup> Segundo a Lista de Operações Aprovadas do acordo Portugal 2020, divulga-se na Tabela 1 os investimentos em conventos na cidade de Lisboa, nomeadamente da obra de construção, adaptação e remodelação da ala nascente do Convento do Desagravo, situado no Campo de Santa Clara, na freguesia de São Vicente, em Lisboa, para instalação de uma Unidade de Creche, cuja obra completa o processo de reabilitação do edifício do conjunto do convento, onde já funcionam os equipamentos da Escola Básica e do Jardim de Infância de Santa Clara, pertencentes ao Agrupamento de Escolas de Gil Vicente.

<sup>7</sup> Nomeadamente, a ArqueoHoje — Conservação e Restauro do Património Monumental, Lda., a ArqueoScallabis, Lda., a Artur Fontinha — Arqueologia, Unipessoal, Lda. (ou AFA — Arqueologia, Conservação e Restauro, Lda.), a Emérita — Empresa Portuguesa de Arqueologia, Unipessoal, Lda., a Empatia — Arqueologia, Conservação e Restauro, Lda., a ERA — Arqueologia, S. A., e a Neoépica, Lda.

<sup>8</sup> Sabemos terem ocorrido necessariamente mais estudos de espólio, o mesmo acontecendo com os restantes procedimentos, mas estes não surgem referenciados no Portal do Arqueólogo, para além de uma ocorrência em relação ao Mosteiro de São Vicente de Fora.



Fig. 1 — Dispersão das casas religiosas apuradas.

apresenta-se em discordância com a realidade, pois a maioria destas ocorreram numa única casa monástica, o Mosteiro de São Vicente de Fora, com um total de 24 escavações registadas, demonstrando-se assim uma das fragilidades principais desta análise.

Não obstante, na realidade, o elevado número de escavações prende-se também com a grande dimensão dos projetos associados às intervenções, dado que estas conjugam o acompanhamento arqueológico com a realização de sondagens de diagnóstico. Pela mesma dimensão referida, afigura-se evidente que o número de sondagens se sobrepõe ao número de acompanhamentos, identificando-se ainda números singulares de outros tipos de trabalhos e seis indeterminados, devido ao detalhe heterogéneo de algumas fontes aferidas, em particular os portefólios de empresas que atuam na área de salvaguarda arqueológica em casas religiosas de Lisboa, por vezes apresentando projetos (ainda) sem associação a processos aferidos no Portal do Arqueólogo.

Os estudos desenvolvidos pelas empresas associam-se ainda, em grande medida, com os tipos de trabalhos que uma cidade como Lisboa permite, uma vez que a expansão do núcleo urbano e o aumento dos aglomerados populacionais levaram a que muitos destes fossem ocupados sem que houvesse qualquer tipo de intervenção arqueológica no passado. Por outro lado, a legislação em vigor<sup>9</sup> assegura que, consoante a classificação e zona de implementação de determinada estrutura, quando se pretende alterar a sua fisio-

<sup>9</sup> Regulamento de Trabalhos Arqueológicos, em vigor desde 11 de novembro de 2014 — Decreto-lei n.º 164/2014, de 4 de novembro.

nomia ou o tipo de utilidade, afetando-se o subsolo ou o edificado *per si* em determinadas situações, torna-se necessária a realização de trabalhos arqueológicos, ainda que numa ótica que procura comprometer ao mínimo os vestígios arqueológicos existentes, atribuindo primazia à não inviabilização do projeto de construção, demolição ou reabilitação que se pretende implementar.

Assim, atualmente, as intervenções arqueológicas em estruturas monásticas e conventuais de Lisboa surgem recorrentemente em espaços à partida devolutos ou naqueles cujas funções foram transferidas para novos equipamentos e nos quais, aplicando-se investimentos maioritariamente privados, se pretende obter uma remodelação integral das instalações, ao contrário do que, em grande medida, se verificou aquando da extinção das ordens religiosas. Todavia, a investigação arqueológica referente a estes espaços e às suas materialidades apresenta, como no âmbito nacional, casos de estudo notáveis, cuja importância não é indiferente desde o final do século XIX, período em que vários objetos de cronologia moderna são doados ao atual Museu Nacional de Arqueologia aquando da demolição do Convento de Santana<sup>10</sup>, também denominado Santa Ana ou Sant'Anna, embora estes apenas tenham sido parcialmente estudados a partir da última década do século passado, devido ao interesse das designadas «cerâmicas pedradas» (Sardinha, 1990/1992, p. 491-501; Etchevarne & Sardinha, 2007, p. 347, 357-359).

A propósito do Convento de Santana (CNS 19397), embora com relatório pendente por vicissitudes várias, este é um dos complexos conventuais cujo labor arqueológico, desenvolvido *in situ* nos períodos de 2002-2003 e 2009-2010, possibilitou uma maior divulgação das materialidades associadas à arqueologia monástica e conventual (Gomes & Gomes, 2007b; Gomes, 2012, p. 39-43). Neste sentido, os trabalhos dirigidos por Mário Varela Gomes e Rosa Varela Gomes e com labor de vários alunos de Arqueologia da Universidade Nova de Lisboa permitiram a identificação «de alicerces das antigas edificações conventuais, uma cisterna, três poços, restos de aqueduto, necrópole (34 sepulturas e seis ossários) e de 11 fossas de detritos, tendo-se exumado milhares de artefactos, ou os seus fragmentos» (Gomes, Gomes & Gonçalves, 2017, p. 85).

Neste sentido, foi divulgado o estudo integral da fossa 7 (Gomes et. al., 2013), com objetos de porcelana (Gomes, Gomes & Casimiro, 2015), faiança portuguesa (Gomes, Gomes & Casimiro, 2016), objetos de matéria dura de origem animal (Gomes, Gomes & Gonçalves, 2017) e conjuntos azulejares (Almeida, Gomes & Gomes, 2018), sem esgotar os elementos arqueológicos que continuam a estimular estudos e trabalhos de gabinete no laboratório do Instituto de Arqueologia e Paleociências, por parte de estudantes de Arqueologia da Universidade Nova de Lisboa, como ocorreu com os dois signatários no decorrer do seu percurso académico.

Não obstante, Irisalva Moita é a primeira investigadora a apresentar dados que se podem relacionar com os moldes atuais da arqueologia, a partir da escavação decorrida entre 22 de agosto e 24 de setembro de 1960 na área do Hospital Real de Todos-os-Santos (CNS 1925). Esta apresenta aspetos do Convento de São Domingos, situado a norte do

<sup>10</sup> É também neste âmbito que surgem referidas casas religiosas em que não foi possível apurar a ocorrência de intervenções arqueológicas embora constem do Portal do Arqueólogo, nomeadamente o Mosteiro de São Félix de Chelas (CNS 6096), com elementos arquitetónicos depositados no Museu Arqueológico do Carmo desde o final do século XIX (Sucena, 2006/2007, p. 172), e o Convento da Encarnação, que parece corresponder ao local de proveniência de achado isolado de moedas romanas (CNS 6433).

mencionado hospital, referindo-se à identificação da Ermida da Senhora do Amparo, que se localizava entre os dormitórios do convento e o Hospital Real, do Cano Real de São Domingos e de objetos em faiança com a inscrição «S. D.», «provenientes da ala norte da Praça da Figueira, portanto a zona do Hospital que confinava com o Convento de São Domingos» (Moita, 1964, p. 97).

Em complemento, entre 1999 e 2000, Rodrigo Banha da Silva volta a intervir na área do Hospital Real de Todos-os-Santos, instalado «no espaço das Hortas do vizinho Convento de São Domingos» (Silva & Leite, 2015, p. 49), tendo recentemente efetuado uma comunicação relativa aos poços medievais do espaço referido (Silva et. al., 2019). Por sua vez, no decorrer do ano de 2016, trabalhos arqueológicos da responsabilidade de arqueólogos da Era — Arqueologia S. A. incidiram sobre a área do antigo claustro do convento e edifícios anexos à atual Igreja de São Domingos, como mais recentemente tem vindo a ocorrer com colegas da Neoépica, Lda.

Ainda prévios aos estudos do Convento de Santana, surgem trabalhos de Fernando Eduardo Rodrigues Ferreira, que foi responsável pelos primeiros planos arqueológicos nas ruínas do Convento de São Cornélio (CNS 12767), no Convento do Santíssimo Rei Salvador (CNS 35359) — que em 2014 voltou a ser alvo de intervenção, que permitiu a integração de um poço de época moderna no projeto de transformação em espaço hoteleiro (Bugalhão, 2016, p. 470) — e na Igreja do Convento de Santa Maria do Carmo (CNS 3996 e 16492), sede da Associação dos Arqueólogos Portugueses — cuja área envolvente também voltou a ser alvo de intervenção (Marques & Bastos, 2013) e que resultou, inclusive, num relatório de estágio de mestrado em Arqueologia com aspetos relevantes para a compreensão da atuação das empresas de arqueologia *in situ* (Pinheiro, 2015). Não obstante, o maior contributo de F. E. Rodrigues Ferreira, no âmbito presentemente proposto, corresponde aos estudos associados ao Mosteiro de São Vicente de Fora (CNS 1453).

Em relação a este último, F. E. Rodrigues Ferreira e a sua equipa de colaboradores desenvolveram «um trabalho de pesquisa que dura desde 1961» (Cunha & Ferreira, 1998, p. 9). Ainda que o intervalo de tempo entre 1961 e a divulgação dos resultados da escavação no ossário do mosteiro (Ferreira, 1983) seja considerável, esta consiste numa das primeiras publicações que divulga materialidades oriundas de um conjunto monástico de Lisboa, como, a título de exemplo, faianças com decoração alusiva à instituição monástica (tipologicamente idênticas às identificadas no Hospital Real de Todos-os-Santos) e cachimbos de caulino, embora pertinentemente indique com mais detalhe questões sobre as preexistências do espaço, apontadas até ao século V (Ferreira, 1983, p. 36). É ainda de referir que ulteriormente, após o falecimento do investigador em 2014, surgiram publicações e trabalhos académicos referentes a conjuntos de materiais, como o estudo integral das faianças (Ferreira, Machado & Pires, 2016) e de espólio relacionado com a botica monástica (Sousa, 2020, p. 94-104), os quais complementam a publicação de Rodrigues Ferreira relativa ao mesmo espaço (Ferreira, 1994), inserida numa compreensão do conjunto monástico posterior à reforma arquitetónica decorrida entre os séculos XVI e XVIII (Ferreira, 1985).

Além de F. E. Rodrigues Ferreira, também Maria de Magalhães Ramalho tem participado, desde o final do século passado, num conjunto de intervenções arqueológicas

relacionadas com casas religiosas de Lisboa (Ramalho, 2016). Neste âmbito, podem mencionar-se os trabalhos desenvolvidos no Convento de São Francisco da Cidade (CNS 16837; Amaro, Ramalho & Lourenço, 1995). Neste convento, o estudo das cerâmicas vidradas, porcelanas e faianças oriundas de uma antiga cisterna originou uma dissertação de mestrado em Arqueologia (Torres, 2011).

No Mosteiro de Santa Maria de Belém (CNS 17504), a escavação arqueológica levada a cabo por esta investigadora permitiu reconhecer a configuração do claustro anterior à reforma do século XIX (Ramalho, 2004).

Por sua vez, no Convento do Santíssimo Sacramento (CNS 37359; Neoépica, 2015; AFA, 2018), o estudo de Maria Magalhães Ramalho permitiu trabalho singular ligado à temática da arqueologia da arquitetura (Ramalho, 2011), uma das suas áreas de especialização, que desenvolve, aliás, a leitura de várias das divisões do conjunto conventual, ainda que não se refira a materialidades (Ramalho, 2016, p. 128-137). Na Casa Professa de São Roque (CNS 30349), os trabalhos interdisciplinares tornaram evidentes elementos e patologias associadas a enterramentos da principal instituição dos jesuítas em Portugal (Ramalho, 2016, p. 123-126) e, no Convento do Espírito Santo da Pedreira (CNS 15907 e 37859), sensivelmente na área dos Armazéns do Chiado, entre outros testemunhos, registou-se um caso paradigmático de intenção do reaproveitamento de uma arcaria em excelente estado de conservação, proveniente e alusiva ao complexo conventual atualmente desaparecido, no projeto arquitetónico em curso (Ramalho & Viegas, 1994, p. 246-247), que, independentemente do seu interesse evidente para preservar a memória do espaço, «nunca aconteceu» (Ramalho, 2016, p. 128, n. 8).

Repare-se que muitas das casas religiosas mencionadas apresentam necrópoles associadas, facto que revela a necessidade de trabalhos especializados no âmbito da antropologia biológica, como se verificou no claustro do extinto Convento de Jesus, atual Academia das Ciências de Lisboa (CNS 6693 e 37948), onde análises científicas permitiram resultados inéditos relativos ao impacto da catástrofe natural de 1755 (Cardoso, 2008; 2017). Não é, pois, de admirar que muitas das publicações aferidas relacionadas com ações de salvaguarda de empresas de arqueologia em conjuntos religiosos se associem com esta área científica, nomeadamente no Convento da Boa-Hora de Lisboa (CNS 36037; Simão et al., 2017; ERA, 2016b) e no Convento de Santa Joana (CNS 36041; Almeida et al., 2018; Arqueohoje, 2016; 2017).

Todavia, grande parte das intervenções desenvolvidas devido à ação da recorrentemente denominada «arqueologia empresarial» não confere divulgação dos resultados aferidos. Em contrapartida, a partir dos trabalhos arqueológicos realizados no Convento da Graça (CNS 36817), os quais despontaram uma comunicação efetuada a propósito da iniciativa camarária «Arqueologia no Bairro» e partilhas fotográficas a partir das redes sociais da empresa AFA — Arqueologia, Conservação e Restauro, Lda. (AFA, 2016), verificamos presentemente o contrário da má conduta. Neste sentido, várias empresas, em particular aquelas que dispõem de capacidade para tal, têm de certo modo contornado a ausência de fundos destinados ao estudo e divulgação dos sítios arqueológicos, apostando nas partilhas digitais em redes sociais como o Facebook e o Instagram.

Ainda sem qualquer tipo de publicação aferida, mas com indicação no Portal do Arqueólogo e em portefólios de empresas, surgem os conventos de Santo Elói

(CNS 16609; ERA, 2016a), da Porciúncula (CNS 30572; ERA, s. d. a), de Corpus Christi (CNS 33581; Empatia, s. d.), de São João Evangelista de Xabregas ou do Beato (CNS 33836), da Santíssima Trindade (CNS 35205; ERA, 2014b) e de São Pedro de Alcântara (CNS 37503; Emérita, 2014), bem como o Colégio de Santo Antão-o-Velho (CNS 37631; ERA, 2004).

Além destas há ainda casas religiosas que somente surgem no Portal do Arqueólogo, particularmente o Mosteiro da Nazaré (CNS 11444), o Mosteiro do Santíssimo Sacramento (CNS 15641, 22255 e 37948), o Convento da Luz (CNS 31367), o Convento de Santa Mónica (CNS 32917), o Seminário de São Patrício (CNS 34675), o Convento dos Remédios (CNS 35085), o Convento de São Camilo de Lélis (CNS 35992), o Convento das Portas do Céu (CNS 36684) e o Colégio de São Francisco Xavier (CNS 37337); e, em contraposição, aquelas que apenas surgem em portefólios de empresas, como o Convento da Esperança (ERA, 2017), o Convento de Santos-o-Novo (ERA, 2007a), o Convento da Soledade (Neoépica, 2006), o Convento de Santo António da Convalescença (ArqueoScallabis, s. d.) e o Convento do Desagravo (ERA, 2014a).

Termina assim a enumeração das casas religiosas intervencionadas ao nível arqueológico em Lisboa, constatando-se que esta listagem se encontra em crescimento constante e, por conseguinte, numa atualização contínua. Não obstante, como possivelmente acontece com os restantes sítios associados às ações desenvolvidas pela arqueologia empresarial, não se afigura prioritário, para já, o seu estudo e divulgação integral, enquanto não houver legislação concreta que promova estes estudos junto daqueles que, de facto, permitiram os possíveis resultados, quase remetendo a investigação dos contextos arqueológicos para uma questão de conveniência entre várias partes.

## 4. Conclusão

O projeto «LxConventos» conseguiu, tendo alcançado os seus objetivos, traçar as linhas de desenvolvimento urbano da cidade e de implantação das casas religiosas, as quais se revelaram uma importante fonte de pesquisa no que toca ao que possivelmente foi implementado como limite de cada casa religiosa, numa evolução à escala da cidade entre 1551 e 1833 (Lourenço, Mégre & Silva, 2018, p. 1).

Desse modo, afigura-se evidente a influência que as casas religiosas tiveram nos processos de desenvolvimento do aglomerado urbano da cidade de Lisboa. A fixação destas casas em locais periféricos, numa primeira fase, tornou esses locais polos atrativos. A implantação que se estende para fora das muralhas da capital permite a existência de cercas de média e grande dimensão, que condicionaram e direcionaram o seu desenvolvimento urbanístico.

A «cidade seguiu-as», proliferando pelo hábito de aforar ou aprazar terrenos agrícolas, tornando os núcleos em torno dos conventos em contínuos urbanos que evoluem até final de setecentos (Lourenço, Mégre & Silva, 2018, p. 6). O espaço físico da cidade ingressa numa transformação constante, «acompanhando as rápidas mudanças a que assistimos no espaço social» (Matela, 2009, p. 7). Os mosteiros e conventos fazem parte da história ativa da cidade, neste sentido ofereciam serviços à população civil funcionando

como escolas, hospitais, lugares de culto ou peregrinação, catalisando e gerando a intriga política e a intervenção senhorial.

A divulgação de estudos sobre a cultura material e arquitetónica originados pelas intervenções arqueológicas, interligando-as com os resultados obtidos no projeto «LxConventos», poderá permitir a constituição de um modelo diacrónico que desvende as práticas do diverso e complexo quotidiano social, cultural e religioso destas comunidades, vislumbrando as suas ideologias. Não obstante, este ramo da arqueologia permanece pouco teorizado, ainda que tenha rompido com vários aspetos relacionados com o paradigma arqueológico histórico-cultural (Gomes, Gomes & Casimiro, 2015, p. 94).

Constatou-se que a arqueologia monástica e conventual é, nos casos aferidos, concebida como um projeto de salvamento ou resgate imbuído pelas obras de melhoramento, em igrejas ou edifícios em abandono, que normalmente se convertem em espaços de uso secular. É, no entanto, relevante mencionar que apesar de todas as adversidades, com o passar dos anos, se demonstrou a promoção da pesquisa por questões que se baseavam nos pontos fortes da arqueologia como uma fonte histórica e, em simultâneo, científica. Numa primeira fase (cerca de 1970-95), a investigação arqueológica passava apenas pela resolução de questões históricas, económicas e tecnológicas dos edifícios que suportavam estas vivências religiosas e principalmente as suas preexistências. O surgimento de novos modelos teóricos (1995-atualmente) permitiu introduzir perspetivas de espaço, individualidade, personificação e hibridismo, atribuindo ênfase ao estudo arqueológico das mudanças e complexidade das paisagens que rodeiam estes locais.

Por sua vez, as casas religiosas são também percecionadas como entidades autossuficientes, que apresentam um papel ativo na inovação tecnológica e agrícola, tal como nas práticas litúrgicas. A sua magnificência inovativa é especialmente comprovada e reconstruída por meio da arqueologia, podendo as escavações revelar aspetos que nunca chegaram a ser documentados, apresentando um olhar único sobre as tradições da esfera privada, tal como sobre a evolução das vivências nestes espaços.

Ainda assim, o que se apresenta neste artigo está longe de ser um trabalho exaustivo de documentação das evidências arqueológicas divulgadas, tratando-se, somente, da síntese de uma amostragem realizada com os meios disponíveis a, então, dois estudantes do primeiro ano de mestrado em Arqueologia. Pretendeu-se revelar o estado da questão, aglutinando distintos meios que se têm divulgado e alertar para a importância do desenvolvimento teórico e prático desta especialização arqueológica, sempre correlacionada com a investigação histórica que se encontra desenvolvida sobre cada uma destas casas e ordens religiosas. É, pois, de ter em consideração as reduzidas referências em muitos dos casos, verificando-se apenas a existência de relatórios apresentados às sucessivas tutelas, quando estes se revelam disponíveis, e que, na maioria das vezes, exibem resultados parcamamente detalhados em virtude das exigências e condições dos trabalhos que se desenvolvem em crescente número na cidade de Lisboa.

Por fim, persiste ainda a referida falta de recursos humanos e financeiros para a divulgação dos trabalhos arqueológicos, os quais devem ter início na pesquisa prévia sobre o local de intervenção e terminar na divulgação dos mesmos, coadunados com os prazos de obras a cumprir. Os dados analisados demonstram-no, pois a investigação deste tema associa-se recorrentemente com a publicação de artigos que sucedem na sua maioria de

trabalhos académicos, ou por impulso de congressos e encontros científicos. Revela-se a necessidade de mencionar, neste âmbito, o impulso camarário, dado através do Centro de Arqueologia de Lisboa, na divulgação de trabalhos arqueológicos a partir das sessões de «Arqueologia no Bairro», que permitem, em visitas a escavações arqueológicas, o contacto direto entre arqueólogos e público não especializado (Bugalhão, 2016, p. 469) e as direcionadas ao público especializado, como a organização de eventos de divulgação científica, nomeadamente os Encontros de Arqueologia de Lisboa e os Fragmentos de Arqueologia de Lisboa. Para além de a nível nacional surgirem, por exemplo, ações desenvolvidas pela Associação dos Arqueólogos Portugueses, como o congresso trienal da associação e a *Festa da Arqueologia* — a qual proporciona, aliás, a união da arqueologia de vários espaços nacionais com a sociedade num sítio ligado a um complexo conventual.

| Casa religiosa<br>(CNS associado)                     | Fundação e ordem<br>religiosa<br>(masculina ou<br>feminina)                                   | Tipo de espaço<br>monástico, conventual<br>ou colegial |   |   | Espaço de culto<br>religioso (igreja) |   |   | Classificação/tipo de<br>utilização (seg. decreto-lei<br>n.º 224/2015) e afetação<br>atual do espaço                                                                                                                     |
|-------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------|---|---|---------------------------------------|---|---|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                                       |                                                                                               | E                                                      | V | I | E                                     | V | I |                                                                                                                                                                                                                          |
| Mosteiro de<br>São Vicente de Fora<br>(1453)          | 1147<br>Ordem dos Cónegos<br>Regrantes de Santo<br>Agostinho (M)                              | x                                                      |   |   | x                                     |   |   | Monumento Nacional — Igreja;<br>Imóvel de Interesse Público —<br>Mosteiro/Tipo III Administrativos<br>— Sede do Patriarcado de<br>Lisboa; Tipo X Museus e galerias<br>de arte — Museu do Patriarcado                     |
| Mosteiro de<br>São Félix de Chelas<br>(6096)          | 1192<br>Ordem dos Cónegos<br>Regrantes de Santo<br>Agostinho (F); Ordem dos<br>Pregadores (F) | x                                                      |   |   | x                                     |   |   | Monumento Nacional — Portal<br>manuelino e galilé da Igreja/<br>Tipo XI Bibliotecas e arquivos —<br>Arquivo Geral do Exército                                                                                            |
| Convento de<br>Nossa Senhora da Graça<br>(36817)      | 1217<br>Ordem dos Eremitas de<br>Santo Agostinho (M)                                          | x                                                      |   |   | x                                     |   |   | Monumento Nacional/Tipo VII<br>Hoteleiros e restauração —<br>Grupo Sana, <i>em execução</i>                                                                                                                              |
| Convento de<br>São Francisco da Cidade<br>(16837)     | 1217<br>Ordem dos Frades Menores<br>(M)                                                       |                                                        | x |   |                                       |   | x | Imóvel de Interesse<br>Público/Vestígios (Tipo IV<br>Escolares — Faculdade de Belas-<br>-Artes da Universidade de<br>Lisboa; Tipo X Museus e galerias<br>de arte — Museu Nacional de<br>Arte Contemporânea do<br>Chiado) |
| Convento da<br>Santíssima Trindade<br>(35205)         | 1218<br>Ordem da Santíssima<br>Trindade para a Redenção<br>dos Cativos (M)                    |                                                        | x |   |                                       | x |   | Sem classificação/Vestígios<br>(Tipo I Habitacionais)                                                                                                                                                                    |
| Convento de São<br>Domingos de Lisboa<br>(37349)      | 1242<br>Ordem dos Pregadores (M)                                                              |                                                        | x |   | x                                     |   |   | Monumento Nacional —<br>Igreja/Vestígios (Tipo I<br>Habitacionais)                                                                                                                                                       |
| Convento de<br>Santo Elói<br>(16609)                  | 1284<br>Congregação dos Cónegos<br>Seculares de São João<br>Evangelista (M)                   |                                                        | x |   |                                       | x |   | Sem classificação/Vestígios<br>(Tipo I Habitacionais/Tipo VI<br>Espetáculos e reuniões públicas<br>— Bar Santiago Alquimista)                                                                                            |
| Convento de<br>Santa Maria do Carmo<br>(3996 e 16492) | 1389<br>Ordem do Carmo (M)                                                                    | x                                                      |   |   | x                                     |   |   | Monumento Nacional —<br>Igreja/Tipo III Administrativos —<br>Sede da Guarda Nacional<br>Republicana; Tipo X Museus e<br>galerias de arte — Museu<br>Arqueológico do Carmo                                                |
| Convento do<br>Santíssimo Rei Salvador<br>(35359)     | 1391<br>Ordem dos Pregadores (F)                                                              | x                                                      |   |   | x                                     |   |   | Sem classificação/Tipo VII<br>Hoteleiros e restauração —<br>Hotel Convento do Salvador;<br>Tipo III Administrativos —<br>Centro Cultural<br>Dr. Magalhães Lima                                                           |

| Casa religiosa<br>(CNS associado)                                                 | Fundação e ordem<br>religiosa<br>(masculina ou<br>feminina)                                                                                                                                                   | Tipo de espaço<br>monástico, conventual<br>ou colegial |   |   | Espaço de culto<br>religioso (igreja) |   |   | Classificação/tipo de<br>utilização (seg. decreto-lei<br>n.º 224/2015) e afetação<br>atual do espaço                                                                                                                                                              |
|-----------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------|---|---|---------------------------------------|---|---|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                                                                   |                                                                                                                                                                                                               | E                                                      | V | I | E                                     | V | I |                                                                                                                                                                                                                                                                   |
| Convento de<br>São João Evangelista<br>de Xabregas<br>(33836)                     | 1462<br>Congregação dos Cônegos<br>Seculares de São João<br>Evangelista (M)                                                                                                                                   | x                                                      |   |   | x                                     |   |   | Imóvel de Interesse Público/<br>Tipo VI Espetáculos e reuniões<br>públicas — Rockbuilding, <i>em<br/>execução</i> ; Tipo I Habitacionais<br>— Rockbuilding, <i>em execução</i>                                                                                    |
| Mosteiro de<br>Santa Maria de Belém<br>(17504)                                    | 1496<br>Ordem dos Jerónimos (M)                                                                                                                                                                               | x                                                      |   |   | x                                     |   |   | Monumento Nacional/Tipo X<br>Museus e galerias de arte —<br>Museu Nacional de Arqueologia;<br>Museu da Marinha; Mosteiro<br>dos Jerónimos                                                                                                                         |
| Colégio de Santo Antão-<br>o-Velho/Colégio de<br>Santo Agostinho<br>(37631)       | 1511<br>Ordem Terceira de<br>São Francisco (F), Ordem<br>dos Pregadores (F), Ordem<br>dos Cônegos Regulares de<br>Santo Antão (M),<br>Companhia de Jesus (M),<br>Ordem dos Eremitas de<br>Santo Agostinho (M) | x                                                      |   |   | x                                     |   |   | Sem classificação/Tipo VII<br>Hoteleiros e restauração —<br>Santa Casa da Misericórdia de<br>Lisboa, <i>em execução</i>                                                                                                                                           |
| Convento de<br>Nossa Senhora da Piedade<br>da Esperança<br>( <i>não apurado</i> ) | 1524<br>Ordem dos Frades Menores<br>(F)                                                                                                                                                                       |                                                        | x |   |                                       |   | x | Sem classificação/Vestígios<br>(Tipo III Administrativos —<br>Comp. de Comando e Serviços<br>dos Bombeiros de Lisboa)                                                                                                                                             |
| Convento de<br>Nossa Senhora da Luz<br>(31367)                                    | 1545<br>Ordem Militar de Cristo<br>(F/M)                                                                                                                                                                      |                                                        | x |   |                                       | x |   | Monumento Nacional —<br>Capela-mor e sepultura da<br>infanta D. Maria na Igreja da<br>Luz/Vestígios (Tipo VI<br>Espetáculos e reuniões públicas<br>— Teatro Dom Luiz Filipe;<br>Tipo III Administrativos —<br>Associação de Antigos Alunos<br>do Colégio Militar) |
| Casa Professa de<br>São Roque<br>(30649)                                          | 1554<br>Companhia de Jesus (M)                                                                                                                                                                                | x                                                      |   |   | x                                     |   |   | Monumento Nacional —<br>Igreja/Tipo III Administrativos —<br>Sede da Santa Casa da<br>Misericórdia de Lisboa; Tipo X<br>Museus e galerias de arte —<br>Museu de São Roque                                                                                         |
| Convento de<br>Santana/Santa Ana<br>(19397)                                       | 1561<br>Ordem dos Eremitas de<br>Santo Agostinho (F)/Ordem<br>Terceira de S. Francisco (F)                                                                                                                    |                                                        | x |   |                                       |   | x | Sem classificação/Vestígios<br>(Tipo IV Escolares — colégio da<br>Fundação D. Pedro IV).                                                                                                                                                                          |
| Convento de<br>Santa Mónica<br>(32917)                                            | 1586<br>Ordem dos Eremitas de<br>Santo Agostinho (F)                                                                                                                                                          |                                                        | x |   | x                                     |   |   | Sem classificação/Devoluto                                                                                                                                                                                                                                        |

| Casa religiosa<br>(CNS associado)                                  | Fundação e ordem<br>religiosa<br>(masculina ou<br>feminina)               | Tipo de espaço<br>monástico, conventual<br>ou colegial |   |   | Espaço de culto<br>religioso (igreja) |   |   | Classificação/tipo de<br>utilização (seg. decreto-lei<br>n.º 224/2015) e afetação<br>atual do espaço                                                                                                                                  |
|--------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------|---|---|---------------------------------------|---|---|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                                                    |                                                                           | E                                                      | V | I | E                                     | V | I |                                                                                                                                                                                                                                       |
| Convento de<br>Nossa Senhora de Jesus<br>(6693 e 37948)            | 1595<br>Ordem Terceira de<br>São Francisco (M)                            | x                                                      |   |   | x                                     |   |   | Conjunto de Interesse<br>Público/Tipo X Museus e galerias<br>de arte — Museu Maynense;<br>Museu Geológico; Tipo XI<br>Bibliotecas e arquivos — Acad.<br>das Ciências de Lisboa                                                        |
| Convento do<br>Santíssimo Sacramento<br>(37359)                    | 1605<br>Ordem dos Pregadores (F)                                          | x                                                      |   |   | x                                     |   |   | Sem classificação/Tipo III<br>Administrativos — Ministério<br>dos Negócios Estrangeiros e<br>Gabinete do ex-presidente da<br>República Aníbal Cavaco Silva                                                                            |
| Convento de<br>Nossa Senhora dos<br>Remédios de Lisboa<br>(35085)  | 1606<br>Ordem dos Carmelitas<br>Descalços (M)                             | x                                                      |   |   | x                                     |   |   | Sem classificação/Tipo VII<br>Hoteleiros e restauração — York<br>House                                                                                                                                                                |
| Convento de<br>Santos-o-Novo<br>( <i>não apurado</i> )             | 1609<br>Ordem Militar de Santiago<br>(F)                                  | x                                                      |   |   | x                                     |   |   | Imóvel de Interesse Público/<br>Tipo V Hospitalares e lares de<br>idosos — Lar da Santa Casa da<br>Misericórdia de Lisboa; Tipo VII<br>Hoteleiros e restauração —<br>Residência Univ. do Instituto<br>Universitário de Lisboa (ISCTE) |
| Convento de Nossa<br>Senhora da Encarnação<br>(6433)               | 1614<br>Ordem Militar de Avis (F)                                         | x                                                      |   |   | x                                     |   |   | Imóvel de Interesse Público/<br>Tipo V Hospitalares e lares de<br>idosos — Lar da Santa Casa da<br>Misericórdia de Lisboa                                                                                                             |
| Seminário de São Patrício<br>(34675)                               | 1616<br>Companhia de Jesus (M)                                            | x                                                      |   |   | x                                     |   |   | Sem classificação/Tipo II<br>Escolares — Chafitô                                                                                                                                                                                      |
| Convento de Nossa<br>Senhora da Porta do Céu<br>(36684)            | c. 1620-30?<br>Ordem dos Frades Menores<br>(M)                            |                                                        | x |   | x                                     |   |   | Monumento de Interesse<br>Público/Vestígios (Tipo IV<br>Escolares — Colégio Mira Rio)                                                                                                                                                 |
| Mosteiro do<br>Santíssimo Sacramento<br>(15641, 22255 e 37948)     | 1647<br>Ordem de São Paulo<br>Primeiro Eremita (M)                        | x                                                      |   |   | x                                     |   |   | Monumento Nacional/Tipo III<br>Administrativos — Comando<br>Territorial de Lisboa da Guarda<br>Nacional Republicana                                                                                                                   |
| Mosteiro de Nossa<br>Senhora da Nazaré<br>(11444)                  | 1654<br>Ordem de Cister (F)                                               | x                                                      |   |   | x                                     |   |   | Imóvel de Interesse Público/<br>Tipo I Habitacionais; Tipo X<br>Museus e galerias de arte —<br>Museu da Marionete                                                                                                                     |
| Convento de Nossa<br>Senhora da Soledade<br>( <i>não apurado</i> ) | 1657<br>Ordem da Santíssima<br>Trindade para a Redenção<br>de Cativos (F) | x                                                      |   |   |                                       | x |   | Imóvel de Interesse Público/<br>Tipo III Administrativos — Sede<br>do Instituto Hidrográfico; Tipo IV<br>Escolares — Escola de<br>Hidrografia e Oceanografia                                                                          |
| Convento de<br>Corpus Christi<br>(33581)                           | 1661<br>Ordem dos Carmelitas<br>Descalços (M)                             | x                                                      |   |   | x                                     |   |   | Monumento de Interesse<br>Público/Tipo VII Hoteleiros e<br>restauração — Leonardo Hotels,                                                                                                                                             |

| Casa religiosa<br>(CNS associado)                                        | Fundação e ordem religiosa<br>(masculina ou feminina)       | Tipo de espaço monástico, conventual ou colegial |    |   | Espaço de culto religioso (igreja) |   |    | Classificação/tipo de utilização (seg. decreto-lei n.º 224/2015) e afetação atual do espaço                                                                                    |
|--------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------|----|---|------------------------------------|---|----|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                                                          |                                                             | E                                                | V  | I | E                                  | V | I  |                                                                                                                                                                                |
| em execução                                                              |                                                             |                                                  |    |   |                                    |   |    |                                                                                                                                                                                |
| Convento de Santo Agostinho<br>( <i>não apurado</i> )                    | 1663-1665<br>Congregação dos Agostinhos Descalços (F)       |                                                  |    | x |                                    |   | x  | Demolido (Tipo Indeterminado — Hub Criativo do Beato, <i>em execução</i> )                                                                                                     |
| Convento de São Cornélio<br>(12767)                                      | 1664<br>Ordem dos Frades Menores (M)                        |                                                  |    | x |                                    |   | x  | Demolido (Tipo II Estacionamentos — Estacionamento do Cemitério dos Olivais)                                                                                                   |
| Convento do Espírito Santo da Pedreira<br>(15907 e 37859)                | 1668<br>Congregação do Oratório (M)                         |                                                  | x  |   |                                    |   | x  | Sem classificação/Vestígios (Tipo VIII Comerciais e gares de transporte — Arm. do Chiado)                                                                                      |
| Convento de Nossa Senhora da Boa-Hora de Lisboa<br>(36037)               | 1669<br>Congregação dos Agostinhos Descalços (M)            | x                                                |    |   |                                    |   | x  | Sem classificação/Tipo III Administrativos — Sede do Conselho Superior da Magistratura                                                                                         |
| Convento de São Pedro de Alcântara<br>(37503)                            | 1672<br>Ordem dos Frades Menores (M)                        | x                                                |    |   | x                                  |   |    | Sem classificação/Tipo V Hospitalares e lares de idosos — Lar da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa                                                                          |
| Colégio de São Francisco Xavier<br>(37337)                               | 1682<br>Companhia de Jesus (M)                              | x                                                |    |   | x                                  |   |    | Sem classificação/Tipo I Habitacionais — Stone Capital, <i>em execução</i>                                                                                                     |
| Convento de Santa Joana<br>(36041)                                       | 1698<br>Ordem dos Pregadores (M, F)                         |                                                  | x  |   |                                    |   | x  | Sem classificação/Vestígios (Tipo I Habitacionais, Tipo VII Hoteleiros e restauração, Tipo VIII Comerciais e gares de transportes — Saraiva e associados, <i>em execução</i> ) |
| Convento de Santo António da Convalescença<br>( <i>não apurado</i> )     | 1720<br>Ordem dos Frades Menores (M)                        | x                                                |    |   |                                    |   | x  | Sem classificação/Devoluta; Tipo I Habitacionais; Tipo VII Hoteleiros e restauração — Adega São Domingos                                                                       |
| Convento de Nossa Senhora da Porciúncula<br>(30572)                      | 1739<br>Ordem dos Frades Menores (Capuchinhos, M)           | x                                                |    |   | x                                  |   |    | Imóvel de Interesse Público — Igreja/Tipo I Habitacionais                                                                                                                      |
| Convento de São Camilo de Lélis<br>(35992?)                              | 1759?<br>Cong. dos Clérigos Reg. Ministros dos Enfermos (M) |                                                  | x  |   |                                    |   | x  | Sem classificação/Vestígios (Tipo I Habitacionais)                                                                                                                             |
| Convento do Desagravo do Santíssimo Sacramento<br>( <i>não apurado</i> ) | 1783<br>Ordem dos Frades Menores (Capuchinhas, F)           | x                                                |    |   |                                    |   | x  | Sem classificação/Tipo IV Escolares — EB1/JI de Santa Clara                                                                                                                    |
| Totais                                                                   |                                                             | 27                                               | 11 | 3 | 24                                 | 7 | 10 |                                                                                                                                                                                |

Tabela 1 — Estado atual das casas religiosas onde se realizaram trabalhos arqueológicos (E: Existente; V: Vestígios; I: Inexistente).

| Casa religiosa (CNS)                             | Fundação e ordem religiosa (masculina/feminina)                                      | Trabalhos arqueológicos apurados |    |   |    |    |   |   | Referências consultadas                                                                                                                                              |
|--------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------|----|---|----|----|---|---|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                                  |                                                                                      | A                                | E  | S | PG | EE | L | I |                                                                                                                                                                      |
| Mosteiro de São Vicente de Fora (1453)           | 1147<br>Ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho (M)                           | 2                                | 24 |   |    | 1  |   |   | Portal do Arqueólogo: Processo S-01453; Ferreira, 1983; Ferreira, 1985; Ferreira, 1994; Cunha; Ferreira, 1998                                                        |
| Mosteiro de São Félix de Chelas (6096)           | 1192<br>Ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho (F); Ordem dos Pregadores (F) |                                  |    |   |    |    |   | 1 | Sucena, 2007; Fernandes, 2008                                                                                                                                        |
| Convento de Nossa Senhora da Graça (36817)       | 1217<br>Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho (M)                                    |                                  | 1  |   |    |    |   | 1 | Portal do Arqueólogo: Processo S-36817; Marques, 2018; Portefólio da empresa Artur Fontinha — Arqueologia, Unipessoal Lda. (AFA Arqueologia, Conservação e Restauro) |
| Convento de São Francisco da Cidade (16837)      | 1217<br>Ordem dos Frades Menores (M)                                                 | 1                                |    | 4 |    |    |   |   | Portal do Arqueólogo: Processo S-16837; Portefólio da empresa ERA — Arqueologia, S. A.; Amaro; Lourenço; Ramalho, 1995; Ramalho, 2016; Torres, 2011                  |
| Convento da Santíssima Trindade (35205)          | 1218<br>Ordem da Santíssima Trindade para a Redenção dos Cativos (M)                 | 1                                |    | 1 |    |    |   |   | Portal do Arqueólogo: Processo S-35202; Portefólio da empresa ERA — Arqueologia, S. A.                                                                               |
| Convento de São Domingos de Lisboa (37349)       | 1242<br>Ordem dos Pregadores (M)                                                     |                                  |    | 1 |    |    |   |   | Portal do Arqueólogo: Processo S-37349; Moita, 1964; Silva & Leite, 2015                                                                                             |
| Convento de Santo Elói (16609)                   | 1284<br>Congregação dos Cónegos Seculares de São João Evangelista (M)                | 2                                |    | 2 |    |    |   |   | Portal do Arqueólogo: Processo S-16609; Portefólio da empresa ERA — Arqueologia, S. A.                                                                               |
| Convento de Santa Maria do Carmo (3996 e 16492)  | 1389<br>Ordem do Carmo (M)                                                           | 1                                | 5  | 1 |    |    |   |   | Portal do Arqueólogo: Processos S-03996 e 2001/1(031); Portefólio da empresa Neoépica, Lda.; Ferreira, 1999; Marques; Bastos, 2013                                   |
| Convento do Santíssimo Rei Salvador (35359)      | 1391<br>Ordem dos Pregadores (F)                                                     |                                  | 1  | 1 | 1  |    |   |   | Portal do Arqueólogo: Processo S-35359                                                                                                                               |
| Convento de João Evangelista de Xabregas (33836) | 1462<br>Congregação dos Cónegos Seculares de São João Evangelista (M)                |                                  | 1  |   |    |    |   |   | Portal do Arqueólogo: Processo S-33836; Projeto da empresa Rockbuilding                                                                                              |

| Casa religiosa (CNS)                                              | Fundação e ordem religiosa (masculina/feminina)                                                                                                                                             | Trabalhos arqueológicos apurados |   |   |    |    |   |   | Referências consultadas                                                                                                                                                                   |
|-------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------|---|---|----|----|---|---|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                                                   |                                                                                                                                                                                             | A                                | E | S | PG | EE | L | I |                                                                                                                                                                                           |
| Mosteiro de Santa Maria de Belém (17504)                          | 1496<br>Ordem dos Jerónimos (M)                                                                                                                                                             | 1                                | 1 |   |    |    |   |   | Portal do Arqueólogo: Processo S-17504; Ramalho, 2004                                                                                                                                     |
| Colégio de Santo Antão-o-Velho/Colégio de Santo Agostinho (37631) | 1511<br>Ordem Terceira de São Francisco (F),<br>Ordem dos Pregadores (F), Ordem dos Cónegos Regulares de Santo Antão (M), Companhia de Jesus (M), Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho (M) |                                  |   | 1 | 1  |    |   |   | Portal do Arqueólogo: Processo S-37631; Portefólio da empresa ERA — Arqueologia, S. A.                                                                                                    |
| Convento de Nossa Senhora da Piedade da Esperança (não apurado)   | 1524<br>Ordem dos Frades Menores (F)                                                                                                                                                        | 1                                |   |   |    |    |   |   | Portefólio da empresa ERA — Arqueologia, S. A.                                                                                                                                            |
| Convento de Nossa Senhora da Luz (31367)                          | 1545<br>Ordem Militar de Cristo (F/M)                                                                                                                                                       |                                  | 1 |   |    |    |   |   | Portal do Arqueólogo: Processo S-31367                                                                                                                                                    |
| Casa Professa de São Roque (30649)                                | 1554<br>Companhia de Jesus (M)                                                                                                                                                              |                                  | 2 | 4 |    |    |   |   | Portal do Arqueólogo: Processo S-30649; Portefólio da empresa ERA — Arqueologia, S. A.; Ramalho, 2016                                                                                     |
| Convento de Santana/Santa Ana (19397)                             | 1561<br>Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho (F)/Ordem Terceira de São Francisco (F)                                                                                                       |                                  | 2 |   |    |    |   |   | Portal do Arqueólogo: Processo S-19397; Etchevarne; Sardinha, 2007; Gomes; Gomes, 2007b; Gomes [et al.], 2013; Gomes; Gomes; Gonçalves, 2017; Almeida; Gomes; Gomes, 2018                 |
| Convento de Santa Mónica (32917)                                  | 1586<br>Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho (F)                                                                                                                                           |                                  |   | 1 |    |    |   |   | Portal do Arqueólogo: Processo 2003/1(597)                                                                                                                                                |
| Convento de Nossa Senhora de Jesus (6693 e 37948)                 | 1595<br>Ordem Terceira de São Francisco (M)                                                                                                                                                 | 1                                | 1 |   |    |    |   |   | Portal do Arqueólogo: Processo S-06693 e S-37948; Cardoso, 2008; Cardoso, 2017                                                                                                            |
| Convento do Santíssimo Sacramento (37359)                         | 1605<br>Ordem dos Pregadores (F)                                                                                                                                                            | 1                                |   |   |    |    |   |   | Portal do Arqueólogo: Processo S-37359; Portefólios das empresas Neoépica, Lda., e Artur Fontinha — Arqueologia, Unipessoal Lda. (AFA Arqueologia, Conservação e Restauro); Ramalho, 2011 |
| Convento de Nossa Senhora dos Remédios de Lisboa (35085)          | 1606<br>Ordem dos Carmelitas Descalços (M)                                                                                                                                                  | 1                                |   | 1 |    |    |   |   | Portal do Arqueólogo: Processo S-35085                                                                                                                                                    |

| Casa religiosa (CNS)                                            | Fundação e ordem religiosa<br>(masculina/feminina)                  | Trabalhos arqueológicos apurados |   |   |    |    |   |   | Referências consultadas                                                                                                    |
|-----------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------|----------------------------------|---|---|----|----|---|---|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                                                 |                                                                     | A                                | E | S | PG | EE | L | I |                                                                                                                            |
| Convento de Santos-o-Novo<br>( <i>não apurado</i> )             | 1609<br>Ordem Militar de Santiago (F)                               | 1                                |   |   |    |    |   |   | Portefólio da empresa ERA — Arqueologia, S. A.                                                                             |
| Convento de Nossa Senhora da Encarnação<br>(6433)               | 1614<br>Ordem Militar de Avis (F)                                   |                                  |   |   |    |    |   | 1 | —                                                                                                                          |
| Seminário de São Patrício<br>(34675)                            | 1616<br>Companhia de Jesus (M)                                      |                                  |   | 1 |    |    |   |   | Portal do Arqueólogo: Processo S-34675                                                                                     |
| Convento de Nossa Senhora da Porta do Céu<br>(36684)            | c. 1620-30?<br>Ordem dos Frades Menores (M)                         |                                  |   | 2 |    |    |   |   | Portal do Arqueólogo: Processo S-36684                                                                                     |
| Mosteiro do Santíssimo Sacramento<br>(15641, 22255 e 37948)     | 1647<br>Ordem de São Paulo Primeiro Eremita (M)                     |                                  | 2 |   |    |    |   |   | Portal do Arqueólogo: Processos S-22255 e S-37948                                                                          |
| Mosteiro de Nossa Senhora da Nazaré<br>(11444)                  | 1654<br>Ordem de Cister (F)                                         |                                  | 2 |   |    |    |   |   | Portal do Arqueólogo: Processo S-11444; Gil, 2013                                                                          |
| Convento de Nossa Senhora da Soledade<br>( <i>não apurado</i> ) | 1657<br>Ordem da Santíssima Trindade para a Redenção de Cativos (F) |                                  |   | 1 |    |    |   |   | Portefólio da empresa Neoépica, Lda.                                                                                       |
| Convento de Corpus Christi<br>(33581)                           | 1661<br>Ordem dos Carmelitas Descalços (M)                          |                                  |   | 2 |    |    |   |   | Portal do Arqueólogo: Processo S-33581; Portefólio da empresa Empatia — Arqueologia, Conservação e Restauro, Lda.          |
| Convento de Santo Agostinho<br>( <i>não apurado</i> )           | 1663-1665<br>Congregação dos Agostinhos Descalços (F)               |                                  | 1 |   |    |    |   |   | Projeto Hub Criativo do Beato                                                                                              |
| Convento de São Cornélio<br>(12767)                             | 1664<br>Ordem dos Frades Menores (M)                                |                                  |   |   |    |    | 1 |   | Portal do Arqueólogo: Processo S-12767                                                                                     |
| Convento do Espírito Santo da Pedreira<br>(15907 e 37859)       | 1668<br>Congregação do Oratório (M)                                 |                                  | 2 | 1 |    |    |   |   | Portal do Arqueólogo: Processos S-15909 e S-37859; Ramalho; Viegas, 1994; Ramalho, 2016                                    |
| Convento de Nossa Senhora da Boa-Hora de Lisboa<br>(36037)      | 1669<br>Congregação dos Agostinhos Descalços (M)                    | 1                                |   | 1 |    |    |   |   | Portal do Arqueólogo: Processo S-36037; Simão et al., 2017; Portefólio da empresa ERA — Arqueologia, S. A.                 |
| Convento de São Pedro de Alcântara<br>(37503)                   | 1672<br>Ordem dos Frades Menores (M)                                | 1                                |   |   |    |    |   |   | Portal do Arqueólogo: Processo S-37503; Portefólio da empresa Emérita — Empresa Portuguesa de Arqueologia, Unipessoal Lda. |
| Colégio de São Francisco Xavier<br>(37337)                      | 1682<br>Companhia de Jesus (M)                                      |                                  |   |   |    |    |   | 1 | Portal do Arqueólogo: Processo S-37337                                                                                     |

| Casa religiosa (CNS)                                         | Fundação e ordem religiosa<br>(masculina/feminina)                        | Trabalhos arqueológicos apurados |    |    |    |    |   |   | Referências<br>consultadas                                                                                                                        |
|--------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------|----------------------------------|----|----|----|----|---|---|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                                              |                                                                           | A                                | E  | S  | PG | EE | L | I |                                                                                                                                                   |
| Convento de Santa Joana (36041)                              | 1698<br>Ordem dos Pregadores (M, F)                                       |                                  |    | 1  |    |    |   |   | Portal do Arqueólogo:<br>Processo 2007/1 (458);<br>Portefólio da empresa<br>ArqueoHoje — Conservação<br>e Restauro Património<br>Monumental, Lda. |
| Convento de Santo António da Convalença (não apurado)        | 1720<br>Ordem dos Frades Menores (M)                                      |                                  |    |    |    |    | 1 |   | Portefólio da empresa<br>ArqueoScallabis, Lda.                                                                                                    |
| Convento de Nossa Senhora da Porciúncula (30572)             | 1739<br>Ordem dos Frades Menores<br>(Capuchinhos, M)                      | 1                                |    |    |    |    |   |   | Portal do Arqueólogo:<br>Processo S-30572; Portefólio<br>da empresa ERA —<br>Arqueologia, S. A.                                                   |
| Convento de São Camilo de Lélis (35992?)                     | 1759?<br>Congregação dos Clérigos Regulares<br>Ministros dos Enfermos (M) | 1                                |    |    |    |    |   |   | Portal do Arqueólogo:<br>Processo S-35992                                                                                                         |
| Convento do Desagravo do Santíssimo Sacramento (não apurado) | 1783<br>Ordem dos Frades Menores<br>(Capuchinhas, F)                      | 1                                |    |    |    |    |   | 1 | Portefólio da empresa ERA<br>— Arqueologia, S. A.                                                                                                 |
| Totais                                                       |                                                                           | 18                               | 47 | 26 | 2  | 1  | 2 | 6 |                                                                                                                                                   |

Tabela 2 — Trabalhos Arqueológicos Apurados nas Casas Religiosas (A: Acompanhamento; E: Escavação; S: Sondagem; PG: Prospeção Geofísica; EE: Estudo de Espólio; L: Levantamento; I: Indeterminado).

## Bibliografia

AFA — Arqueologia e Formação Aplicada (2016) — *AFA.2016.0104 — Reabilitação de espaços existentes no Antigo Convento da Graça, Lisboa*. [Em linha]. S. l. [Consult. 25 mar. 2020]. Disponível em WWW: <URL: <https://afaform.com/projeto.php?l=pt&id=161>>.

AFA — Arqueologia e Formação Aplicada (2018) — *AFA.2018.0177 — Reabilitação parcial do Convento do Santíssimo Sacramento, Rua do Sacramento, Alcântara — Lisboa*. [Em linha]. S. l. [Consult. 25 mar. 2020]. Disponível em WWW: <URL: <https://afaform.com/projeto.php?l=pt&id=237>>.

ALMEIDA, F.; ROCHA, A.; AMORIM, A.; GALITO, F. (2018) — *Eventual caso de Lepre no Convento de Santa Joana, Lisboa (séculos XVIII-XIX)*. Poster apresentado às VI Jornadas Portuguesas de Paleopatologia. Coimbra: CIAS.

ALMEIDA, M.; GOMES, R. V.; GOMES, M. V. (2018) — A first approach to the tile collection from the Convento de Santana (Lisbon, Portugal). In PEREIRA, S.; MENEZES, M.; RODRIGUES, J. D., ed. lit. — *Proceedings of the GlazeArt 2018 — International Conference Glazed Ceramics and Cultural Heritage*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, p. 251-267.

AMARO, C.; RAMALHO, M.; LOURENÇO, F. (1995) — As Intervenções Arqueológicas no Antigo Convento de S. Francisco da Cidade. In SILVA, R. H.; PIÇARRA, M., coord. — *Obraçõ. Museu do Chiado — Histórias vistas e contadas*. Lisboa: Instituto Português de Museus. p. 37-42.

ARQUEOHOJE (2016) — *Convento de Santa Joana (CSJO)* [Em linha]. S. l. [Consult. 25 mar. 2020]. Disponível em WWW: <URL: [https://www.arqueohoje.com/?page=portfolio&areas=arqueologia\\_antropologia&id=162](https://www.arqueohoje.com/?page=portfolio&areas=arqueologia_antropologia&id=162)>.

ARQUEOHOJE (2017) — *Convento de Santa Joana (CSJO) — Trabalhos Antropológicos* [Em linha]. [Consult. 25 mar. 2020]. Disponível em WWW: <URL: [https://www.arqueohoje.com/?page=portfolio&areas=arqueologia\\_antropologia&id=165](https://www.arqueohoje.com/?page=portfolio&areas=arqueologia_antropologia&id=165)>.

ARQUEOSCALLABIS [s. d.] — *Levantamento patrimonial e arquitectónico do antigo Convento de Santo António da Convalescença, S. Domingos de Benfica, Lisboa* [Em linha]. [Consult. 25 mar. 2020]. Disponível em WWW: <URL: <http://arqueoscallabis.pt/#!/details/1#projects>>.

AZEVEDO, P. A. (1903) — Notícias várias: I — Moedas de D. João II; II — Silo ou tulha subterrânea; III — Monumento de Columbeira; IV — Ainda o Monumento da Columbeira; V — As escavações no Rocio (Lisboa) em 1901; VI — Ossadas; VII — Igreja dos Anjos; VIII — Trabalhos de sílex nos tempos contemporâneos; IX — Monumentos Militares. *O Archeologo Português*. Lisboa. S. 1, 8, p. 305-317.

BLUTEAU, R. (1712/1728) — *Vocabulário português e latino*. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus; Lisboa: Oficina de Pascoal da Silva, Impressor de Sua Majestade. 8 vol., 2 Sup.

BUGALHÃO, J. (2016) — Arqueologia urbana em Lisboa: da intervenção preventiva à divulgação pública. In COELHO, I. P.; TORRES, J. B.; GIL, L. S.; RAMOS, T., coord. — *Entre ciência e cultura: da interdisciplinaridade à transversalidade da arqueologia*. Lisboa: Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar, Instituto de Estudos Medievais, p. 467-474. (Coleção ArqueoArte; 4).

BULLY, S. (2009) — Archéologie des monastères du premier millénaire dans le Centre-Est de la France. Conditions d'implantation et de diffusion, topographie historique et organisation. *Bulletin du Centre d'Études Médiévales d'Auxerre*. Auxerre. 13, p. 257-290.

CALADO, L. F.; PEREIRA, P.; LEITE, J. P. (2002) — O regresso dos monges. Intervenções do IPPAR em conjuntos monásticos. *Estudos/Património*. Lisboa. 2, p. 5-22.

CARDOSO, J. L. (2008) — Resultados das escavações arqueológicas realizadas no claustro do antigo Convento de Jesus (Academia das Ciências de Lisboa) entre Junho e Dezembro de 2004. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 11:1, p. 259-284.

CARDOSO, J. L. (2017) — Primeiras evidências das vítimas do Terramoto de 1755 na cidade de Lisboa comprovada pelas escavações arqueológicas realizadas no antigo Convento de Jesus. In ANTUNES, M. T.; CARDOSO, J. L., coord. — *Testemunhas do Caos. As faces do Terramoto de 1755*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa. p. 89-126.

CUNHA, A. S.; FERREIRA, F. E. R. (1998) — *Vida e morte na época de D. Afonso Henriques*. Lisboa: Hugin Editores. 141 p.

EMERITA — Empresa Portuguesa de Arqueológica, Unipessoal Lda. (2014) — Acompanhamento ar-

- queológico de obras (2012/2014). [Em linha]. [Consult. 25 mar. 2020]. Disponível em WWW: <URL: [http://emerita.pt/uploads/3/5/4/8/35485898/port-folio\\_2012\\_2014.pdf](http://emerita.pt/uploads/3/5/4/8/35485898/port-folio_2012_2014.pdf)>.
- EMPATIA — Arqueologia, Lda. [s. d.] — *Corpus Christi*. [Em linha]. [Consult. 25 mar. 2020]. Disponível em WWW: <URL: <http://empatia.pt/portefolio/corpus-christi>>.
- ERA Arqueologia [s. d.a] — *Convento dos Barbadi-nhos, Lisboa*. [Em linha]. [Consult. 4 abr. 2020]. Disponível em WWW: <URL: <http://era-arqueologia.pt/projectos/524>>.
- ERA Arqueologia [s. d.b] — *Igreja de São Roque (Galeria Anexa), Lisboa*. [Em linha]. [Consult. 4 abr. 2020]. Disponível em WWW: <URL: <http://era-arqueologia.pt/projectos/848>>.
- ERA Arqueologia (2004) — *Rua do Instituto Bacteriológico*. [Em linha]. [Consult. 4 abr. 2020]. Disponível em WWW: <URL: <http://era-arqueologia.pt/projectos/154>>.
- ERA Arqueologia, (2005) — *Rua da Misericórdia, n.º 94-104 (sondagens)*. [Em linha]. [Consult. 25 mar. 2020]. Disponível em WWW: <URL: <http://era-arqueologia.pt/projectos/364>>.
- ERA Arqueologia, (2007a) — *Largo de Santos-o-Novo, Lisboa*. [Em linha]. [Consult. 4 abr. 2020]. Disponível em WWW: <URL: <http://era-arqueologia.pt/projectos/510>>.
- ERA Arqueologia, S.A. (2007b) — *Museu de São Roque, Lisboa*. [Em linha]. [Consult. 25 mar. 2020]. Disponível em WWW: <URL: <http://era-arqueologia.pt/projectos/559>>.
- ERA Arqueologia (2007c) — *Museu de São Roque, Lisboa (2.ª intervenção)*. [Em linha]. [Consult. 25 mar. 2020]. Disponível em WWW: <URL: <http://era-arqueologia.pt/projectos/532>>.
- ERA Arqueologia, S. A. (2007d) — *Quinta do Coleginho, Lisboa*. [Em linha]. [Consult. 25 mar. 2020]. Disponível em WWW: <URL: <http://era-arqueologia.pt/projectos/505>>.
- ERA Arqueologia (2012) — *Largo da Academia Nacional das Belas Artes, n.º 1, Lisboa*. [Em linha]. [Consult. 25 mar. 2020]. Disponível em WWW: <URL: <http://era-arqueologia.pt/projectos/846>>.
- ERA Arqueologia (2014a) — *Alteração do Antigo Convento do Desagravo do Santíssimo Sacramento, Lisboa*. [Em linha]. [Consult. 25 mar. 2020]. Disponível em WWW: <URL: <http://era-arqueologia.pt/projectos/1350>>.
- ERA Arqueologia (2014b) — *EPAL — Rua Nova da Trindade, n.º 6, Lisboa*. [Em linha]. [Consult. 25 mar. 2020]. Disponível em WWW: <URL: <http://era-arqueologia.pt/projectos/1060>>.
- ERA Arqueologia (2016a) — *Convento dos Lóios, Largo dos Lóios, n.º 10, Lisboa*. [Em linha]. [Consult. mar. 2020]. Disponível em WWW: <URL: <http://era-arqueologia.pt/projectos/1449>>.
- ERA Arqueologia (2016b) — *Projecto de adaptação parcial do extinto Tribunal da Boa Hora, Lisboa*. [Em linha]. [Consult. abr. 2020]. Disponível em WWW: <URL: <http://era-arqueologia.pt/projectos/902>>.
- ERA Arqueologia (2017) — *Rua da Esperança, n.º 41, Lisboa*. [Em linha]. [Consult. 4 abr. 2020]. Disponível em WWW: <URL: <http://era-arqueologia.pt/projectos/1529>>.
- ETCHEVARNE, C.; SARDINHA, O. (2007) — A cerâmica vermelha fina do Convento de Sant'Anna (Lisboa), no acervo do Museu Nacional de Arqueologia. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. IV, 25, p. 345-372.
- FANSHAW, A. H. (1830 [1676]) — *Memoirs of Lady Fanshawe, wife of Sir Richard Fanshawe, Bart. Ambassador from Charles the Second to the Courts of Portugal and Madrid*. London: Henry Colburn and Richard Bentley, New Burlington Street. 332 p.
- FERNANDES, I. C. F. (2005) — Arqueologia Medieval em Portugal: 25 anos de investigação. *Portugália*. Porto. Nova Série, 26, p.149-153.
- FERNANDES, P. A. (2008) — O Mosteiro Baixo-Medieval de Chelas: Interrogações a respeito de uma observância mendicante. In GOMES, A. C. G.; MOURÃO, J. A.; FRANCO, J. E.; SERRÃO, V., coord. — *Monjas Dominicanas. Presença, Arte e Património em Lisboa*. Lisboa: Alêtheia Editores. p. 19-35.
- FERREIRA, F. E. R. (1983) — Escavações do ossário de S. Vicente de Fora — Seu Relacionamento com a História de Lisboa. *Revista Municipal*. Lisboa. Série 2, 4:2, p. 5-36.
- FERREIRA, F. E. R. (1985) — O mosteiro afonsino de S. Vicente de Fora: subsídios para a reconstituição da sua fisionomia. *Revista Municipal*. Lisboa. Série 2, 12:2, p. 3-12.
- FERREIRA, F. E. R. (1994) — Escavações arqueológicas da botica do mosteiro de S. Vicente de Fora. In BASSO, M. P.; NETO, J. M., coord. — *A botica de S. Vicente de Fora*. Lisboa: Associação Nacional de Farmácias. p. 26-32.
- FERREIRA, F. E. R. (1999) — Escavações arqueológicas da Igreja do Convento do Carmo. *Arqueologia e História*. Lisboa. 51, p. 73-164.
- FERREIRA, F. E. R.; MACHADO, C.; PIRES, N. (2016) — Faianças do Mosteiro de S. Vicente de Fora, em Lisboa. Ensaio para uma leitura económica e social. In GOMES, R. V.; CASIMIRO, T. M.; GOMES, M. V., ed. lit. — *Proceedings of the International Conference of Portuguese Faience (16<sup>th</sup>-19<sup>th</sup> centuries)*, 1, Zaragoza, 2016. Lisboa: Instituto de Arqueologia e Paleociências, p. 125-134.
- FILIFE I.; FIGUEIREDO, Á. (2008) — Necrópole do Colégio de Santo Antão-o-Novo: Síntese preliminar dos resultados arqueológicos e antropológicos. *ERA*. Cruz Quebrada. 8, p. 70-91.

- GELICHI, S. (2009) — Archeologia e monasteri in Italia. In PAPI, A. B.; LEMUT, M. L. C., ed. lit. — *In claustrum Sancte Marie. L'abbazia di Serena dall'XI al XVIII secolo*. Ospedaletto: Pacini Editore SpA, p. 73-96.
- GIL, M. B. A. F. (2013) — *O Convento das Bernardas: um caso de recuperação e reutilização do património edificado*. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura apresentado à Faculdade de Arquitetura e Arte da Universidade Lusíada de Lisboa. Texto polycopiado, 117 p.
- GOMES, M. V.; GOMES, R. V.; CASIMIRO, T. (2015) — Convents, Monasteries and Porcelain: a Case Study of Santana Convent, Lisbon. In BUXEDA I GARRIGÓS, J.; MADRID I FERNÁNDEZ, M.; G. IÑÁÑEZ, J., ed. lit. — *Proceedings of Global Pottery 1. Historical Archaeology and Archaeometry for Societies in Contact*. Oxford: Archeopress. p. 93-102. (BAR International Series; S. 2761).
- GOMES, M. V.; GOMES, R. V.; CASIMIRO, T. M. (2016) — Portuguese Faience in Santana Convent, Lisbon. In GOMES, R. V.; CASIMIRO, T. M.; GOMES, M. V., ed. lit. — *Proceedings of the International Conference of Portuguese Faience (16<sup>th</sup>-19<sup>th</sup> centuries)*, 1, Zaragoza, 2016. Lisboa: Instituto de Arqueologia e Paleociências, p. 79-90.
- GOMES, M. V.; GOMES, R. V.; GONÇALVES, J. (2017) — Objetos produzidos em matérias duras de origem animal, do Convento de Santana, de Lisboa. In CAESSA, A.; NOZES, C.; CAMEIRA, I.; SILVA, R. B., coord. — *Encontro de Arqueologia de Lisboa: Uma Cidade em Escavação*, 1, Lisboa, 2015. Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa (CML). p. 84-105.
- GOMES, R. V. (2012) — A arqueologia da Idade Moderna em Portugal — contributos e problemáticas. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. V, 2, p. 13-75.
- GOMES, R. V.; GOMES, M. V. (2004) — O *Ribat* da Arrifana (Aljezur, Algarve). Resultados das campanhas arqueológicas de 2002. *Revista Portuguesa de Arqueologia* Lisboa. 7:1, p. 483-573.
- GOMES, R. V.; GOMES, M. V. (2007a) — Ambiente natural e complexo edificado. In GOMES, R. V.; GOMES, M. V., coord. — *Ribãt da Arrifana. Cultura material e espiritualidade*. Aljezur: Associação do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur. p. 51-64.
- GOMES, R. V.; GOMES, M. V. (2007b) — Escavações arqueológicas no Convento de Santana, em Lisboa. Resultados preliminares. *Olisipo*. Lisboa. II.ª Série, 27, p. 75-92.
- GOMES, R. V.; GOMES, M. V.; ALMEIDA, M. B.; BOAVIDA, C.; NEVES, D.; HAMILTON, K.; SANTOS, C. (2013) — Convento de Santana (Lisboa): Estudo preliminar do espólio da fossa 7. In ARNAUD, J. M.; MARTINS, A.; NEVES, C., coord. — *Arqueologia em Portugal: 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 1057-1065.
- HEDSTROM, D. L. B. (2017) — The Monastic Landscape of Late Antique Egypt. An Archaeological Reconstruction. Cambridge: Cambridge University Press.
- HUB CRIATIVO DO BEATO (2020) — *Hub Criativo do Beato*. [Em linha]. S. l. [Consult. 29 mar. 2020]. Disponível em WWW: <URL: <https://hubcriativobeato.com>>.
- LOURENÇO, T. B.; MÉGRE, R.; SILVA, H. (2018) — *As casas religiosas de Lisboa*. [Em linha]. 11 p. [Consult. 12 abr. 2020]. Disponível em WWW: <http://lxconventos.cm-lisboa.pt/wp-content/uploads/2015/06/CasasReligiosasLisboa.pdf>.
- MARADO, C. A. (2018) — *Arquitetura conventual e cidade medieval: a formação e os impactos dos sistemas urbanísticos mendicantes em Portugal (séc. XIII-XV)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. 291 p.
- MARQUES, A.; BASTOS, M. (2013) — Subsídios arqueológicos para a história da Igreja do Convento do Carmo (Lisboa). In ARNAUD, J. M.; MARTINS, A.; NEVES, C., coord. — *Arqueologia em Portugal — 150 Anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 1091-1101.
- MATELA, R. (2009) — *O papel dos conventos no crescimento urbano. Reflexões sobre monumentos e salvaguarda do património. Casos de estudo em Lisboa: O Convento de São Bento da Saúde e o Convento de Nossa Senhora de Jesus da Ordem Terceira de São Francisco*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura apresentada ao Instituto Superior Técnico. Texto polycopiado, 101 p.
- MCWILLIAMS, P. E. (2000) — Archaeology: Western Europe. In JOHNSTON, W. M., ed. lit. — *Encyclopedia of Monasticism*. Nova Iorque: Routledge, p. 50-53.
- MOITA, I. (1964) — Hospital Real de Todos-os-Santos — I. Relatório das escavações a que mandou proceder a C.M.L., de 22 de Agosto a 24 de Setembro de 1960. *Revista Municipal*. Lisboa. 101/102, p. 76-100.
- NEOÉPICA (2006) — *Instituto Hidrográfico de Lisboa*. [Em linha]. S. l. [Consult. 25 mar. 2020]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.neoepica.pt/index.php/projetos/2006/item/373-instituto-hidrografico-de-lisboa>>.
- NEOÉPICA (2013) — *Terraços do Carmo, Lisboa*. [Em linha]. S. l. [Consult. 25 mar. 2020]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.neoepica.pt/index.php/projetos/ano2013/item/538-terraços-do-carmo-lisboa>>.
- NEOÉPICA (2015) — *Convento do Santíssimo Sacramento, Lisboa*. [Em linha]. S. l. [Consult. 25 mar. 2020]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.neoepica.pt/index.php/projetos/ano2015/item/874-convento-do-sant%C3%ADssimo-sacramento-lisboa>>.

- PINHEIRO, H. I. H. (2015) — *Arqueologia urbana em Lisboa: o Convento do Carmo entre os séculos XIV e XIX*. Relatório de Estágio de Mestrado em Arqueologia apresentado à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Texto policopiado, 123 p.
- PINTO, I. V.; MAGALHÃES, A. P.; BRUM, P.; SANTOS, F. (2019) — Problemáticas em torno da Basílica de Tróia. In LOPEZ VILLAR, J., ed. lit. — *Congrès Internacional d'Arqueologia i Mon Antic*, 4, Tarragona, 2018. *Actes — Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispànica*, 7, Tarragona, 2018. Barcelona: Instituto de Estudios Catalanes p. 385-393.
- RAMALHO, M. M. B. de M. (2004) — Intervenção arqueológica no jardim do Claustro do Mosteiro dos Jerónimos. *Estudos/Património*. Lisboa. 7, p. 168-174.
- RAMALHO, M. de M. (2011) — Arqueologia da arquitectura no Convento do Santíssimo Sacramento — primeiros resultados. *Estudos/Património*. Lisboa. 11, p. 86-89.
- RAMALHO, M. M. B. de M. (2016) — Memórias e vestígios arqueológicos de quatro casas religiosas de Lisboa. Convento de São Francisco, Casa Professa de São Roque, Casa do Espírito Santo da Pedreira e Convento do Santíssimo Sacramento. *Revista de História da Arte*. Lisboa. 5, p. 119-137.
- RAMALHO, M. de M. (2019) — Monges e meretrizes do Desterro. *Flauta de Luz*. Lisboa. 6, p. 220-229.
- RAMALHO, M. de M.; VIEGAS, C. (1994) — Intervenção arqueológica nos Armazéns do Chiado (Lisboa). In ARNAUD, J. M., coord. — *Jornadas Arqueológicas*, 5, Lisboa, 1994. Actas. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 243-252.
- SARDINHA, O. (1990/1992) — Olarias pedradas portuguesas: contributo para o seu estudo. 1. Os objetos procedentes do Convento de Santa Ana e do Hospital Real de Todos-os-Santos. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 8/10, p. 487-512.
- SILVA, R. B.; BARGÃO, A.; LOPES, G. C.; BAÇO, J.; FERREIRA, S. de C. (2019) — Os poços medievais das hortas do Convento de São Domingos: Resultados da I. A. U. da Praça da Figueira 1999-2001. Comunicação proferida no 4.º Seminário *Fragmentos de Arqueologia de Lisboa: Água dos Homens e dos Deuses... captar, distribuir, conter...*. Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa (CML), Sociedade de Geografia de Lisboa.
- SILVA, R. B. da; LEITE, A. C. (2015) — O Hospital Real de Todos-os-Santos. In TEIXEIRA, A.; VILLADA PAREDES, J.; SILVA, R. B., coord. — *Lisboa 1415 Ceuta: história de dos ciudades = história de duas cidades*. Ceuta: Ciudad Autonoma de Ceuta; Lisboa: Câmara Municipal. p. 49-52.
- SILVA, T. M. H. M. (2015) — *Arqueologia conventual de Tavira: Contributo para o seu conhecimento*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Texto policopiado. 234 p.
- SIMÃO, I.; FURTADO, C.; LOURENÇO, M.; EVANGELISTA, L. (2017) — Um olhar sobre a evolução do extinto Tribunal da Boa Hora. *Apontamentos de Arqueologia e Património*. Cruz Quebrada. 12, p. 49-58.
- SOUSA, B. V., dir. (2016) — *Ordens Religiosas em Portugal: Das Origens a Trento. Guia Histórico*. Lisboa: Livros Horizonte. 591 p.
- SOUSA, M. M. de (2020) — *As evidências dos estados alterados de consciência no registo arqueológico da Idade Moderna em Portugal*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Texto policopiado. 420 p.
- SUCENA, E. (2006-2007) — O vale e o Convento de Chelas. *Arqueologia e História*. Lisboa. 58/59, p. 167-176.
- TORRES, J. B. (2011) — *Quotidianos no Convento de São Francisco de Lisboa: uma análise da cerâmica vidrada, faiança portuguesa e porcelana chinesa*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Texto policopiado.



# Lisboa *Ex Machina*

JOÃO SEQUEIRA\*, ISABEL CAMEIRA\*\*

## 1. Introdução

Esta reflexão acerca da Lisboa industrial pretende trazer um balanço comentado dos últimos 25 anos de intervenções arqueológicas sobre contextos industriais nesta cidade. Para tal, os autores propõem uma definição do que entendem por «industrial» neste âmbito, não para estabelecer ou selar o conceito, mas para promover o debate que tem sido escasso no discurso dos eventos nacionais de arqueologia, relativamente à transversalidade temporal da temática. Edifícios industriais, espaços fabris ou oficinas, sendo potencial património industrial, devem ou não ser igualmente estudados com metodologia arqueológica, tal como qualquer outro sítio? Sendo a resposta a esta pergunta cada vez mais afirmativa, propõe-se uma compreensão da evolução da identificação e do interesse destes contextos, junto dos profissionais de arqueologia, o reconhecimento da forma como a tutela tem implementado a tendência, argumentando, além disso, de que forma a reconfiguração da lei em vigor pode vir a ajudar no cuidado com que se devem tratar estes vestígios tão voláteis.

## 2. Definições e Enquadramentos Teóricos Propostos

Podemos partir de uma premissa simples e pouco flexível, dizendo que os contextos industriais são espaços e/ou edificações cujo destino é a produção de coisas, produtos, artefactos, bens, de forma massificada, tendencialmente capitalista, com uma cadeia operativa que é consequentemente produtiva, com operariado, chefias e patronato. Isto será uma descrição simplificada e superficial da totalidade do contexto, juntando de uma vez só a «infraestrutura» e as estruturas físicas. Desta forma, a identificação de um espaço industrial parece fácil. No entanto, se identificar contextos industriais pode parecer tarefa fácil à partida, conferir-lhes enquadramento com o que os rodeia já será outra narrativa. O enquadramento, seja ele tipológico, social, económico, antropológico, historiográfico ou arqueológico, mudará a perspetiva com a qual se pode problematizar para atingir os objetivos de um estudo. Obviamente, utilizaremos o ponto de vista da arqueologia, até porque, como ciência multidisciplinar, socorre-se audaciosamente dos outros ramos científicos.

\* CICS NOVA, Universidade do Minho; Instituto de História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa/IN2PAST — Laboratório Associado para a Investigação e Inovação em Património, Artes, Sustentabilidade e Território. Bolseiro de Doutoramento da Fundação Ciência e Tecnologia. *E-mail:* jlpbsequeira@gmail.com

\*\* Centro de Arqueologia de Lisboa — Câmara Municipal de Lisboa. *E-mail:* isabel.cameira@cm-lisboa.pt

Texto concluído no final de 2021. Os autores não subscrevem o AO de 1990.

Contudo, por um lado, na definição proposta, não foram consideradas as cadeias de distribuição dos bens, nem a *jusante*, nem a *montante* da indústria, nem as «paisagens industriais» criadas, que são mencionadas nas cartas de património, mas cuja definição do ponto de vista da arqueologia continua a ser pouco explorada e incerta<sup>1</sup>. Por outro lado, em contexto de «salvamento» dos registos, das estruturas, das máquinas ou dos vestígios, assim como da análise dos procedimentos legais e logísticos que as empresas enfrentam, não se permite a observação dos cenários de fundo, quando eles ainda existem, o que deixa a prática da especialidade muito aberta a debate teórico-prático.

Nesta reflexão utilizaremos três ferramentas de definição metodológica que não terão o propósito de espartilhar os resultados, mas apenas servirão para circunscrever as balizas deste trabalho. Em primeiro lugar, limitar-nos-emos, geograficamente, à área da cidade de Lisboa. Aqui, dada a cronologia histórica, utilizaremos as divisões propostas em 1886<sup>2</sup>, porque os nomes das freguesias de então perduraram na documentação e nos registos durante algumas décadas.

Em segundo lugar, e dada a cronologia proposta no âmbito da efeméride acerca da exposição «Lisboa Subterrânea», serão simplesmente considerados os trabalhos arqueológicos dentro do período que vai de 1996 a meados de 2019, e que incidam na cronologia definida pela historiografia como o *período contemporâneo*, que irá desde 1755 até à atualidade<sup>3</sup>.

Em terceiro lugar, utilizaremos os dados oficiais disponibilizados pela instituição que atualmente tutela o exercício de intervenções arqueológicas (empresariais ou não), que é a DGPC, na ferramenta digital Endovélico ou no recurso informático denominado Geoportal<sup>4</sup>, da Câmara Municipal de Lisboa. Serão também consideradas algumas informações de intervenientes cuja prática esteja legalmente creditada, ou as autorizações entregues ao Centro de Arqueologia de Lisboa (CAL). Dados documentais históricos, embora importantes, serão relativizados quando não tiverem a comprovação registada pelos canais atrás elencados.

As duas últimas ferramentas de afinação são propositadamente condicionadas para, mais adiante, provocarmos o debate no que concerne a cronologias do que é *industrial* e que contextos configuram esta característica ou conjunto de características.

Importa explicar que não estamos a utilizar conceitos preestabelecidos, tais como a expectativa de que a arqueologia industrial apenas estuda os vestígios da Revolução Industrial, o que condiciona a abordagem dentro de cronologias rígidas, muito influen-

<sup>1</sup> Tal como grande parte da terminologia «emprestada» por outros ramos da ciência que a arqueologia utiliza, também o conceito de «paisagem» requer um debate teórico mais constante, devido às alterações sociais e tecnológicas (Ansuetz; Wilshusen & Scheick, 2001).

<sup>2</sup> A divisão dos bairros e das paróquias conforme se pode consultar em <http://legislacao.regia.parlamento.pt/V/1/60/68/p957> [Consult. 23 jan. 2020].

<sup>3</sup> Estas divisões históricas são igualmente questionadas pelos autores, argumentando que dificilmente nos sentimos contemporâneos de alguém que tenha vivido nos finais do século XVIII. A definição «passado recente» seria mais lógica, mas encetaria uma discussão que não tem lugar no presente trabalho. Para um ponto de partida, cf. Le Goff, 2015.

<sup>4</sup> O Geoportal é o resultado de uma colaboração iniciada em 2016 entre o Departamento de Sistemas de Informação/Divisão de Gestão de Informação Georreferenciada (DSI/DGIG) e o Centro de Arqueologia da Câmara Municipal de Lisboa (CML/CAL). Trata-se de uma base de dados georreferenciada contendo a informação arqueológica e urbanística existente nos Pedidos de Autorização de Trabalhos Arqueológicos (PATA) e Relatórios Finais/Preliminares, entregues pela tutela (DGPC) na CML/CAL, nos termos do Decreto-Lei n.º 164/2014 — n.º 9 do Artigo 6.º e n.º 4 do Artigo 16.º Sendo um trabalho contínuo, são criados registos numa base quase diária, contando atualmente com mais de 1626 registos. É um instrumento de trabalho que se pretende disponibilizar num futuro próximo para servir os agentes urbanísticos da cidade de Lisboa.



Fig. 1 — Intervenção arqueológica das Casas do Governador, imagem retirada de <https://www.uniarq.net/projecto-casa-do-governador.html>. [Consult. 20 ago. 2020].

ciadas pela realidade anglo-saxónica, tão diferente da nossa em múltiplos aspetos. O que iremos utilizar como orientação teórica para este trabalho pode ser resumido da seguinte forma: as arqueologias temáticas, tais como a arqueologia da morte, dos totalitarismos, do abandono, e, para o estudo em apreço, a arqueologia industrial, não devem sofrer imposições cronológicas, correndo o risco de se tornarem incongruentes. Vejam-se os exemplos do contexto musealizado do Núcleo Arqueológico da Rua dos

Correiros (complexo industrial de salga e conserva de preparados piscícolas, séculos I a V), ou da Casa do Governador da Torre de Belém (cronologia e funcionalidades idênticas), onde ninguém duvidará que estamos também perante contextos industriais. A multitemporalidade dos temas não os deveria tornar exclusivos de uma especialização da arqueologia. Defendemos que não é humanamente possível, nem desejável. Portanto, nem tudo o que se passou dentro do século XIX é *exclusivamente* industrial, e fora das balizas do século XIX também há indústria. Concordamos com Barry Trinder quando argumenta que «the study of the industrial past cannot be wholly isolated from other periods» (Douet, 2012, p. 28), ou Artur Raistrick, no mesmo tom: «... it becomes much easier to see industrial archaeology as the investigation of the whole history of industry through the ages» (Raistrick, 1972, p. 10). Por fim, a frase de Kate Clark resume igualmente a nossa argumentação: «Industry is part of the economy of all different periods — if you just look at industry you are missing by the archaeology of the whole.»<sup>5</sup> No escasso debate teórico nacional, são de destacar as observações de investigadores portugueses que têm vindo a alertar para a necessidade da discussão teórica e metodológica/prática da arqueologia industrial (Cordeiro, 2000; Silva, 1986). Assim, os signatários do presente trabalho têm-se deparado nos últimos anos com algumas dúvidas substanciais e comprovadas acerca da alocação rígida de um período cronológico restrito para o estudo arqueológico das indústrias. O espectro deve ser alargado e inclusivo, já que a tentativa de exclusividade no que concerne a uma disciplina solitária e pretensamente independente, na generalidade, não tem produzido resultados positivos.

Estando a metodologia e o enquadramento esclarecidos, serão apresentados de seguida os dados apurados no que concerne a intervenções arqueológicas em Lisboa que tenham identificado espaços industriais, organizados de forma cronológica crescente.

<sup>5</sup> Informação pessoal partilhada pela investigadora durante uma conversa com os autores deste texto.

### 3. Os Últimos 25 Anos

De acordo com os critérios elencados, apresentamos assim as intervenções que consideramos serem de contextos industriais, organizadas de forma cronológica não do contexto, mas da intervenção em si:

Ano: 1996  
Morada: Rua António Maria Cardoso, n.º 1 a 5  
Designação: Terraços de Bragança (antiga Fábrica de Cerveja Jansen)  
Freguesia: Santa Maria Maior  
Código SIG — Geoportal/CML: Ofício não recebido na CML  
Classificação patrimonial: Conjunto de Interesse Público; Legislação: Portaria n.º 740-DV/2012, DR, 2.ª série, n.º 248, Suplemento de 24-12-2012; Decreto n.º 95/78, DR, 1.ª série, n.º 210, de 12-09-1978  
Fonte: Base de dados DGPC — Portal do Arqueólogo CNS 12779  
Observações: Não havendo vestígios das indústrias, considera-se este sítio pelas fontes dispersas encontradas: <https://restosdecoleccion.blogspot.com/2016/01/fabrica-e-mercearia-jansen.html> ou <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/documentais>. É possível que, à data da intervenção, a ausência de sensibilidade aos contextos industriais se tenha refletido na recolha de espólio e de informação.

Ano: 2000  
Morada: Calçada do Cascão, n.º 35  
Designação: Antiga Fábrica Schalk  
Freguesia: São Vicente  
Código SIG — Geoportal/CML: CS-90365  
Classificação patrimonial: Zona de Proteção dos Imóveis  
Fonte (DGPC/CML ou Portal do Arqueólogo): Base de dados DGPC — Portal do Arqueólogo  
Observações: Artigo já publicado sobre esta intervenção revela pormenores relativos à Fábrica Schalk (Folgado; Custódio; Leitão, 2003).

Ano: 2000  
Morada: Rua do Machado, n.º 47  
Designação: «Fábrica de Papel»  
Freguesia: Carnide  
Código SIG — Geoportal/CML: Não tem.  
Classificação patrimonial: Imóveis em Vias de Classificação  
Fonte (DGPC/CML ou Portal do Arqueólogo): Ofício DGPC (antigo IPPAR)  
Observações: O porquê de aparecer esta designação não é comprovado, pois, apesar de no relatório existirem estruturas associadas a uma «fábrica», a consulta em processo de obra remete para a existência de outro tipo de produção, que não papel — Curtidora

Eletromecânica Limitada (informação CML/Arquivo Municipal). Primeira referência data de 1923 — Processo de Obra Arquivo Municipal Intermédio: Obra 41479.

Ano: 2008

Morada: Travessa da Pena, n.º 2 a 8

Designação: Antiga Engomadoria Ramiro Leão

Freguesia: Arroios

Código SIG — Geoportal/CML: Não tem.

Classificação patrimonial: Zona Especial de Proteção

Fonte (DGPC/CML ou Portal do Arqueólogo): Ofício DGPC

Observações: Antiga engomadoria de onde foi doada toda a maquinaria *in situ* à CML.

Ano: 2009

Morada: Rua da Rosa, n.º 309

Designação: Antiga Lithografia Portugal

Freguesia: Misericórdia

Código SIG — Geoportal/CML: Não tem

Classificação patrimonial: Conjunto de Interesse Público

Fonte (DGPC/CML ou Portal do Arqueólogo): Ofício DGPC (antigo IGESPAR)

Observações: No ofício de aprovação surge menção à Lithografia, mas o relatório da escavação não tem referências aos espólios encontrados. Existe um artigo criado pela empresa de arqueologia e dedicado a esse espólio encontrado e mais tarde entregue ao depósito da CML/Museu da Cidade (Sarrazola, Carneiro, 2011).

Ano: 2010

Morada: Rua do Jardim Botânico, n.º 1

Designação: Padaria

Freguesia: Ajuda

Código SIG — Geoportal/CML: Não tem

Classificação patrimonial: Zona Especial de Proteção

Fonte (DGPC/CML ou Portal do Arqueólogo): Ofício DGPC

Observações: Informação sobre a existência da padaria neste local, feita pela empresa Atalaia Plural.

Ano: 2008/2013

Morada: Travessa Dom Pedro de Menezes — adro sul do Carmo

Designação: Ligação Pedonal do Pátio B da zona sinistrada do Chiado, Largo do Carmo e Terraços do Carmo

Freguesia: Santa Maria Maior

Código SIG — Geoportal/CML: CS-90192 (2008)/CS-90193 (2008)/CS-90206 (2010)/90149 (2013)

Classificação patrimonial: Conjunto de Interesse Público; Zona de Proteção dos Imóveis. Plano de Pormenor de Salvaguarda da Baixa Pombalina

Fonte (DGPC/CML ou Portal do Arqueólogo): Ofícios DGPC; CNS 3996

Observações: Estruturas do «barracão» do sistema de iluminação do elevador de 1902.

Ano: 2012

Morada: Avenida 24 de Julho

Designação: Construção da sede corporativa do Grupo EDP (Antiga fábrica de gás da Boavista)

Freguesia: Misericórdia

Código SIG — Geoportal/CML: Não tem

Classificação patrimonial: Plano de Pormenor do Aterro da Boavista Nascente

Fonte (DGPC/CML ou Portal do Arqueólogo): Ofício DGPC (antigo IGESPAR)

Observações: Vestígios da antiga fábrica de gás da Boavista (informações da empresa que acompanhou os trabalhos, neste caso, ERA Arqueologia — <http://era-arqueologia.pt/projectos/141>).

Ano: 2013 e 2014

Morada: Avenida da Ribeira das Naus

Designação: Requalificação de Lisboa — Dique da Ribeira das Naus

Freguesia: Santa Maria Maior

Código SIG — Geoportal/CML: CS-91001

Classificação patrimonial: Conjunto de Interesse Público; Plano de Pormenor de Salvaguarda da Baixa Pombalina

Fonte (DGPC/CML ou Portal do Arqueólogo): Ofício DGPC

Observações: Esta intervenção corresponde à 2.ª fase da requalificação e trata a zona do Arsenal da Marinha. No relatório final são referidas várias estruturas: casa da caldeira, doca da caldeirinha, carreiras de construção naval e rampas construtivas do estaleiro da Ribeira das Naus.

Ano: 2014

Morada: Rua Fernandes Tomás

Designação: Antiga Fábrica de Vidros das Gaivotas (Informação no PATA)

Freguesia: Misericórdia

Código SIG — Geoportal/CML: CS-90855

Classificação patrimonial: Zona Especial de Proteção; Plano de Urbanização do Núcleo Histórico do Bairro Alto e Bica

Fonte (DGPC/CML ou Portal do Arqueólogo): Ofício DGPC

Observações: No relatório final são identificadas estruturas relacionadas com a fábrica de vidro de 1811.

Ano: 2014

Morada: Rua do Alviela, n.º 12

Designação: Museu da Água (antiga Estação Elevatória a Vapor dos Barbadinhos)

Freguesia: São Vicente

Código SIG — Geoportal /CML: Não tem  
 Classificação patrimonial: Conjunto de Interesse Público  
 Fonte (DGPC/CML ou Portal do Arqueólogo): Ofício DGPC  
 Observações: Acompanhamento arqueológico num local incontornavelmente industrial.

Ano: 2014/2016  
 Morada: Rua dos Remédios, n.º 139  
 Designação: Padaria  
 Freguesia: Santa Maria Maior  
 Código SIG — Geoportal/CML: CS-90918  
 Classificação patrimonial: Plano de Urbanização do Núcleo Histórico de Alfama e Colina do Castelo  
 Fonte (DGPC/CML ou Portal do Arqueólogo): Ofício DGPC; CNS 34764  
 Observações: Local onde se observaram estruturas ligadas a uma antiga padaria.

Ano: 2014 e 2018  
 Morada: Rua de São Domingos, n.º 8  
 Designação: Antiga Fábrica de Cerâmica Constância  
 Freguesia: Estrela  
 Código SIG — Geoportal/CML: CS-90934 (2018)  
 Classificação patrimonial: Zona Especial de Proteção  
 Fonte (DGPC/CML ou Portal do Arqueólogo): Ofício DGPC  
 Observações: O ofício/relatório tem informação acerca da presença da fábrica. A CML foi chamada ao local para averiguar a possibilidade de recolha de espólio ou vestígios de produção. O PATA de 2018 não faz referência à existência da fábrica no local.

Ano: 2015 /2019  
 Morada: Rua da Praia do Bom Sucesso, n.º 9 a 11  
 Designação: Antigo núcleo industrial do Bom Sucesso (Nacional Fábrica de Máquinas a Vapor e Moagem do Bom Sucesso)  
 Freguesia: Belém  
 Código SIG — Geoportal/CML: CS-90417  
 Classificação patrimonial: Zona de Proteção dos Imóveis  
 Fonte (DGPC/CML ou Portal do Arqueólogo): Ofício DGPC  
 Observações: Foram solicitados PATAS desde 2015, mas os trabalhos só começaram em 2019. O CAL foi chamado informalmente para ver as estruturas encontradas: vestígios ligados à maquinaria a vapor, aos fornos e possivelmente à vizinha fábrica de vidro.

Ano: 2015  
 Morada: Rua Washington, n.º 76  
 Designação: Padaria  
 Freguesia: São Vicente  
 Código SIG — Geoportal/CML: CS-90859  
 Classificação patrimonial: Zona Especial de Proteção

Fonte (DGPC/CML ou Portal do Arqueólogo): Ofício DGPC

Observações: Informação indicada pela arqueóloga Vanessa Filipe.

Ano: 2015/2017

Morada: Rua da Junqueira, n.º 156 a 158

Designação: Antiga Fábrica de Curtumes

Freguesia: Alcântara

Código SIG — Geoportal/CML: CS- 90875

Classificação patrimonial: Imóveis de Interesse Público; Zona de Proteção dos Imóveis

Fonte (DGPC/CML ou Portal do Arqueólogo): Ofício DGPC

Observações: Com a identificação de contextos fabris, foi preconizada a escavação arqueológica integral dos depósitos associados.

Ano: 2016

Morada: Largo do Conde Barão, n.º 13-14/Boqueirão do Duro, n.º 38-42/Rua Dom Luiz I, n.º 28-28 B

Designação: Antiga Vulcano e Colares

Freguesia: Misericórdia

Código SIG — Geoportal/CML: CS-90572

Classificação patrimonial: Plano de Pormenor do Aterro da Boavista Poente

Fonte (DGPC/CML ou Portal do Arqueólogo): Ofício DGPC; CNS 36630

Observações: A CML/CAL foi chamada informalmente ao local onde se observaram estruturas ligadas à antiga fábrica. Foram realizados tanto o levantamento como a interpretação possível dos vestígios industriais (Sequeira, Silva, 2017).

Ano: 2016

Morada: Rua da Praia do Bom Sucesso, n.º 21 a 23/Travessa da Saúde, n.º 2/Avenida da Índia

Designação: Antiga Fábrica de Lanifícios

Freguesia: Alcântara

Código SIG — Geoportal/CML: CS-90803

Classificação patrimonial: Zona Especial de Proteção

Fonte (DGPC/CML ou Portal do Arqueólogo): Ofício DGPC

Observações: A CML/CAL foi chamada informalmente ao local onde se observaram estruturas ligadas à antiga fábrica de lanifícios.

Ano: 2016

Morada: Travessa das Galinheiras, n.º 16 a 18/Travessa dos Ferreiros a Belém

Designação: Refinação de açúcar e confeitaria

Freguesia: Belém

Código SIG — Geoportal/CML: CS-91130

Classificação patrimonial: Zona Especial de Proteção

Fonte (DGPC/CML ou Portal do Arqueólogo): Ofício DGPC

Observações: Pode consultar-se no Arquivo Municipal de Lisboa a documentação da Obra 9865.

Ano: 2016

Morada: Rua Nova do Loureiro, n.º 21 a 25

Designação: Antiga torrefação de café

Freguesia: Misericórdia

Código SIG — Geoportal/CML: CS-90956

Classificação patrimonial: Conjunto de Interesse Público

Fonte (DGPC/CML ou Portal do Arqueólogo): Ofício DGPC

Observações: A CML/Museu da Cidade foi chamada ao local pelo arqueólogo responsável e foi possível ver as máquinas de torrefação *in situ*.

Ano: 2017

Morada: Largo de Santos, n.º 11/Largo Vitorino Damásio, n.º 5 a 6/Calçada Marquês de Abrantes, n.º 65 a 67

Designação: Largo de Santos, n.º 11

Freguesia: Estrela

Código SIG — Geoportal/CML: CS-90629

Classificação patrimonial: Zona Especial de Proteção conjunta do Museu Nacional de Arte Antiga e dos imóveis classificados na sua área envolvente

Fonte (DGPC/CML ou Portal do Arqueólogo): Ofício DGPC; Portal do Arqueólogo CNS 31074

Observações: No ofício/relatório da DGPC tem como informação, na análise técnica, a identificação de contextos revelados em campanhas anteriores entre 2008 e 2010, onde se identificaram diversos contextos, «nomeadamente estruturais industriais».

Ano: 2017

Morada: Rua de Dom Dinis, n.º 1 a 8

Designação: Padaria

Freguesia: Campo de Ourique

Código SIG — Geoportal/CML: CS-90594

Classificação patrimonial: Nível de PDM III

Fonte (DGPC/CML ou Portal do Arqueólogo): Ofício DGPC

Observações: Apesar de não incidir diretamente nos contextos industriais do sítio arqueológico, existe bibliografia acerca dos vestígios materiais exumados (Reis et al., 2020).

Ano: 2017

Morada: Rua da Boavista, n.º 13 a 19

Designação: Subestação da Boavista

Freguesia: Misericórdia

Código SIG — Geoportal/CML: CS-90819

Classificação patrimonial: Aterro da Boavista Nascente.

Fonte (DGPC/CML ou Portal do Arqueólogo): Ofício DGPC

Observações: Intervenção sobre a qual foi elaborado um artigo (Sequeira et al., 2021).

Ano: 2017

Morada: Campo de Santa Clara, n.º 78 (Pátio da Goma)

Designação: Oficinas e armazenamento de maquinaria

Freguesia: São Vicente

Código SIG — Geoportal/CML: CS-91103

Classificação patrimonial: Zona de Proteção dos Imóveis

Fonte (DGPC/CML ou Portal do Arqueólogo): Ofício DGPC

Observações: Foi efetuada recolha de garrafas de licor. Existiam outras máquinas, mas estavam ligadas a outro tipo de laboração.

Ano: 2017

Morada: Torre de Belém (acessos)

Designação: Fábrica de subprodutos (ligada à Fábrica de Gás de Belém)

Freguesia: Belém

Código SIG — Geoportal/CML: CS-90416

Classificação patrimonial: Zona Especial de Proteção

Fonte (DGPC/CML ou Portal do Arqueólogo): Ofício da DGPC

Observações: Estruturas associadas a instalações da fábrica de subprodutos dependente da fábrica de gás. Processo de Obra 32761, consultável no Arquivo Distrital de Lisboa.

Ano: 2018/2019

Morada: Avenida da Índia/Rua de Cascais (Lotes 3, 4, 7, 8 e 9)

Designação: Loteamento de Alcântara

Freguesia: Alcântara

Código SIG — Geoportal/CML: CS-90945 (2018) + CS91267 (2019) + CS 91289 (2019)

Classificação patrimonial: Zona Especial de Proteção

Fonte (DGPC/CML ou Portal do Arqueólogo): Ofício DGPC

Observações: Várias referências às estruturas industriais existentes, tais como a Fábrica de Lanifícios Dauphiás, o Complexo Fabril da Refinaria Colonial e o Complexo Fabril da SIDUL.

Ano: 2018/2019

Morada: Avenida da Índia/Rua de Cascais (Lote 12)

Designação: Loteamento de Alcântara

Freguesia: Alcântara

Código SIG — Geoportal/CML: CS-90946 (2018) + CS 91443 (2019)

Classificação patrimonial: Zona Especial de Proteção

Fonte (DGPC/CML ou Portal do Arqueólogo): Ofício DGPC

Observações: Referências a contextos industriais integrados em diversas fases ocupacionais entre os séculos XIX e XX. Nas medidas de minimização indica-se a obrigatoriedade da inclusão de arqueólogos na área de património industrial.

Ano: 2018

Morada: Travessa Teixeira Júnior, n.º 1/Rua Maria Luísa Holstein e Cozinha Económica

Designação: Antiga Fábrica A Napolitana

Freguesia: Alcântara

Código SIG — Geoportal/CML: CS-91132

Classificação patrimonial: Imóveis em Vias de Classificação

Fonte (DGPC/CML ou Portal do Arqueólogo): Ofício DGPC

Observações: Identificação e registo de estruturas relacionadas com a Fábrica A Napolitana.

Ano: 2018

Morada: Beco dos Curtumes, n.º 10 a 16/Rua de São Pedro, n.º 11 a 21

Designação: ?

Freguesia: Santa Maria Maior

Código SIG — Geoportal/CML: CS-91122

Classificação patrimonial: Zona Especial de Proteção; Plano de Urbanização do Núcleo Histórico de Alfama e Colina do Castelo

Fonte (DGPC/CML ou Portal do Arqueólogo): Ofício DGPC

Observações: Referências a contextos estruturais e estratigráficos de cronologia moderna e contemporânea, edifícios com tanques de funcionalidade eventualmente industrial, relacionada com curtumes.

Ano: 2019

Morada: Avenida da Índia, n.º 172

Designação: Edifício do complexo da moagem do Bom Sucesso

Freguesia: Belém

Código SIG — Geoportal/CML: CS-91416

Classificação patrimonial: Zona Especial de Proteção

Fonte (DGPC/CML ou Portal do Arqueólogo): Ofício DGPC

Observações: Sem estruturas detetadas de ligação à produção.

#### 4. Evoluções do Panorama Português

Como se pode observar pelos dados disponibilizados, é notória a sensibilização que lentamente é demonstrada pelos arqueólogos, de uma forma geral, quanto a contextos industriais, sejam eles conjuntos arquitetónicos, com maquinaria integrada, vestígios de cadeias produtivas, bairros e pátios de operários (Reis et al., 2020), oficinas ou armazéns. A concentração indica sobretudo onde têm decorrido as principais obras da capital portuguesa, e onde se localizavam as indústrias que ao longo dos tempos se instalaram estrategicamente para aproveitar o meio de comunicação que era, e ainda é, o Rio Tejo. Disto é exemplo uma das intervenções atrás referida (Fundição Vulcano & Collares, ERA Arqueologia), que foi das primeiras intervenções na cidade de Lisboa a ter um pedido de análise de estruturas industriais, por parte da DGPC (Sequeira, Silva, 2017). Outras em-

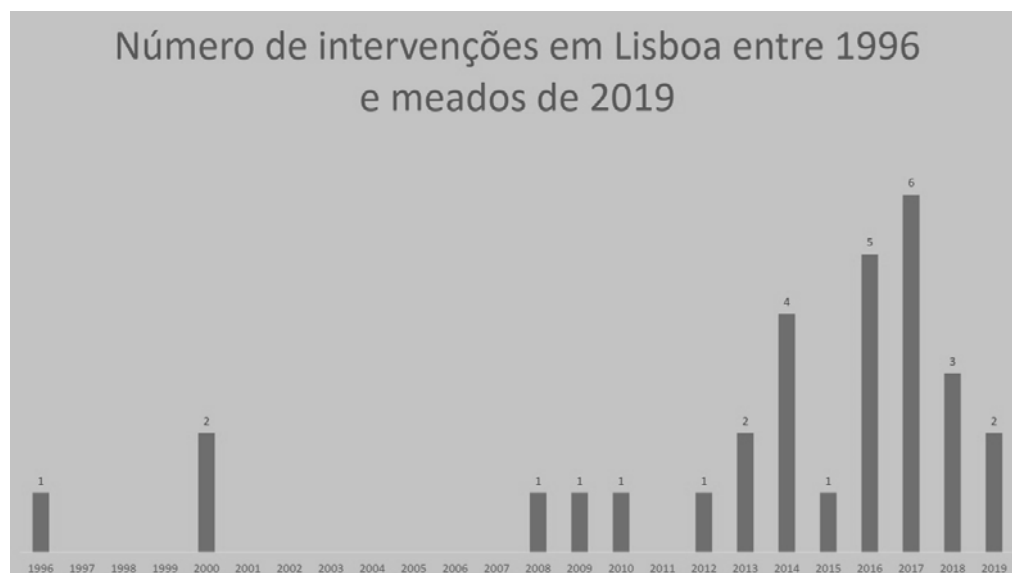


Fig. 2 — Gráfico representativo das intervenções entre 1996 e 2019.

presas de arqueologia nacionais, tais como a Cota 80.86 ou a Clay Arqueologia, vão seguindo esta tendência, reportando contextos de cronologias ou utilizações que até aqui, na zona da capital, eram descartados ou ignorados. De referir também a empresa Arqueologia e Património, que, apesar de sediada em Matosinhos, tem tido a seu encargo intervenções em contextos incontestavelmente industriais, tal como a da Fábrica de Cerâmica de Massarelos<sup>6</sup>. Durante a elaboração deste trabalho, surgiram outras intervenções em contextos industriais, tal como a do Convento do Beato, por parte da empresa Clay Arqueologia, mas, seja por estarem ainda em fase de intervenção, seja por questões da metodologia desta abordagem, terão de fazer parte de trabalhos futuros.

Estes registos, até muito recentemente, não eram vistos pela comunidade arqueológica, de uma forma geral, como objetos com interesse patrimonial/arqueológico. Nos últimos 40 anos, em Portugal, o esforço de demonstrar aos arqueólogos a importância do registo e da preservação de contextos industriais é creditado a nomes de destaque, tais como Jorge Custódio, Amado Mendes, Graça Filipe, José Lopes Cordeiro, Deolinda Folgado ou Ana Cardoso de Matos, entre outros, que, curiosamente, não sendo arqueólogos de formação, têm tido percursos de incansável militância pela divulgação, ensino e publicação destes assuntos.

No que concerne à prática profissional de um dos autores deste trabalho (I. C.), é notório o avolumar de pedidos de apoio na interpretação dos contextos por parte de empresas de arqueologia na zona de Lisboa. Estes pedidos são dirigidos ao Centro de Arqueologia de Lisboa (CAL). Este centro, inaugurado em 2013 como equipamento cultural da cidade, foca-se na preservação e valorização da sua memória coletiva. O CAL, além de assessorar a Câmara Municipal de Lisboa na gestão urbanística do seu património, estabelece o Depósito de Bens Arqueológicos recolhidos nas múltiplas intervenções arqueológicas que ocorrem em Lisboa, sendo por isso um serviço fundamental para a investigação histórica da cidade.

<sup>6</sup> [Em linha]. [Consult. 23 jan. 2020]. Disponível em WWW: <https://www.arqueologiaepatrimonio.pt/arqueologia>.



Fig. 3 — Mapa de incidências territoriais.

A «explosão» imobiliária a partir de 2016 implicou o aumento significativo do número de intervenções arqueológicas em locais e áreas com vestígios industriais (conhecidos ou não), o que levou a que arqueólogos e empresas contactassem o CAL e outros especialistas da área, dado que muitas vezes admitiam não estar sensibilizados para estes contextos. Em algumas ocasiões também admitiram nunca anteriormente lhes terem sido exigidas medidas de minimização por parte da tutela, o que implicava uma abordagem diferente nas ações de registo arqueológico.

São vários os exemplos destes contactos já atrás referidos, como a Antiga Fábrica Constância, a Antiga Fábrica dos Curtumes na Junqueira e a Moagem do Bom Sucesso<sup>7</sup>, entre outros, e em que, graças à boa relação entre os responsáveis das intervenções e essa maior sensibilidade a estes contextos, foi possível a troca de informações e de conhecimento e, em alguns casos, a recolha de espólio, assegurando a salvaguarda destas memórias.

## 5. Discussão

No cenário arqueológico nacional é notória uma certa indefinição territorial e espacial no que concerne ao que é *arqueológico* após a datação limiar de 1755, causando desconforto tanto a profissionais no terreno como a investigadores. «Ainda que ninguém acredite que a segunda metade do século XVIII seja já considerada Idade Contemporânea, existe uma ideia propagada, ocasionalmente contestada, que tudo o que é pós-terramoto é já demasiado recente para merecer uma atenção científica e o reconhecimento

<sup>7</sup> Em 1821 instalou-se no Bom Sucesso a Nacional Fábrica de Máquinas a Vapor, onde, pela primeira vez em Portugal, se aplicou uma máquina a vapor à indústria (Reis, 2006).



Fig. 4 — Intervenção arqueológica da empresa Clay Arqueologia no espaço do Convento do Beato. Fotografia dos autores.

académico generalizado» (Casimiro & Sequeira, 2020, p. 89). No entanto, este percurso de marcada exclusividade temática levou a que se desconsiderassem contextos de outros enquadramentos, já que ficaram numa «terra de ninguém» (Casimiro & Sequeira, 2019, p. 90). Vejamos um exemplo desta afirmação: a integração das já referidas paisagens industriais num estudo alargado, mesmo quando bem definidas, possuem sempre estruturas cuja integração inquestionável nessa paisagem é totalmente discutível, como uma igreja. Ou um cemitério. Em síntese, sim — podem lá estar como consequência da evolução da envolvente que procede da presença de uma ou mais indústrias, mas estes contextos não são exclusivos do âmbito da arqueologia industrial, mesmo que inseridos numa «paisagem industrial».

O desligar dos elementos da «paisagem industrial» — *desintegrada*, já que muitas das estruturas e equipamentos tendem a uma degradação rápida se estiverem desligados de um contexto (Cordeiro, 2011, p. 5) — não tem tido o debate merecido, provavelmente devido à autoridade inquestionável conferida às cartas de património<sup>8</sup>, ou à ausência de adaptação dos princípios tratados nas mesmas a cada caso específico.

A legislação portuguesa, no articulado da lei de bases do património cultural<sup>9</sup>, contribui no Artigo 2.º para as indefinições já atrás apontadas, logo na primeira alínea: «Para os efeitos da presente lei integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objeto de especial proteção e valorização.» É consensual que estes conceitos

<sup>8</sup> Carta de Nizhny Tagil para o Património Industrial em 2003, ou os Princípios de Dublin em 2011.

<sup>9</sup> [Em linha]. [Consult. 12 mar. 2020]. Disponível em WWW: [http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=844&tabela=leis](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=844&tabela=leis).



Fig. 5 — Central Tejo, imagem retirada de <https://portugal.edp.com/pt-pt/noticias/2016/06/30/central-tejo-renova-se>. [Consult. 20 ago. 2020].

sejam propositadamente vagos, mas com esta alínea o reconhecimento de «interesse cultural relevante» fica remetido para um critério de sensibilidades e gostos pessoais, que não são nem nunca serão unânimes. Porque serão menos importantes, por exemplo, as habitações dos cantoneiros abandonadas ao longo da Estrada Nacional 118, em comparação com outros sítios arqueológicos?

Na mesma lei, reparemos na divisão patente na alínea 3: «O interesse cultural relevante, designadamente histórico, paleontológico, arqueológico, arquitetónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico (...)». Será esta divisão uma das causas para a dificuldade da consideração do que é industrial no igual âmbito do que é arqueológico?

No fundo, o que faz com que um sítio seja *arqueológico* de acordo com a nossa legislação? Tenhamos em conta o caso da Central Tejo como exemplo de tantos conjuntos industriais que temos em Lisboa: seria a sua inclusão numa lista oficial de sítios arqueológicos<sup>10</sup> viável se os arqueólogos procedessem à submissão de um Pedido de Autorização de Trabalhos Arqueológicos (PATA) que compreendesse sondagens de diagnóstico no interior do edifício ou nas imediações do mesmo? Mas, fora da área de Lisboa, temos o caso da Fábrica de Pólvora de Barcarena, que foi intervencionada no âmbito da arqueologia em 2009 (Gomes, Cardoso, 2010/2011) e ainda não está classificada, apesar de protegida patrimonialmente desde 1999. Note-se o contraste com a Fábrica de Pólvora de Vale de Milhaços, musealizada, conservada e classificada, mas não intervencionada arqueologicamente. Legalmente, se a fábrica de Barcarena é *de facto* um sítio arqueológico, porque é que a de Vale de Milhaços não possui este estatuto? Falta-lhe uma sondagem apenas?

<sup>10</sup> [Em linha]. [Consult. 12 mar. 2020]. Disponível em WWW: <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/>.

Todavia, nem todos os sítios atrás elencados foram abordados com metodologia arqueológica de registo de unidades estratigráficas, georreferenciação, sondagens ou recolha de amostras para análises laboratoriais. Foram identificados como industriais, e em muitos deles salvaguardou-se o que era possível de forma responsável, não havendo, infelizmente, capacidade para mais. Isso faz destes espaços sítios arqueológicos de categoria inferior do ponto de vista arqueológico, relegados para a apreciação arquitetónica, técnica, funcional e prosopográfica? Certamente que não, em prol da saúde do debate científico.

## 6. Conclusão

Em Lisboa, nos últimos 25 anos de intervenções arqueológicas, o reconhecimento de contextos industriais em período contemporâneo passou lentamente (e com muitas reticências) a ser algo que o mundo empresarial da arqueologia já não pode ignorar. Consequentemente, a academia também já não o consegue fazer. Atualmente, e olhando internacionalmente à nossa volta, não se justifica a dificuldade na aceitação da arqueologia industrial como uma subdisciplina com adaptações e enquadramentos próprios, mas indissociáveis da prática arqueológica. Não deixa de ser curioso constatar que a evolução deste reconhecimento seja semelhante à forma como a própria industrialização lisboeta ocorreu ao longo do século XIX. O motivo será a igual relutância a novas perspectivas, ou a novos horizontes?

Compreende-se que, sendo frequentemente vestígio de um passado com continuidade no presente, o âmbito da indústria requer uma sensibilidade própria, visto que, muitas vezes, aquilo que legalmente já entra num campo de defesa, preservação ou recuperação patrimonial constitui um bem ou um conjunto de bens ainda a serem utilizados ativamente; o que pressupõe posse por parte de um proprietário, manutenção se a utilização ainda é ativa, impostos e certificações, escrituras e heranças bem ou mal resolvidas, o que não abona a favor da inclusão num campo que se revestiu de exclusiva decisão dos arqueólogos, o que faz com que seja uma área de intervenção por vezes desmoralizante.

Apesar da afinação cronológica de base historiográfica que apresentámos *ad hoc* neste trabalho, reforçamos que a imposição de um período exclusivamente industrial em território português (e intrínseco ao século XIX) não faz qualquer sentido. A colagem dos contextos industriais a balizas cronológicas específicas foi algo que se importou da realidade anglo-saxónica sem a ponderação necessária para o caso português, com base em debates teóricos e afinações de estratégias de preservação patrimonial ocorridas em Inglaterra no início dos anos 60 do século passado. Nesse período, o Inspectorate of Ancient Monuments, inserido no Ministry of Works<sup>11</sup>, aceitou a definição do Council for British Archaeology de que «um monumento industrial é qualquer construção ou outra estrutura fixa, especialmente do período da Revolução Industrial, quer seja única ou associada a planta primária ou a equipamentos, e que ilustre o início e o desenvolvimento das técnicas e processos industriais, incluindo os meios de comunicação». Aparente-

---

<sup>11</sup> Para uma compreensão maior do que se passou na Grã-Bretanha, veja-se Thurley, 2014.

mente, e para o futuro, grande parte dos investigadores ignorou toda a frase e fixou-se na parte que diz «especialmente do período da Revolução Industrial» (Raistrick, 1972, p. 2). No panorama português, a «explosão» industrial enquadra-se na segunda metade do século XIX (Pereira, 1983, p. 90; Mata, 1999, p. 4), assim como as dificuldades inerentes à concorrência e à gestão de recursos monetários (Reis, 1987, p. 221-227), sendo discutível o sucesso ou o insucesso de uma «revolução industrial» portuguesa. Em Inglaterra, esta revolução ocorre de uma forma geral nos séculos XVIII e XIX (Labadi, 2001, p. 78; Albrecht, 2012, p. 17-23), daí que seja óbvia a diferença cronológica. Igualmente, sobre o *terminus ad quem* para uma cronologia do que «é industrial», não obstante a utilidade da data de 1914 como o fim de um ciclo, Barrie Trinder refere que para questões de publicação ou de ensino até é aceitável, mas, em termos de investigação, acha ridículo que esta «bengala» se mantenha, e já não faz qualquer sentido (2012, p. 30).

Ainda há muito para fazer e debater, tanto na teoria como na prática, a respeito de contextos industriais, não só em Lisboa como no resto do país. Demonstrou-se com este trabalho o crescente reconhecimento e um despertar da sensibilidade por parte dos profissionais de campo em relação aos contextos arqueológicos possuidores de vestígios industriais. É gratificante que assim seja, é desejável que se mantenha, cultive e dinamize, ou arriscamo-nos a perder a informação ténue que estes vestígios ainda podem fornecer.

## Bibliografia

- ALBRECHT, H. (2012) — What Does the Industrial Revolution Signify? In DOUET, J., ed. lit. — *Industrial Heritage Re-tooled. The TICCIH guide to Industrial Heritage Conservation*. Lancaster: Carnegie Pub. p. 17-23.
- ANSCHUETZ, K.; WILSHUSEN, R.; SCHEICK, C. (2001) — An Archaeology of Landscapes: Perspectives and Directions. *Journal of Archaeological Research*. Suíça. 9:2, p. 157-211.
- ARQUEOLOGIA e PATRIMONIO. [Em linha]. [Consult. 20 ago. 2020]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.arqueologiaepatrimonio.pt/arqueologia>>.
- CASIMIRO, T.; SEQUEIRA, J. L., coord. (2020) — *Arqueologia contemporânea em Portugal séculos XIX e XX*. Oeiras: Mazu Press.
- CORDEIRO, J. M. L. (2000) — Arqueologia Industrial como a arqueologia da industrialização. In JORGE, V. O., coord. — «Terrenos» da Arqueologia da Península Ibérica. *Congresso de Arqueologia Peninsular*, 3, Vila Real, 1999. Actas. Porto: Associação para o Desenvolvimento da Cooperação em Arqueologia Peninsular. vol. 8, p. 403-420.
- CORDEIRO, J. M. L. (2011) — Algumas questões sobre o estudo e salvaguarda de paisagens industriais. *Revista Labor & Engenho*. Campinas. 5:1, p. 1-12. Conferência Internacional sobre Património e Desenvolvimento Regional (Campinas e Jaguariúna [Brasil], 2010).
- EDP — Central-Tejo-renova-se. [Em linha]. [Consult. 20 ago. 2020]. Disponível em WWW: <URL: <https://portugal.edp.com/pt-pt/noticias/2016/06/30/central-tejo-renova-se>>.
- ERA Arqueologia — Projectos [Em linha]. [Consult. 20 ago. 2020]. Disponível em WWW: <URL: <http://era-arqueologia.pt/projectos/141>>.
- FOLGADO, D.; CUSTÓDIO, J.; LEITÃO, M. (2003) — Fábrica Schalk — Um exemplo de Arqueologia Industrial em Lisboa. Primeiros dados da intervenção arqueológica. In *Encontro de Arqueologia Urbana*, 4, Amadora, 2000. Actas. Amadora: Museu Municipal de Arqueologia da Amadora, p. 58-89.
- GOMES, J. L.; CARDOSO, J. L. (2010/2011) — As Ferrarias d'El Rey, Fábrica da Pólvora de Barcarena. Resultados da intervenção arqueológica realizada em 2009. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 18, p. 147-173.
- HEMEROTECADIGITAL. [Consult. 20 ago. 2020]. [Em linha]. Disponível em WWW: <URL: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/documentais>>.
- LABADI, S. (2001) — Industrial Archaeology as Historical Archaeology and Cultural Anthropology. *PIA — Papers from the Institute of Archaeology*. London. 12, p. 77-85. LE GOFF, J. (2015) — *Must We Divide History into Periods?* New York: Columbia University Press.
- MATA, M. E. (1999) — Indústria e emprego em Lisboa na segunda metade do século XIX. *Revista Ler História*. Lisboa. Dossier 37. As origens históricas do Estado Providência: perspectiva comparada. Lisboa: Associação de Actividades Científicas, ISCTE, p. 127-146.
- PEREIRA, M. H. (1983) — *Livre-câmbio e desenvolvimento económico*. Lisboa: Sá da Costa Editora.
- RAISTRICK, A. (1972) — *Industrial Archaeology. An Historical Survey*. Colchester: TBS The Book Service.
- REIS, A. B.; ROQUE, J.; HENRIQUES, J. P.; FILIPE, V.; CASIMIRO, T. M. (2020) — A voz dos esquecidos. Evidências materiais de pobreza na cidade de Lisboa nos inícios do século XX. In CASIMIRO, T. M.; SEQUEIRA, J. L., coord. — *Arqueologia contemporânea em Portugal — Séculos XIX e XX*. Lisboa: Mazu Press. p. 143-156.
- REIS, A. E. dos (2006) — *Gaspar José Marques e a máquina a vapor sua introdução em Portugal e no Brasil*. Lisboa: Edições Culturais da Marinha.
- REIS, J. (1987) — A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal, 1870-1913. *Análise Social*. Lisboa. 23:2 (96), p. 207-227.
- RESTOS de colecção — Fábrica e cervejaria Jansen. [Em linha]. [Consult. 23 jan. 2020]. Disponível em WWW: URL: <https://restosdecoleccion.blogspot.com/2016/01/fabrica-e-cervejaria-jansen.html>>.
- SARRAZOLA, A., CARNEIRO, A. (2011) — Notícia de um inusitado (mas não tanto) achado na Antiga Lithografia de Portugal em Lisboa (ao Príncipe Real). *Apontamentos*. Cruz quebrada. 7, p. 49-54.
- SEQUEIRA, J. L.; CRUZ, L.; SILVA, I. M.; DINIS, D., ROSA, A. (2021) — Iluminar Lisboa: o fugaz caso da Central da Boavista. In ANTUNES, A. S.; NOZES, C.; CARVALHINHOS, M.; LEITÃO, V., coord. — *Encontro de Arqueologia de Lisboa: arqueologia em meio*

*urbano*, 2, Lisboa, 2018. Actas. Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa, p. 552-572.

SEQUEIRA, J. L.; SILVA, I. M. da (2017) — A ferro e fogo — A Fundição Vulcano & Collares, Lisboa. In ARNAUD, J. M.; MARTINS, A., ed. lit. — *Arqueologia em Portugal 2017 — O Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 2011-2022.

SILVA, A. J. (1986) — Arqueologia e património industriais: Alguns contributos para a necessária renovação de conceitos e práticas. In *Encontro Nacional sobre o Património Industrial*, 1, Coimbra, Guimarães,

Lisboa. Actas e Comunicações. Coimbra: Coimbra Editora. vol. II.

THURLEY, S. (2014) — *Men from the Ministry: How Britain Saved its Heritage*. New Haven and London: Yale University Press.

TRINDER, B. (2012) — Industrial archaeology: a discipline? In DOUET, J., ed. lit. — *Industrial Heritage Re-tooled. The TICCIH guide to Industrial Heritage Conservation*. Lancaster: Carnegie Pub, p. 24-30.

UNIARQ — *Projecto Casa do Governador*. [Em linha]. Disponível em WWW: <URL:<https://www.uni-arq.net/projecto-casa-do-governador.html>>.

## Fontes Arquivísticas

Câmara Municipal de Lisboa — Arquivo Municipal — Intermediário.

Processo de Obra n.º 32761 — Fábrica de Gás CRGE.

Processo de Obra n.º 9865 — Refinação de açúcar e confeitaria — Travessa das Galinheiras, n.º 16 a 1/Travessa dos Ferreiros a Belém.

Processo de Obra n.º 41479 — Rua do Machado, 47 — Curtidora Electromecânica, vol.1; Processo 13838 /SEC/PG/1923 — Tomo 1, p. 5.

CML/CAL — *Ofícios da DGPC* entregues pela tutela (DGPC) na CML/CAL nos termos do Decreto-Lei 164/2014 — n.º 9 do artigo 6.º e n.º 4 do artigo 16.º, desde 1999 a 2019. Lisboa: Arquivo CML/CAL.

GEOPORTAL — <http://geoportal.cm-lisboa.net/CAL/SitePages/Home%20Page.aspx> (site de acesso interno da CML/CAL).

## Registos Consultados

CS-90365/2000/Calçada do Cascão, 35 1 — antiga Fábrica Schalk.

CS-90192; CS-90193; CS-90206; 90149/2008 — 2013/Travessa Dom Pedro de Menezes — Projecto Terraços do Carmo — Elevador St.ª Justa.

CS-90416/2017/Torre de Belém (acessos) — Antiga Fábrica de Gás (subprodutos — estruturas).

CS-90417/2015/2019/Rua da Praia do Bom Sucesso, 9-11/Avenida da Índia, s. n.º — Antigo núcleo industrial do Bom Sucesso (Nacional Fábrica de Máquinas a Vapor e Moagem do Bom Sucesso).

CS-90572/2016/Largo do Conde Barão, 13-14/Boqueirão do Duro, 38-42/Rua Dom Luiz I, 28-28 B — Antiga Vulcano e Colares.

CS-90594/2017/Rua de Dom Dinis, 1-8 — Padaria.

CS-90629/2017/Largo de Santos, 11/Largo Vitorino Damásio, 5-6/Calçada Marquês de Abrantes, 65-67.

CS-90803/2016/Rua da Praia do Bom Sucesso, 21-23/Travessa da Saúde, 2/Avenida da Índia — Antiga Fábrica de Lanifícios.

CS-90819/2017/Rua da Boavista, 13-19 — subestação da Boavista.

CS-90855/2014/Rua Fernando Tomás — Antiga Fábrica de Vidros das Gaivotas.

CS-90859/2015/Rua Washington, 76 — Padaria.

CS-90875/2015/2017/Rua da Junqueira, 156-158 — antiga fábrica de curtumes.

CS-90918/2014/2015/2016/Rua dos Remédios, 139 — Padaria.

CS-90934/2014 e 2018/Rua de São Domingos, 8 — Antiga Fábrica de Cerâmica Constância.

CS-90945; CS91267; CS 91289/2018/2019/Avenida da Índia/Rua de Cascais (Lotes 3, 4, 7, 8 e 9) — Loteamento de Alcântara.

CS-90946; CS 91443/2018/2019/Avenida da Índia/Rua de Cascais (Lote 12) — Loteamento de Alcântara.

CS-90956/2016/Rua Nova do Loureiro, 21-25 — antiga torrefacção de café.

CS-91001/2013 e 2014/Avenida Ribeira da Naus — Requalificação.

CS-91103/2017/Campo de Santa Clara, 78 (Páteo da Goma).

CS-91122/2018/Beco dos Curtumes, 10-16/Rua de São Pedro, 11-21.

CS-91130/2016/Travessa das Galinheiras, 16 a 18/Travessa dos Ferreiros a Belém — Refinação de açúcar.

CS-91132/2018/Travessa Teixeira Júnior, 1/Rua Maria Luísa Holstein e Cozinha Económica — antiga Fábrica A Napolitana.

CS-91416/2019/Avenida da Índia, 172 — Edifício que pertenceu ao complexo da moagem do Bom Sucesso.

# O Nada Que Foi Tudo ou a Ausência de Uma Arqueologia Contemporânea em Lisboa

TÂNIA CASIMIRO\*, AFONSO LEÃO\*\*

## 1. Prefácio

O trabalho que se segue nasceu de uma comunicação efetuada nos finais de 2019. Nessa altura, o número de sítios arqueológicos identificados como contemporâneos era, felizmente, inferior ao que se conhece atualmente, mas a sua subrepresentatividade em relação ao número de sítios da Época Moderna, por exemplo, demonstra que nem sempre os arqueólogos estão sensibilizados para o seu registo. Apesar de muitos sítios contemporâneos, sobretudo aqueles que se encontram a cotas positivas, sem necessidade de serem escavados, ainda se encontram numa posição difícil de serem salvaguardados e analisados com metodologia arqueológica, já não é fácil que os contextos do século XIX sejam destruídos sem serem considerados e, no início de 2023, aquele número era já bem mais elevado. Duas décadas e meia depois de uma exposição que não considerou como arqueológico nada posterior ao século XV, a arqueologia contemporânea é, talvez ainda, a menos considerada das arqueologias em Lisboa. Contudo, à data da publicação deste texto, a arqueologia contemporânea, apesar do esforço necessário para que muitos arqueólogos compreendam a sua importância, parece ter encontrado o seu lugar.

## 2. Introdução

A nós cabe-nos a tarefa de falarmos de um tema que há muito é debatido por todo o mundo, mas que apenas há pouco tempo se começou a debater em Portugal e na arqueologia de Lisboa, começando-se a promover igualmente as discussões sobre o assunto (Casimiro & Sequeira, 2019; 2020). Parece estranho termos de começar este texto por tentar definir o que é a arqueologia contemporânea. No entanto, a definição não se encontra «normalizada» e nem sequer aceite por todos os investigadores, como de resto é sempre expectável de uma forma de pensamento que afronta, questiona e tenta romper com conceitos preestabelecidos (Custódio, 2015).

É claro que definir um início e um fim para um período histórico-arqueológico é sempre discutível, visto que muitas vezes as alterações políticas e sociais que se traduzem em datas chave encontram reflexo no contexto arqueológico. Assim, e colocando esta opção disponível para ser criticada e revista, para o propósito deste trabalho optámos

---

\* História, Territórios e Comunidades/Centro de Ecologia Funcional — Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa. *E-mail:* tmcasimiro@fcsh.unl.pt.

\*\* História, Territórios e Comunidades/Centro de Ecologia Funcional — Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa. Bolseiro de Doutoramento da Fundação Ciência e Tecnologia. *E-mail:* afonsoleao@hotmail.com. Texto concluído no final de 2021 e revisto pontualmente no início de 2023.

por considerar a arqueologia contemporânea como aquela que, num sentido muito alargado do termo e não necessariamente com o que é tradicional e convencionalmente aceite como arqueologia, que é feita em eventos (subscrevendo a definição de evento de Gavin Lucas 2008) que ocorreram entre os inícios do século XIX e os inícios do século XXI. O início deste período refere-se ao momento em que nos contextos arqueológicos começam a ser observadas alterações materiais motivadas pelos contactos internacionais em larga escala e já com métodos produtivos de cariz industrial e que convivem minoritariamente com as produções portuguesas tradicionais (Reis, 2021). Será apenas a partir dos inícios da segunda metade do século XIX que os contextos arqueológicos começam claramente a ser distinguidos como contemporâneos, quando a cultura material sofre alterações substanciais e as produções industriais (não falando apenas de cerâmicas, mas também de vidros e de objetos metálicos) começam a dominar a cultura material.

Se o início é difícil de definir, o fim é ainda mais discutível. Neste texto, os contextos mais recentes que apresentamos podem ser datados de finais dos anos 90 do século passado, já com algumas intrusões durante o novo século. Para muitos de nós, habituados que estamos a ver a arqueologia como algo antigo, definir o ontem como arqueológico parece quase uma provocação, mas, no âmbito deste trabalho o ontem é efetivamente arqueológico, o que demonstra que aquilo que denominamos de arqueologia contemporânea encontra-se num permanente estado de formação (Nativ & Lucas, 2020).

Quando falamos com os nossos colegas sobre estes temas, a pergunta que mais ouvimos é: «Mas agora temos de guardar tudo?» A resposta a esta pergunta não é fácil, mas a nossa resposta vai ao encontro de «Não, não temos de guardar tudo, mas temos de fazer um esforço para compreender as evoluções urbanas e materiais até ontem e de que forma elas refletem os quotidianos.»

Padecemos do mesmo mal dos nossos colegas pré-historiadores quando se queixam que as evidências dos sítios arqueológicos paleolíticos e neolíticos em Lisboa são escas-



Fig. 1 — Número de sítios exclusivamente identificados em 2019.

sas. Pois bem, ainda que evidências arqueológicas contemporâneas não devam faltar em Lisboa, não nos podemos socorrer de trabalhos já publicados, pois estes não são raros, são raríssimos (Leão et al., 2020; Reis et al., 2020).

Nem sempre a nossa interpretação do que é um contexto contemporâneo é aceite por outros arqueólogos. Não vos conseguimos dizer quantas vezes perante a pergunta «O que apareceu de contemporâneo na escavação que fizeram?» nos remetem exclusivamente para o século XIX, sem sequer considerar os séculos subsequentes como dignos de serem registados. Os contextos arqueológicos dos séculos XX e XXI, principalmente aqueles onde os plásticos abundam, são ainda frequentemente considerados como entulhos... removidos sem qualquer metodologia. A lei é direta, mas ao mesmo tempo ambígua. O artigo 74.º do Capítulo II da Lei n.º 107/2001 diz que «Integram o património arqueológico e paleontológico todos os vestígios, bens e outros indícios da evolução do planeta, da vida e dos seres humanos: cuja preservação e estudo permitam traçar a história da vida e da humanidade e a sua relação com o ambiente; cuja principal fonte de informação seja constituída por escavações, prospeções, descobertas ou outros métodos de pesquisa relacionados com o ser humano e o ambiente que o rodeia. O património arqueológico integra depósitos estratificados, estruturas, construções, agrupamentos arquitetónicos, sítios valorizados, bens móveis e monumentos de outra natureza, bem como o respetivo contexto, quer estejam localizados em meio rural ou urbano, no solo, subsolo ou em meio submerso, no mar territorial ou na plataforma continental.» Perante esta redação, absolutamente tudo é passível de ser considerado arqueológico, não

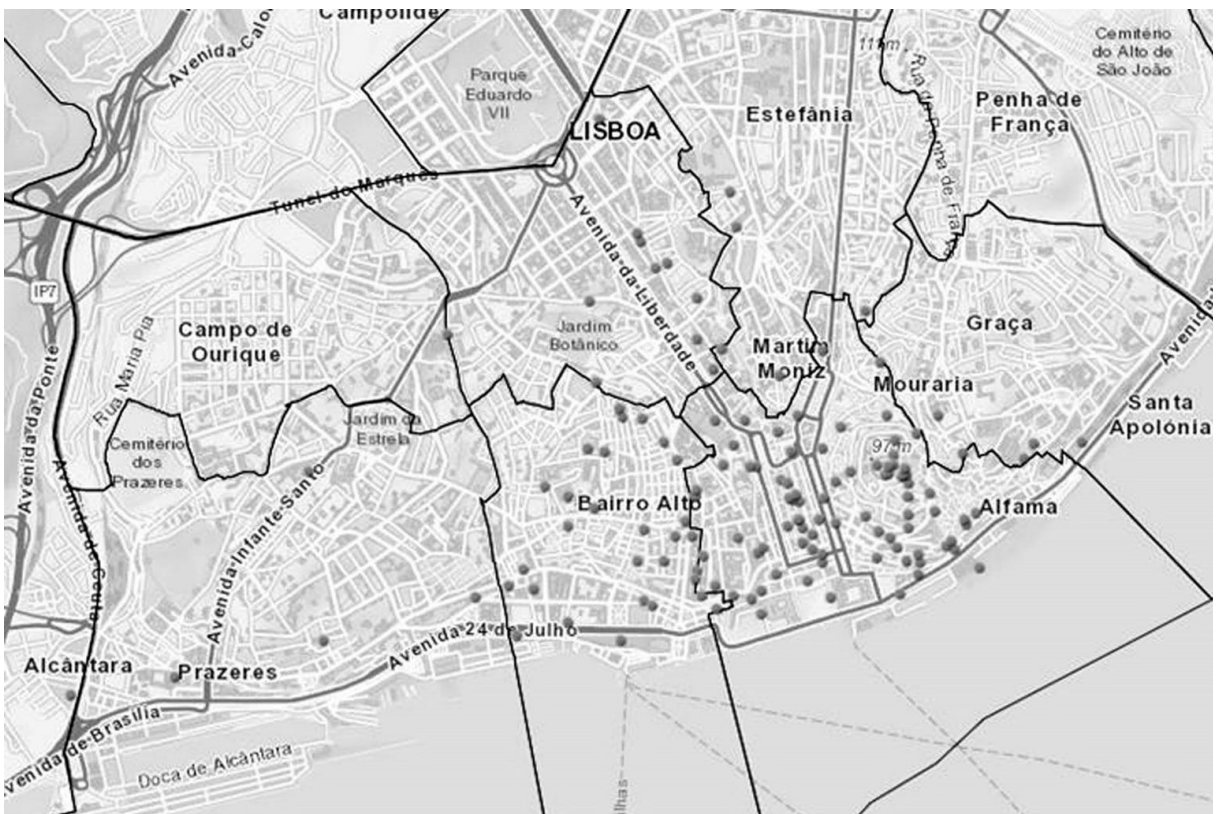


Fig. 2 — Número de sítios com ocupação contemporânea em 2023.

havendo qualquer indicação temporal ou contextual que nos diga que algo não pode ser considerado como tal. Claro que uma lei tão ambígua permite que haja divergências e muitos arqueólogos podem não considerar o lixo que os cidadãos de Lisboa produziram a semana passada nas suas casas como arqueológico, pois não o consideram como um bem ou um indício da vida e dos seres humanos cujo estudo permite traçar a história da vida e da humanidade e a sua relação com o ambiente. Muitos dos nossos colegas nos Estados Unidos, Reino Unido, Suécia, Chile (Galápagos) ou mesmo no Irão discordariam por absoluto, pelo que ainda poderá estar longe o primeiro projeto de *Garbology* em Portugal (Papoli-Yazdi, 2021; Rathje & Murphy, 1992; Schofield et al., 2020; Shanks et al., 2004; Sosna & Brunclikova, 2016). Claro que para os autores deste texto, assim como para os arqueólogos de campo que trabalham connosco, o conceito de arqueologia contemporânea é válido e alargado e eis a razão por que conseguimos neste momento estar a trabalhar com cerca de duas dúzias de sítios arqueológicos nesta cidade (Casimiro et al., no prelo; Leão, 2021; Leão et al., 2020; Reis et al., 2020). Existem mais exemplos, em outros locais do país, mas o seu número também é reduzido (Capote, et al., 2020; Graça, 2022). Certamente existem mais... ou existiram.

Quando tentámos identificar estes sítios arqueológicos, tal como qualquer arqueólogo, o primeiro sítio em que procurámos foi no Portal do Arqueólogo. Aqui a informação obtida em 2019 remetia-nos para 156 sítios contemporâneos existentes em Lisboa (fig. 1). No entanto, nada pode ser assim tão simples e a interpretação destes sítios é, em si, problemática. Tal aspeto deve-se sobretudo ao facto de parte significativa daqueles, como seria expectável, corresponder a sítios onde maior importância foi dada a outras cronologias. Basta atentar nos sítios que aparecem designados como muralha, palácios ou conventos. São por norma estruturas medievais ou modernas que continuam a ser ocupadas ininterruptamente. O problema é que, quando consultados os relatórios, as partes que correspondem ao período contemporâneo são sempre alvo de uma descrição menos cuidada, salvo raras, mas honrosas, exceções. Se excluirmos estas *nuances* e procurarmos sítios considerados exclusivamente contemporâneos, esse número decresce para 24 (fig. 2). Uma análise semelhante nos inícios de 2023, a última vez que este texto foi revisto, mostra que este número aumentou para 167. Custa-nos a acreditar que num momento em que a arqueologia de Lisboa é responsável por centenas de escavações, em pouco mais de três anos, apenas 11 novos sítios tenham sido identificados. Contudo, mais do que perante a incapacidade dos arqueólogos de identificarem e registarem estes sítios, podemos estar perante um atraso significativo na atualização dos dados no Portal do Arqueólogo.

Nestas cronologias mais recentes, a arqueologia industrial tem sido o alvo de maior interesse nas últimas décadas (Sequeira & Cameira, este volume). Mas então e tudo o resto? A cidade não tinha outras atividades? Não viviam aqui pessoas que deixaram vestígios quotidianos? E, sobretudo, porque é que estes contextos sempre passaram despercebidos aos arqueólogos?

### 3. Cronologias e Contextos

Mas debruçemo-nos sobre aquilo de que estivemos à procura. O nosso objetivo era encontrar contextos sensivelmente datados entre 1800 e 2010 (não que estejamos a ignorar os últimos anos, mas tivemos de criar balizas temporais) que reflitam as vivências da cidade.

Claro que não podemos interpretar estes sítios todos da mesma forma. Os séculos XIX e XX correspondem a momentos culturais, sociais e económicos completamente distintos. Do ponto de vista político, assistimos a uma monarquia que se torna constitucional, uma república, uma ditadura e uma revolução... durante este período ocorre a extinção das ordens religiosas e a deslocação e o desaparecimento de espólios conventuais e monásticos. O século XIX é um século de reconstrução na sequência do terramoto de 1755. Não esquecer que, mais de cem anos depois, muitas partes da cidade continuavam em ruínas, algumas delas reocupadas e habitadas sem nunca terem sido devidamente reconstruídas (Mota, 2006). Mas como reagiram as pessoas em Lisboa a essas alterações políticas, sociais e estruturais?

Um dos primeiros sítios arqueológicos que contribuíram para o desenvolvimento deste interesse em arqueologia contemporânea em Lisboa foi a Rua do Salitre (Leão et al., 2020). Escavado em 2015, este contexto é peculiar, pois as centenas de objetos encontrados correspondem única e exclusivamente a uma forma: garrafas de grés importadas do norte da Europa. A maioria não apresenta marca e quando a têm ficamos a saber que ou transportavam *gin*/genebra ou água mineral alemã. O contexto, tendo em atenção que estas garrafas poderiam ser reutilizadas, foi interpretado como um armazém, refletindo o consumo de bebidas na Lisboa de meados do século XIX.

A Rua D. Dinis é um dos sítios arqueológicos com mais interesse neste rol de sítios arqueológicos (Reis et al., 2020). Quando o arqueólogo responsável nos informou que iam fazer sondagens nas traseiras de um edifício nesta rua, sítio onde em tempos tinha existido um pátio operário, claro que o entusiasmo foi muito. As estruturas identificadas não deixaram espaço para dúvidas, com a descoberta do chão composto por pedras roladas e diversos muros que compunham as paredes das casas. O mais extraordinário foi quando a informação acerca do contexto, ainda durante o processo de escavação, nos foi passada: «Não sei porque é que vocês acham piada a isto. Não está a aparecer nada de jeito. Pensei que os séculos XIX e XX fossem industriais, com montes de coisas em todo o lado»... e imediatamente reagimos. A documentação dizia-nos que esta era uma das zonas mais pobres de Lisboa, onde estes pátios nas traseiras de grandes edifícios nem ligação direta à rua dispunham. Tínhamos identificado um contexto que apenas reconhecíamos na literatura; mais do que pobreza, este sítio tinha conhecido uma forma de vida miserável e tínhamos as evidências (ou ausências) desse estilo de vida. A pergunta agora que se impõe é quantos destes sítios foram ignorados por terem dado apenas algumas peças de cerâmica sem grande destaque?

Sucederam-se outros casos e tivemos acesso a diversos contextos contemporâneos, sobretudo aqueles que incidiam sobre o século XIX e as primeiras décadas do século XX, nomeadamente nos Terraços do Carmo, na Travessa do Cabral, na Travessa Água-Flor,

na Rua do Vale (Leão, 2021) e na Rua da Junqueira (Casimiro et al., no prelo) (fig. 3). Já relativamente aos contextos da segunda metade do século XX e do século XXI até ao momento, não tivemos acesso a nenhum caso identificado em Lisboa, ainda que para o resto do país eles já existam (Capote et al., 2020; Sequeira et al., 2022).

Um dos contextos arqueológicos no qual desenvolvemos um estudo mais aprofundado foi escavado na Rua do Vale, n.º 12. O edifício foi construído durante a segunda metade do século XVII e ocupado desde então. Nas traseiras existia um saguão que foi recebendo lixos produzidos pelos habitantes daquele sítio durante séculos, traduzindo-se em diferentes fases e estratigrafias. Os dados recolhidos neste sítio permitiram o desenvolvimento de um projeto de investigação do qual resultou uma tese de mestrado (Leão, 2021). Aqui encontrámos evidências dos quotidianos desta gente, vidas aparentemente comuns com as suas louças, garrafas, restos de comida. Mas o que seria a vida comum no século XIX e XX? No estrato que datámos sensivelmente entre 1860 e 1920 foram encontrados restos de alimentação, de objetos ou dos animais de estimação, que são reflexo das vivências naquele espaço.

O que aqui foi efetivamente surpreendente foi a descoberta de três bebés no meio desta lixeira. O seu tempo de gestação rondaria entre 22 e 30 semanas. Terão sido partos prematuros de onde resultaram dois nados-mortos? Dois abortos? Seja qual tenha sido o motivo que os levou a não sobreviverem, foram atirados para o lixo como um outro qualquer dejecto. Um estudo mais aprofundado, cruzando a informação arqueológica com informação documental, permitiu concluir que existe uma grande probabilidade que este contexto estivesse associado a práticas de prostituição de baixo custo.

Talvez aquilo que encontrámos no Largo da Atafona devesse ter sido apresentado em primeiro lugar, porque poderá ser o único sítio que teve uma ocupação que não ultrapassa a primeira metade do século XIX, um momento que já não podemos colocar na Idade Moderna, mas que não será propriamente contemporâneo (Vieira et al., 2019). Aqui foi identificada uma oficina de botões, que mais não é que um reflexo da forma como as pessoas se vestiam nesta altura e como peças indispensáveis ao quotidiano não eram produzidas em larga escala em modelos industriais, mas numa pequena oficina, possivelmente dentro de uma casa.

Um sítio que foi escavado na Rua do Sacramento à Lapa revelou um contexto de aterro do século XX que tapou um jardim também ele contemporâneo. Entre diversos lixos domésticos e uma quantidade extraordinária de vasos de flores (não fosse isto um jardim), sobressaíram os restos de uma olaria do final do século XIX e inícios do século XX. É curioso pensar que a última olaria de faiança em Lisboa fechou já bem andado

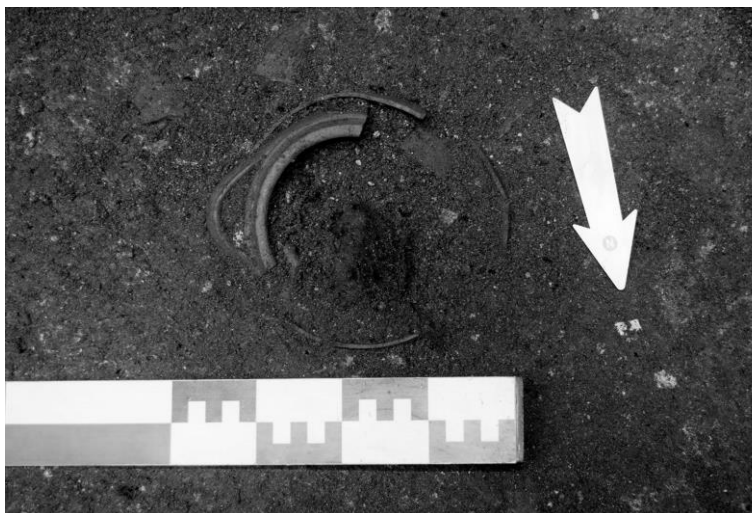


Fig. 3 — Contexto contemporâneo da Rua do Vale (cortesia Cota 80.86).



Fig. 4 — Escavação das malas na Travessa dos Brunos (cortesia Cota 80.86).

o século XX, rebatendo a ideia de que quando a produção industrial se desenvolve, ainda em finais do século XVIII, as olarias desaparecem. Na verdade, a última olaria de faiança em Lisboa fechou há cerca de 20 anos, e já no século XXI, pelo que a produção dita tradicional ou artesanal só recentemente desapareceu.

Quando a intervenção arqueológica na Travessa dos Brunos teve início, a estrutura à qual foi dado mais interesse foi o forno de bolachas existente no edifício, o que nos fez recordar o seu carácter industrial associado a uma das grutas naturais da cidade de Lisboa, algo que a memória do lugar já tinha esquecido. No entanto, aquele edifício correspondia também a uma pensão e na cave do prédio existia um bar, cuja tipologia, localização e ambiente nos remetiam diretamente para os denominados «bares de alterne» dos anos 80 do século passado. Por razões que desconhecemos, existiam naquele bar vestígios de ocupação com diversas malas que podemos conotar com indivíduos do sexo

feminino. Optando por utilizar a metodologia desenvolvida por Buchli e Lucas (2001) para estes contextos contemporâneos, «escavámos aquelas malas» (fig. 4). No seu interior encontrámos diversos objetos relacionados com indivíduos do género feminino, nomeadamente roupa interior, pensos higiénicos, giletes e batom vermelho. Mas também medicamentos, refletindo o que normalmente se designa como «grupo de risco», que conotámos com práticas relacionadas com a prostituição.

## 4. Conclusão

Podíamos ter aqui apresentado mais alguns exemplos, mas o nosso objetivo não foi discorrer sobre cada caso, por mais interessante que isso seja. Muitos destes sítios ou estão publicados ou em vias de publicação. Neste momento, estamos a estudar contextos que nos permitem inferir acerca da diversidade cultural e social de Lisboa nestes dois séculos tão distintos e como as pessoas viviam as suas vidas no dia a dia. O que estes contextos têm trazido de interessante é o benefício da comunidade não académica. Entre

outras notícias, tanto o contexto da Rua do Salitre como o da Rua do Vale já foram utilizados em pequenas notícias, no Jornal *O Público* e no programa radiofónico *90 Segundos de Ciência*, por exemplo. Como consequência destas notícias, fomos já contactados, inclusive, por uma escola secundária na Moita que guarda uma coleção de garrafas de grés e que nos pediu para irmos explicar aos alunos de que se trata.

Esta é uma das grandes vantagens da arqueologia contemporânea. Está mais próxima das pessoas despertando um sentimento interessante que passa pelo facto de aquilo de que elas se lembram durante as suas vidas, mesmo nos últimos anos, ter interesse arqueológico (Burström, 2008). Quando levamos ao público estes contextos não temos a preocupação que vemos nos nossos colegas que estudam contextos mais recuados, de fazer com que o público sinta empatia com os materiais arqueológicos ou estratégias de ocupação, mas sim com o demonstrar como é que o recente também é arqueológico. Contudo, convencer o público tem sido uma tarefa bem mais fácil do que convencer os nossos colegas arqueólogos que tendem a procurar na arqueologia contemporânea os contextos e as matrizes que permitem aplicar uma metodologia que os deixa confortáveis. A arqueologia contemporânea possui métodos próprios que se destacam das formas mais tradicionais de produzir conhecimento arqueológico e obriga a uma abstração e reconceptualização dos velhos saberes. Aqui raramente há matrizes e estudos detalhados de objetos arqueológicos. A informação de que dispomos é tão rica que nos preocupamos sobretudo com relações: relações entre pessoas e pessoas; relações entre pessoas e coisas; relações entre coisas e espaços; relações entre espaços e animais... E todos os tipos de relações que possam ser conceptualizadas.

## Agradecimentos

Um agradecimento especial às empresas de arqueologia COTA 80.86 e Neoépica e aos arqueólogos do Centro de Arqueologia de Lisboa, não apenas por registarem e salvaguardarem contextos contemporâneos, mas por nos terem sempre permitido o estudo desses mesmos sítios. É com muito agrado que, quando recebemos uma mensagem dos nossos colegas, lemos: «temos aqui um contexto de que sabemos que vão gostar».

## Bibliografia

- BUCHLI, V.; LUCAS, G. (2001) — The Archaeology of Alienation. A Late Twentieth Century British Council House. In BUCHLI, V.; LUCAS, G., ed. lit. — *Archaeologies of The contemporary Past*. London: Routledge, p. 158-168.
- BURSTRÖM, M. (2008) — Looking into the recent past. *Current Swedish Archaeology*. vol. 14-15, p. 21-36.
- CAPOTE, M.; SEQUEIRA, J. L.; BARROS, L.; CASIMIRO, T. M. (2020) — Uma lixeira contemporânea na Quinta do Almaraz em Almada (1890-1910) e a importância da gestão dos lixos urbanos. In CASIMIRO, T. M.; SEQUEIRA, J. L., ed. lit. — *Arqueologia Contemporânea em Portugal (séculos XIX e XX)*. Lisboa: Mazu Press, p. 49-64.
- CASIMIRO, T. M.; DIAS, N.; REIS, J.; LEÓNIDAS, J. (no prelo) — Quotidiano e identidade no Palácio dos Condes da Ribeira Grande (Junqueira). In *Encontro de Arqueologia de Lisboa, 3, Lisboa*. Actas. Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa.
- CASIMIRO, T. M.; SEQUEIRA, J. L. (2019) — Os deuses devem estar loucos... ou a emergência de uma Arqueologia Contemporânea em Portugal. *Al-Madan Online*. 22:3, p. 88-97.
- CASIMIRO, T. M.; SEQUEIRA, J. L., ed. lit. — (2020) — *Arqueologia Contemporânea em Portugal (séculos XIX e XX)*. Lisboa: Mazu Press.
- CUSTÓDIO, J. (2015) — O Território e o tempo da Arqueologia industrial. Intervenção e investigação: realidades de hoje, perspectivas de futuro. *Al-Madan*. Almada. II Série, 18, p. 80-95.
- GRAÇA, A. (2022) — O quotidiano nos séculos XIX e XX: a Casa Eloy na dinâmica habitacional de Setúbal. *Al-Madan*. Almada. 25, p. 70-76.
- LEÃO, A. (2021) — *Arqueologia de um espaço doméstico em Lisboa: a Rua do Vale entre o final do século XIX e o início do século XX*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Policopiado.
- LEÃO, A.; SOUSA, R.; MARTINGIL, M.; FILIPE, V. (2020) — Fancy a Drink? As garrafas da Rua do Salitre e o consumo de água e *gin* em Lisboa no século XIX. In CASIMIRO, T. M.; SEQUEIRA, J. L., ed. lit. — *Arqueologia Contemporânea em Portugal (séculos XIX e XX)*. Lisboa: Mazu Press, p. 65-90.
- LUCAS, G. (2008) — Time and Archaeological Event. *Cambridge Archaeological Journal*. Cambridge. 18:1, p. 59-65.
- MOTA, N. (2006) — Uma casa de pasto no século XIX no Palácio dos Marqueses de Marialva. Evolução e reaproveitamento de um espaço. *Estudos/Património*. Lisboa. 9, p. 213-217.
- NATIV, A.; LUCAS, G. (2020) — Archaeology without Antiquity. *Antiquity*. Cambridge. 94:376, p. 852-863.
- PAPOLI-YAZDI, L. (2021) — The archaeology of a marginal neighborhood in Tehran, Iran: garbage, class, and identity. *World Archaeology*. Abingdon. 53:3, p. 547-562.
- RATHJE, W.; MURPHY, C. (1992) — *Rubbish! The Archaeology of Garbage*. New York: Harper Collins Publishers.
- REIS, A. (2021) — *Tradição e inovação tecnológica e cultural nos inícios do século XIX. Análise do sítio arqueológico dos Paços do Concelho (Almada)*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Policopiado.
- REIS, A. B.; ROQUE, J.; FILIPE, V.; HENRIQUES, J. P.; CASIMIRO, T. M. (2020) — A voz dos esquecidos. Evidências materiais de pobreza na cidade de Lisboa nos inícios do século XX. In CASIMIRO, T. M.; SEQUEIRA, J. L., ed. lit. — *Arqueologia Contemporânea em Portugal (séculos XIX e XX)*. Lisboa: Mazu Press, p. 143-156.
- SCHOFIELD, J.; WYLES, K. J.; DOHERTY, S.; DONNELLY, A.; JONES, J.; PORTER, A. (2020) — Object Narratives as a Methodology for Mitigating Marine Plastic Pollution: Multidisciplinary Investigations in Galápagos. *Antiquity*. Cambridge. 94: 373, p. 228-244.
- SEQUEIRA, J. L.; SANTOS, J.; CASIMIRO, T. M. (2022) — Memórias em cimento. Identidade individual e colectiva num caso de Arqueologia Contemporânea. *Al-Madan*. Almada. 25, p. 174-176.
- SHANKS, M.; PLAT, D.; RATHJE, W. (2004) — The perfume of garbage: Modernity and the archaeologi-

cal. *Modernism/Modernity*. Baltimore. 11:1, p. 61-83.

SOSNA, D.; BRUNCLIKOVA, L., ed. lit. (2016) — *Archaeologies of Waste: Encounters with the Unwanted*. Oxford: Oxbow Books.

VIEIRA, V.; CASIMIRO, T. M.; FILIPE, V.; DETRY, C. (2019) — Vamos falar com os nossos botões. Uma

oficina do século XIX na Mouraria. In SENNA-MARTINEZ, J. C.; MARTINS, A. C.; CAESSA, A.; Marques, A.; CAMEIRA, I., ed. lit. — *Extraír e produzir... Dos primeiros artefactos à industrialização* (Fragmentos de Arqueologia de Lisboa; 3). Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, Secção de Arqueologia; Sociedade de Geografia de Lisboa, p. 133-140

# Centro de Arqueologia de Lisboa: Um Recurso Municipal para Uma Gestão Tridimensional do Território e da Memória

ANTÓNIO A. DA CUNHA MARQUES\*

## 1. Um Recurso Municipal

Enquanto estrutura administrativa e política, o município de Lisboa precede cronologicamente o Estado português, somando uma experiência e uma prática milenares que têm assegurado alguma continuidade da sua missão, independentemente do seu enquadramento político. É forte e enraizado o compromisso da edilidade com o seu território e as suas gentes, nas mais diversas dimensões, incluindo a sua própria memória.

É neste contexto institucional que o Centro de Arqueologia de Lisboa é criado, em 2013, integrado no Departamento de Património Cultural da Direção Municipal de Cultura. Substituiu e sucedeu ao Serviço de Arqueologia do Museu da Cidade, criado em meados da década de 90 do século XX, a partir do pequeno grupo de arqueólogos municipais que então integravam o Gabinete do Teatro Romano de Lisboa. Deste modo, a Câmara Municipal de Lisboa manifesta claramente o seu compromisso com o legado arqueológico que consubstancia a memória do seu território e das gentes que nele habitaram, dando um sinal claro de que a atividade arqueológica e os seus resultados não lhe são indiferentes e que pretende de alguma forma valorizar e promover este importante recurso patrimonial, para reforçar a sua identidade, integrando-o como um fator de desenvolvimento social, cultural, económico e urbanístico.



Fig. 1 — Edifício do Centro de Arqueologia de Lisboa (Av. da Índia, 166).  
Guilherme Cardoso | CAL | 2017.

De acordo com a definição orgânica interna da Câmara Municipal de Lisboa, «O Centro de Arqueologia de Lisboa (CAL) é um equipamento cultural municipal, polivalente e multidisciplinar, sede operacional das competências legais da autarquia em matéria de Arqueologia. O seu objetivo principal é dar um impulso forte à Arqueologia na cidade, à sua valorização e divulgação.

Tem como missão a promoção de uma estratégia de gestão de recursos arqueológicos do município, a potenciação da salvaguarda da informação arqueológica de Lisboa, a

\* Arqueólogo. Coordenador do Centro de Arqueologia de Lisboa (CML). *E-mail*, antonio.a.marques@cm-lisboa.pt  
Texto concluído no final de 2021 e revisto pontualmente no início de 2023.

dinamização da investigação do passado e a divulgação de aspetos da história do território municipal, o que se materializa na disponibilidade para acolher os consideráveis conjuntos artefactuais exumados no seu subsolo.

Tem como finalidade dar visibilidade pública à Arqueologia e afirmar o seu papel na cidade, em especial na sua dinâmica urbanística, implementando intervenções, ações educativas e de divulgação.»<sup>1</sup>

Se, em 1999, o então Serviço de Arqueologia do Museu da Cidade era constituído por oito elementos, dos quais seis eram arqueólogos, um era técnico de conservação e restauro e o outro era desenhador de arqueologia (Marques et al., 1999), em 2018 o CAL era constituído por 18 funcionários: 11 arqueólogos, uma geóloga, dois técnicos de conservação e restauro, uma ilustradora científica, um historiador, uma técnica superior de serviço educativo e uma funcionária administrativa.

Instalado no edifício da Avenida da Índia, n.º 166, o CAL conta ainda com um pequeno gabinete de trabalho na Rua Augusto Abelaira, onde igualmente se localiza o principal Depósito Municipal de Bens Arqueológicos, e onde se guarda em depósito parte dos conjuntos artefactuais que os mais diversos intervenientes vão recolhendo do subsolo da cidade de Lisboa, no âmbito de intervenções arqueológicas, em particular as coleções cerâmicas, osteológicas, vítreas, e outras de menor calibre e com menos complexidade do ponto de vista da conservação.

Um segundo espaço de armazenamento está localizado na Rua Fernão Mendes Pinto, em Pedrouços, onde se guardam sobretudo elementos pétreos e objetos de carácter industrial. No caso de espólio com maior sensibilidade, o mesmo é acondicionado e guardado no edifício sede do CAL, onde funciona o Laboratório de Conservação e Restauro de Bens Arqueológicos.

## 2. Ação

A criação, em 2013, do Centro de Arqueologia de Lisboa, em substituição do antigo Serviço de Arqueologia do Museu da Cidade, constituiu um ponto de viragem no que havia sido a missão inicial do mesmo que, à falta de equipas de arqueologia independentes, foi sobretudo assumindo a realização de trabalhos arqueológicos no âmbito de projetos municipais. Todavia, o crescente dinamismo urbanístico da cidade no início dos anos 2000 rapidamente demonstrou que seria impossível as equipas de arqueólogos municipais assumirem e assegurarem todos os imensos e complexos projetos urbanísticos que se perfilavam para ser implementados.

A ação concertada entre os técnicos da autarquia e os colegas do então Instituto Português de Arqueologia (posteriormente integrado no IGESPAR) logrou conseguir efetivar e implementar a legislação de salvaguarda do património arqueológico, em vigor desde a Lei n.º 13/85, acrescida da regulamentação definida desde 1994 no Plano Diretor Municipal de Lisboa, cuja implementação tardava. Foi de facto na primeira década de 2000 que a atividade arqueológica se implementou como prática corrente, definitivamente

---

<sup>1</sup> Plano de Atividades — CAL/DPC/DMC — 2019.

integrada e enquadrada, nos múltiplos e diversificados trabalhos de construção civil, salientando-se o enorme investimento na Reabilitação e Requalificação Urbana que a cidade tem vindo a conhecer e que a catapultou do ponto de vista turístico, estimulando naturalmente o desenvolvimento exponencial da arqueologia empresarial e abrindo novos caminhos para a integração urbanística de realidades pretéritas, que enriquecem a oferta patrimonial da cidade.

É neste novo paradigma da atividade arqueológica em franco crescimento que o CAL vai deixar de se focar em trabalhos de campo, para abraçar novas missões e novos desafios, sempre em prol da atividade arqueológica, da sua valorização e da sua articulação com a comunidade. Desde logo impunha-se gerir e disponibilizar o imenso espólio que se ia avolumando, tanto junto do público em geral, como da comunidade científica.

Apesar de a arqueologia municipal não ter, no âmbito da atividade arqueológica, qualquer missão que lhe esteja direta e legalmente acometida, a CML, através do CAL, assumiu a sua disponibilidade para colaborar com a tutela na importante missão de preservação da memória para as gerações vindouras, colocando ao seu serviço as instalações do Depósito Municipal de Bens Arqueológicos e o Laboratório de Conservação e Restauro.

Assim, desde a sua criação, o CAL tem vindo a desenvolver uma ação focada, sobretudo, na divulgação da atividade arqueológica e dos seus resultados, na potenciação dos recursos arqueológicos da cidade, apoiando em simultâneo, internamente, todos os organismos municipais que careçam de auxílio no âmbito da arqueologia, seja na emissão de pareceres, na produção de Cadernos de Encargos ou mesmo na realização de algumas escavações arqueológicas, mas também na elaboração de Instrumentos de Gestão do Território, estes últimos essenciais para um enquadramento fundamentado e sustentado da atividade arqueológica na cidade.

## 2.1. «Projeto Integrado para o Estudo e Valorização da Cerca Velha» (PIEVCVL)

Iniciado em 2008, com a obtenção de financiamento do Turismo de Portugal, ainda pelo Serviço de Arqueologia do Museu da Cidade, coube ao CAL desenvolver os seus últimos *outputs*, designadamente a implantação de todo um conjunto de sinalética de apoio ao «Percurso Pedonal — Cerca Velha», já em 2013. Foi então produzido um folheto explicativo e de apoio, em português, inglês e espanhol, que tem sido frequentemente reimpresso, para corresponder à procura que este circuito vai tendo.

## 2.2. Pré-História de Monsanto

Ciente da relevância urbana deste grande espaço verde da cidade de Lisboa, e dos seus recursos arqueológicos, bem identificados desde os inícios do século XX, o CAL, em articulação com os colegas da Divisão do Parque Florestal de Monsanto, tem vindo a desenvolver, desde 2015, conteúdos de índole arqueológica, participando em diversas



Fig. 2 — Implantação espacial dos circuitos desenvolvidos em parceria com a Divisão do Parque Florestal e a Divisão de Informação Georreferenciada. Arquivo CAL | 2018.

atividades promovidas por aquele serviço, sempre na perspectiva de valorização e divulgação do conhecimento existente acerca dos seus primeiros habitantes e dos recursos naturais.

Em articulação com os colegas da Divisão de Gestão de Informação Georreferenciada, além de se ter procedido à georreferenciação dos sítios arqueológicos conhecidos, foram desenvolvidos três circuitos pedonais que articulam a informação arqueológica com a informação particular deste território, designadamente a geologia, mas também a sua fauna e a sua flora.

### 2.3. Lisboa Romana: *Felicitas Iulia Olisipo*

Em curso desde 2017, com financiamento do Imposto de Turismo, este é de momento o projeto que mais mobiliza os recursos humanos, financeiros e logísticos do CAL. Com efeito, apesar de existir uma equipa nomeada por despacho da Sra. Vereadora da Cultura, Dra. Catarina Vaz Pinto (Despacho 80/P/2018, publicado no *Boletim Municipal* n.º 1271, de 28 de junho de 2018), todos os funcionários do CAL, de uma forma ou de outra, foram convocados para participar no mesmo, com maior ou menor envolvimento.

Trata-se de um projeto de divulgação e promoção arqueológica, de considerável envergadura, que extravasa os limites atuais do concelho, pretendendo abarcar a totalidade do território que pertenceu ao *Municipium* de *Felicitas Iulia Olisipo*, e que, portanto, engloba 18 municípios<sup>2</sup> (quase todos pertencentes à atual Área Metropolitana de Lisboa), mas também a Direção-Geral do Património Cultural, a EGEAC e seus equipa-

<sup>2</sup> Alcochete, Alenquer, Almada, Amadora, Arruda dos Vinhos, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Moita, Odivelas, Oeiras, Palmela, Seixal, Sesimbra, Sintra, Torres Vedras e Vila Franca de Xira.

mentos, várias universidades e seus centros de investigação (Lisboa, Nova de Lisboa, Coimbra e Évora), além de muitas outras entidades públicas e privadas. Foram aliás constituídas duas redes informais de trabalho: uma Rede Local, que incide sobre o atual território da cidade de Lisboa, congregando todas as entidades que de alguma forma são detentoras de vestígios arqueológicos da Época Romana; e uma Rede Metropolitana, que congrega todos os municípios que integram o projeto, assim como o Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal.

Este projeto tem como principal desiderato a promoção pública da informação e do legado histórico e arqueológico do período romano, que se oferece como um verdadeiro recurso patrimonial que urge rentabilizar, enquanto fator de dinamização cultural, social e mesmo económica. Não era viável testemunhar e assistir a um incremento tão vibrante da atividade arqueológica desde o início deste milénio, com a consequente exumação de novos e esclarecedores contextos arqueológicos, sem partilhar com a comunidade os resultados que vão sendo obtidos e sem fazer qualquer alteração à narrativa histórica tradicional. Era (e continua a ser) urgente atualizar-se o conhecimento, partilhando com todos os resultados deste novo momento que a arqueologia lisboeta vive.

Ainda no âmbito deste projeto, também se integraram e desenvolveram os estudos que já estavam a ser preparados desde 2016, no âmbito de um projeto municipal que visava a valorização do Criptopórtico da Rua da Conceição/Rua da Prata (vulgarmente designado como Galerias Romanas), com vista à estruturação de um novo acesso, inclusivo, e à criação de um centro interpretativo vocacionado para este importante monumento romano e para o que foi a cidade romana de *Felicitas Iulia Olisipo*. Este objetivo levou a Câmara Municipal de Lisboa a adquirir a loja existente na Rua da Prata, n.º 47/51, que faz gaveto com a Rua de São Julião, e onde uma equipa de arqueologia do CAL conseguiu abrir um novo acesso, no prolongamento sul da denominada Galeria das Nascentes, como foi amplamente divulgado pela comunicação social.

Aquando da apresentação desta comunicação, já se havia realizado a apresentação pública do «Projeto Lisboa Romana», no dia 10 de abril de 2019, no Museu do Teatro Romano de Lisboa, assim como procedido ao lançamento do primeiro de uma coleção monográfica de oito volumes acerca do território olisiponense, tendo-se, até ao final de 2020, efetuado o lançamento de mais dois volumes, consubstanciando-se o objetivo de

rever a narrativa histórica à luz dos novos conhecimentos entretanto adquiridos e trabalhados.

Quando este artigo está a ser redigido, também já foi concluído aquele que seria, talvez, o elemento mais relevante e «complexo» de todo o projeto — a construção de uma base de dados com informação detalhada e ilustrada de quase todo o património de Época Romana que se conhece neste vasto território, constituída por fichas individuais, e



Fig. 3 — Página inicial do site do Projeto «Lisboa Romana: *Felicitas Iulia Olisipo*». Arquivo CAL 2020.

que serve de base ao *site* bilingue (português e inglês) do «Projeto [www.lisboaromana.pt](http://www.lisboaromana.pt)». A esta base, entretanto disponibilizada publicamente a 14 de janeiro de 2021, juntou-se uma *app* que, a partir da leitura de QR Codes que foram colocados em alguns dos locais, permite aceder de forma direta a informações, imagens e outros conteúdos acerca desses mesmos locais.

De referir que um dos objetivos deste projeto foi também a valorização e promoção de sítios onde, por força de alterações urbanísticas, não foi possível conservar, ou deixar à vista, quaisquer estruturas, sendo realidades que apenas são acessíveis pelo registo que foi realizado durante trabalhos de arqueologia que ocorreram nesses locais. Saliente-se que todo este projeto é o resultado do trabalho conjunto de cerca de 150 investigadores, de várias áreas científicas. Toda a informação entretanto vertida na base de dados do projeto irá sendo atualizada e acrescentada, em função de novos achados.

Futuramente está ainda previsto dar continuidade ao lançamento da coleção monográfica do projeto, realizar uma grande exposição acerca da presença romana neste território, proceder à atualização da importante publicação de Augusto Vieira da Silva, *Epigrafia de Olisipo*, de 1944, pretendendo-se o alargamento do seu âmbito geográfico a todo o território que pertenceu ao *Municipium de Felicitas Iulia Olisipo*. Está ainda prevista a organização de um congresso internacional, cuja temática incida sobre o período romano, tendo em consideração a vocação portuária e marítima da cidade de Lisboa.

Relativamente ao referido centro interpretativo, está em curso a elaboração dos devidos projetos de arquitetura, engenharia e museografia, prevendo-se a sua integração nos equipamentos museográficos municipais sob gestão da EGEAC.

## 2.4. «Pedra/Rio Seco — Recursos e Exploração: Como se Constrói Uma Cidade» (Ajuda)

Projeto ainda muito embrionário que, todavia, já começou a ser estruturado, em articulação com a Junta de Freguesia da Ajuda, a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e a Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.

Face aos elementos naturais e arqueológicos em presença neste local da cidade, sobressai a ligação milenar entre o Homem e o meio ambiente, isto é, as condições e os recursos naturais que a natureza disponibiliza ao Homem, permitindo-lhe que, no seu processo evolutivo, se vá sedentarizando e angariando os conhecimentos necessários à estruturação de comunidades.

Salientam-se as formações rochosas que compõem o Geomonumento do Rio Seco, um recurso cuja valia pública se encontra subvalorizada e cujo potencial cultural e científico se expande pelo território e lhe permite ser ponto de partida e ponte de ligação. Igualmente, as recentes descobertas arqueológicas na zona da Travessa das Dores constituem um recurso cultural inestimável, próximo e suscetível de ser rentabilizado e integrado neste projeto. Por outro lado, a existência de uma estrutura industrial, monumental (e bastante visível), formada por três bocas de forno de cal, constitui uma outra materialidade de elevado valor patrimonial que naturalmente nos aporta para um dos

materiais mais importantes para o génio construtivo humano — a cal —, urgindo a sua integração urbanística, valorizando-se do ponto de vista cultural e social, pois trata-se de um bem identitário local, muito relevante para a construção da cidade moderna.

Considerando a crescente importância que este local da cidade tem vindo a alcançar no que respeita ao conhecimento da ocupação pré-histórica na região, sobretudo após a identificação do povoado da Travessa das Dores, o CAL tem aqui realizado anualmente uma reconstituição pré-histórica, para o público em geral, em colaboração com a Junta de Freguesia da Ajuda e com a ARQA — Associação de Arqueologia da Amadora. Têm sido, igualmente, promovidos circuitos patrimoniais nas imediações, assim como visitas ao Geomonumento do Rio Seco.

## 2.5. SIG/Geoportal

Em articulação com a Divisão de Gestão de Informação Georreferenciada (DGIG) da CML, foi criada uma base de dados onde é vertida toda a informação útil que é transmitida à autarquia, nos termos do n.º 9 do artigo 6.º e do n.º 4 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de novembro. Esta é a ferramenta que nos permite ir tendo uma ideia da evolução da atividade arqueológica na cidade de Lisboa. Apesar da reduzida qualidade da informação divulgada, que, além de ser bastante inconstante a nível de conteúdos, está sujeita a lapsos e extravios que por vezes impedem a sua efetiva transmissão, julgamos que oportunamente será possível disponibilizar uma base de dados abertos, onde o município e os demais interessados possam ir vendo os locais da cidade

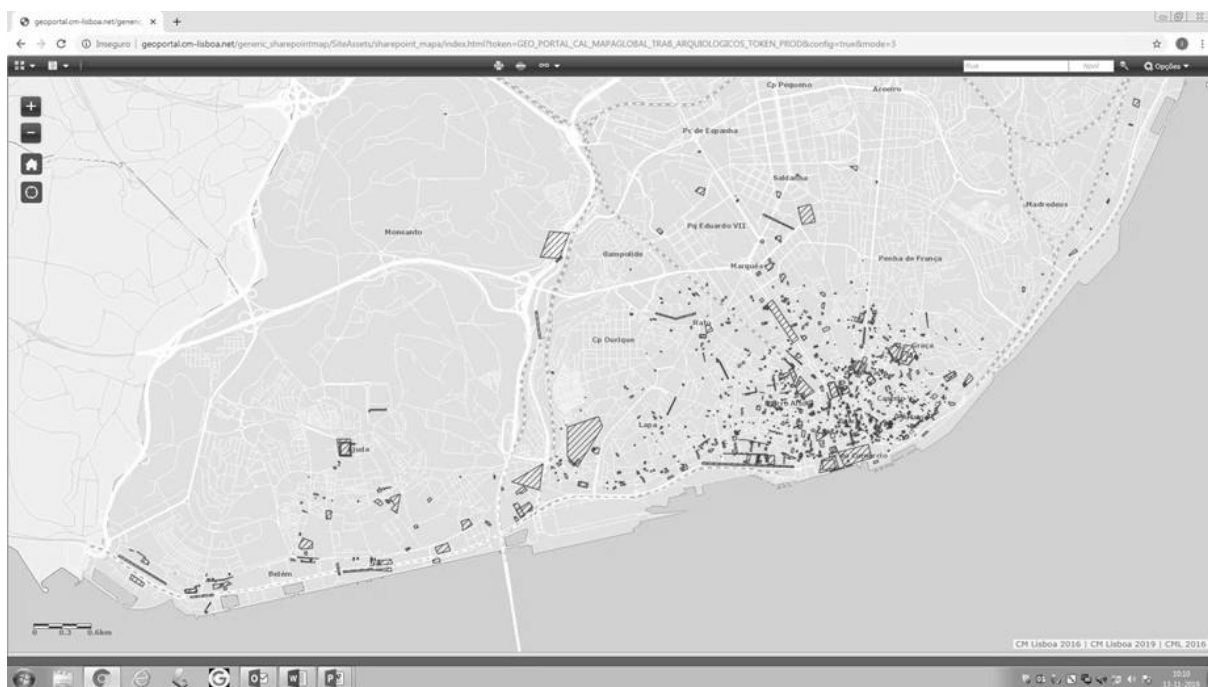


Fig. 4 — Visualização da marcação de locais interveniados arqueologicamente na cidade, desde 2012, na plataforma de Geoportal, desenvolvida em parceria com a DGIG. Arquivo CAL | 2019.

que já foram sujeitos a trabalhos arqueológicos, e até saber quais são aqueles onde há trabalhos em curso. Vai-se, desta forma, ao encontro do repto que em boa hora nos foi lançado pela DGIG, no sentido de conferir uma maior transparência e visibilidade pública à atividade arqueológica, estimulando o envolvimento da comunidade, na plataforma «Dados Abertos» que a CML disponibiliza para todos os munícipes e intervenores urbanísticos.

Por outro lado, também acreditamos que esta base poderá um dia servir de ponto de partida para a estruturação de uma verdadeira base municipal/local de monitorização da atividade arqueológica de Lisboa, onde seja possível inserir resultados, cruzar informações e ir obtendo leituras dos vários estágios urbanísticos que a cidade foi vivenciando. Todavia, temos consciência de que esta ferramenta só será viável quando a informação arqueológica for partilhada e salvaguardada também pelas autarquias, o que, em virtude do enquadramento legal em vigor, não sucede, com evidente prejuízo para a boa gestão integral e fruição dos recursos patrimoniais de que a cidade e o cidadão dispõem, mas que ignoram, ou estão impedidos de aceder e promover.

## 2.6. Plano Diretor Municipal

Importante instrumento de gestão territorial que, por força da lei, tem de ser revisto de dez em dez anos, em cujo processo já estava envolvido o antigo serviço de Arqueologia do Museu da Cidade e a que o CAL tem dado continuidade. Por conseguinte, tratando-se de um documento dinâmico, em articulação com a Divisão do Plano Diretor Municipal, têm sido feitas propostas com vista à elaboração do próximo Regulamento, assim como ao encaminhamento de propostas para a criação de novas áreas de proteção ar-

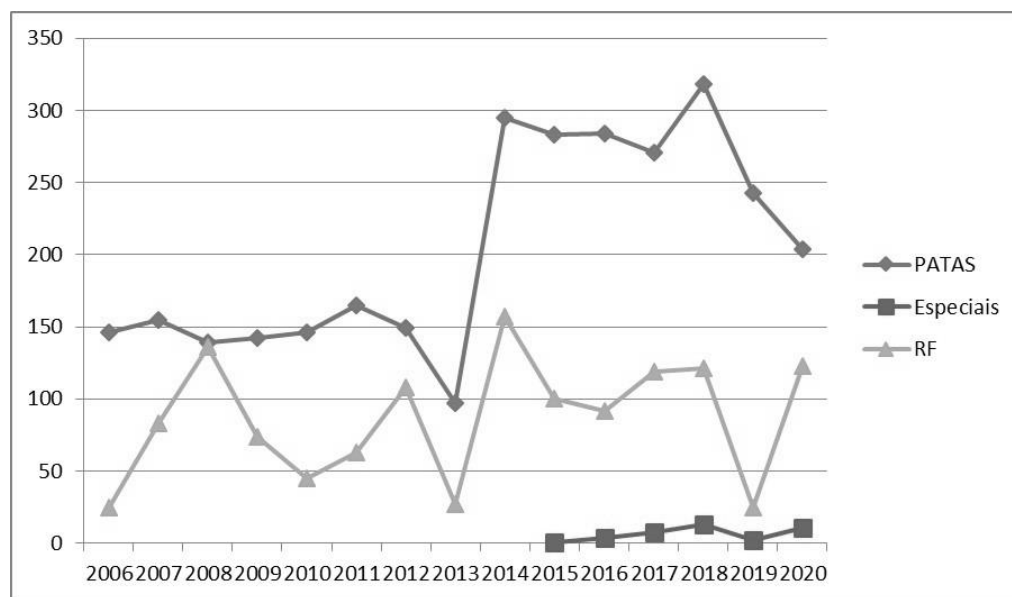


Fig. 5 — Gráfico com o registo de atos de homologação de PATAS e de aprovação de Relatórios Finais, enviados para a CML, nos termos do Decreto-Lei n.º 164/2014 – n.º 9 do artigo 6.º e n.º 4 do artigo 16.º Arquivo CAL | 2019.

queológica, ou para a correção das que estão atualmente definidas, nos termos dos três níveis arqueológicos existentes.

A este respeito há que agradecer a todos os arqueólogos que, trabalhando em Lisboa, estando no terreno e tendo consciência da importância estratégica desta ferramenta de gestão territorial para a salvaguarda do património arqueológico, amiúde nos têm vindo a dar informações relativas às suas intervenções, propondo alterações à situação que atualmente está plasmada na Planta de Condicionantes do PDM em vigor, em função dos resultados das suas intervenções. Também para a boa condução deste processo, seria importante que existisse partilha de informação por parte da tutela, e que as autarquias recebessem os relatórios dos trabalhos de arqueologia que ocorrem no seu território, para poderem ir fazendo este trabalho, de forma ponderada e atempada.

Simultaneamente, e sempre que solicitado, o CAL também tem participado na elaboração de Planos de Pormenor ou de Urbanização, como por exemplo no Casal do Pinto, ou na Rua das Janelas Verdes.

## 2.7. Espólio Arqueológico

Por acordo institucional entre a DGPC e a Câmara Municipal de Lisboa, a edilidade aceitou assumir-se como Entidade Depositária dos espólios arqueológicos que são exumados no subsolo da cidade, excetuando o caso de grandes conjuntos de matérias orgânicas (como é o caso de embarcações) e de grandes conjuntos pétreos, sendo que neste último caso a CML aceita este tipo de material, mas reserva-se o direito de, em conjunto com os responsáveis das intervenções arqueológicas em causa, seleccionar o material que receberá para depósito.

Como se referiu, existem dois grandes depósitos e um Laboratório de Conservação e Restauro que, desta forma, estão disponíveis para colaborar na missão da arqueologia de preservar os legados arqueológicos para as gerações vindouras.

Contudo, a figura de mero «fiel depositário» impede que haja um investimento incisivo nesta importante e dispendiosa valência do *backoffice* da arqueologia. Com efeito, tem havido alguma resistência à inventariação definitiva do espólio que vai sendo depositado, pois, atendendo ao carácter supostamente provisório, as melhores soluções têm sido sempre preteridas, em detrimento da sua incorporação e face ao elevado investimento monetário e humano necessário.

Ainda assim, está prevista a constituição de uma base de dados em *In Patrimonium*, especialmente estruturada para a inventariação do espólio que vai sendo entregue ao CAL e que será organizado em função da sua proveniência. Sendo esta, porventura, a missão mais relevante que o CAL exerce no que respeita às responsabilidades decorrentes da atividade arqueológica, foi com especial satisfação e interesse que nos envolvemos, conjuntamente com a DGPC e outros parceiros das universidades, empresas de arqueologia e arqueólogos em nome individual, na elaboração de uma proposta de «Recomendações de Boas Práticas na Gestão de Espólios Arqueológicos: Recolha, Seleção e Descarte», durante os anos de 2018/2019, e que, tendo sido sujeita a escrutínio público, ainda aguarda aprovação por parte da tutela.

De momento, o espólio que se encontra à guarda da CML/CAL está acessível para divulgação e estudo. Aliás, essa foi uma preocupação inicial do projeto de criação do atual espaço do CAL na Avenida da Índia, onde existe uma área equipada justamente para o processamento e estudo dos mais diferentes conjuntos artefactuais e que ficam disponíveis para a comunidade científica.

Por conseguinte, a gestão de espólios arqueológicos, mas também a da documentação produzida no âmbito das diferentes intervenções arqueológicas, constituem dois desideratos a que o CAL dedica especial atenção. Nesse sentido, também, foi elaborado um conjunto de recomendações que constituem requisitos que regem a entrega de espólios arqueológicos nas instalações que foram disponibilizadas para este efeito — «Condições de Aceitação para Depósito Provisório de Espólio Arqueológico nas Reservas Municipais sob Gestão do Centro de Arqueologia de Lisboa (CAL)».

## 2.8. Intervenções Arqueológicas

Conforme já se referiu, contrariamente ao que sucedeu na primeira década de 2000, o volume de intervenções arqueológicas assumidas por funcionários do CAL e da CML decaiu consideravelmente. Todavia, enquanto serviço municipal, o CAL é por vezes solicitado para a realização de trabalhos de arqueologia no âmbito de intervenções municipais.

Nessa medida, desde 2013, arqueólogos do CAL fizeram intervenções nos Terraços do Carmo, em Carnide (Largo do Coreto), no Martim Moniz (instalação do Posto Avançado do RSB), no Criptopórtico Romano da Rua da Prata (CRLx — «Projeto Lisboa Romana: *Felicitas Iulia Olisipo*»), na Rua de São Julião, no Quartel dos Bombeiros Voluntários da Ajuda, na Igreja de São Cristóvão, na Rua da Moeda (instalação de ecopontos), na Rua do Ouro (repavimentação), na Rua do Instituto Rainha D. Amélia (saneamento), na Ribeira das Naus (requalificação) e no Beco da Atafona (instalação de ecopontos).

## 2.9. Divulgação

Como se escreveu atrás, dar visibilidade pública à atividade arqueológica constitui uma das principais missões do CAL. Neste sentido, foi definido um programa de atividades vocacionadas para a divulgação do conhecimento e das mais diversas realidades arqueológicas da cidade, beneficiando do incremento da atividade arqueológica.

Em 2015 deu-se início a um projeto de divulgação especialmente vocacionado para o público em geral, e os «fregueses» em particular. No momento de redação do presente artigo (meados de 2021), foram já realizadas 29 sessões de «Arqueologia no Bairro», sessões estas que, normalmente, são organizadas com as Juntas de Freguesia locais e que visam criar um local de partilha informal entre os arqueólogos que fizeram uma determinada intervenção arqueológica e os vizinhos, mas também os munícipes em geral.

Iniciou-se, também em 2015, a realização dos Encontros de Arqueologia de Lisboa, no Teatro Aberto, que no corrente ano de 2021 terá a sua terceira edição. Destes encon-

tros resulta a publicação digital das suas atas, que se pretende que sirvam para ajudar na atualização de conhecimentos junto da comunidade científica, mas também letiva.

Igualmente, na sequência do protocolo assinado em 2016 com a Secção de Arqueologia da Sociedade de Geografia de Lisboa, deu-se início à realização de conferências temáticas, no âmbito da arqueologia lisboeta, intituladas Fragmentos de Arqueologia de Lisboa, com edição de publicação impressa. Já foram realizadas quatro edições, a primeira dedicada à Alimentação, a segunda à Mobilidade, a terceira às Matérias-primas e a última à Água.

A participação e a realização de exposições também têm feito parte do trilho que tem sido percorrido pelo CAL, seja a título meramente colaborativo, seja enquanto entidade organizadora ou coorganizadora.

A título colaborativo, o CAL participou em exposições como «Lisboa — 1415 — Ceuta. História de duas cidades» (Edifício dos Paços do Concelho, 2015/2016), «Alguma Mezinha lá Dessa Terra do Cabo do Mundo — Laboratório de Curas Medicinais à Escala Global» (Padrão dos Descobrimentos, 2015), «Entre a Cruz e o Crescente: O Resgate de Cativos» (Torre do Tombo, 2019), «Pão, Carne e Água» (Torre do Tombo, 2020) e «Belém — Demolir para Encenar» (Padrão dos Descobrimentos, 2020/2021), através de conteúdos, cedência de espólio e apoio do Laboratório de Conservação e Restauro.

No que respeita à organização de eventos expositivos públicos, foram promovidas as exposições «Redescobrir a História de Carnide através da Arqueologia» (Feira da Luz, Carnide, 2015), «Quarteirão dos Lagares: Da Mouraria à Vila Nova» (Centro de Inovação da Mouraria, 2016) e, mais recentemente, «O Dia Que a Casa Foi abaixo» (Palácio Galveias, 2020/2021), este último com edição de catálogo.

Foram igualmente realizados, desde 2015, *workshops* anuais, para o público em geral, que incidem sobre diferentes classes de espólios arqueológicos, com o intuito de divulgar a relevância e a importância de se preservarem e estudarem estes vestígios. Já foram abordadas temáticas como as ânforas, a faiança, o vidro, a antropologia física e a epigrafia.

Uma outra vertente da divulgação e promoção do património e do conhecimento arqueológico traduziu-se na realização de circuitos orientados que agregam diversas materialidades e informações arqueológicas em vários locais da cidade e que são proporcionados ao público em geral, em determinados eventos, como o Dia Internacional de Monumentos e Sítios, ou as Jornadas Europeias do Património. Destacam-se, pela sua procura, circuitos como: «A Pré-História em Lisboa — Testemunhos registados pela Arqueologia»; «Monsanto — Arqueologia, Geologia e Fauna. Passado e Presente»; «Património Industrial: O núcleo do Bom Sucesso — vestígios e memórias»; «O que aconteceu ao Hospital Real de Todos-os-Santos?», entre outros.

## 2.10. Serviço Educativo

Sendo o Centro de Arqueologia de Lisboa um equipamento municipal onde se recebem e guardam os mais diversificados conjuntos de espólio arqueológico, recolhidos no subsolo da cidade, partindo desta vasta coleção que se vai somando diariamente nos

seus depósitos, o Serviço Educativo procura tornar visível e acessível esses vestígios materiais, que nos revelam a história da cidade e das suas gentes ao longo dos séculos.

Especialmente vocacionado para aspetos de sensibilização patrimonial, desde 2015 que o CAL tem vindo a integrar na sua equipa colegas orientados para a divulgação junto da comunidade escolar e de outro tipo de públicos. Por conseguinte, e indo ao encontro da política que tem sido desenvolvida ao nível da Direção Municipal de Cultura, as ações promovidas pelo CAL integram o programa municipal DESCOLA, o que tem permitido que a atividade arqueológica e a sua missão seja também ela inspiradora de muitas ações que têm sido desenvolvidas para públicos infantis e juvenis, que são realizadas nas escolas, mas também nas instalações do CAL. A título exemplificativo, podemos referir «Vestígios com História»; «Era Uma Vez... na Pré-História»; «O Arqueólogo no Laboratório»; «Pequenos Arqueólogos, Grandes Descobertas», etc.

Numa vertente mais inclusiva, também são desenvolvidas atividades para públicos com necessidades especiais, tais como a «*Officina Tessellaria*». Mas organizam-se igualmente programas destinados às famílias, sempre com o objetivo de divulgar a atividade arqueológica na cidade, dando-lhe visibilidade e alcance.

O Serviço Educativo do CAL é ainda responsável pela organização e realização de diversos percursos patrimoniais distribuídos por vários pontos da cidade e que assentam nas realidades arqueológicas visíveis, mas contemplando igualmente aquele património arqueológico que se conhece mas não é visível, ou mesmo aquele que teve de ser sacrificado para dar lugar a uma nova realidade urbanística, fazendo uso da memória arqueológica, que é o produto final, transversal a todas as intervenções arqueológicas.

## 2.11. Laboratório de Conservação e Restauro de Bens Arqueológicos

Tal como a componente arqueológica do atual centro, também o Laboratório de Conservação e Restauro se estabeleceu no CAL, em continuidade com o laboratório do extinto Serviço de Arqueologia do Museu da Cidade, de onde transitaram os dois técnicos de que o LCRBA dispõe atualmente.

Especialmente vocacionado para o tratamento de materiais em cerâmica, vidro, metal e pedra, também é feita a intervenção pontual em materiais orgânicos. Compete também ao LCRBA intervir no âmbito da salvaguarda de estruturas arqueológicas, tal como ocorreu no apoio que prestou à intervenção arqueológica sobre o Criptopórtico da Rua da Prata, ou na regular consolidação de uma parede em taipa, no Centro de Inovação da Mouraria.

Para além do inestimável apoio que é prestado no âmbito das exposições, é meritória a ação do Laboratório no acompanhamento do estado de conservação do espólio que é entregue ao CAL e que chega com a indicação de necessidade de tratamento, cumprindo-se o desiderato da sua preservação para as gerações vindouras. Nesse sentido, foi feito um considerável investimento pela CML na aquisição de equipamentos e na adoção de práticas de embalamento adequadas e atuais.

### 3. Considerações Finais

Tem sido extraordinária a disponibilidade e boa vontade que a CML tem revelado relativamente ao seu património arqueológico, tal como tem sucedido em muitos outros municípios, nos últimos 30 anos. Dispondo de um arqueólogo desde os finais dos anos 50, a autarquia de Lisboa foi, a partir dos anos 80, estruturando um serviço focado no conhecimento, preservação e potenciação do seu legado histórico-arqueológico. De igual modo, as suas instalações mostraram-se sempre disponíveis para acolher o espólio que é exumado no subsolo da cidade, ainda que a realidade da atividade arqueológica do século XX seja substancialmente diferente da atual, como é natural, considerando o forte incremento dos últimos 20 anos e a complexificação que se tem verificado tanto na recolha de espólios, como de informação.

Parece-nos notável que a autarquia, apesar de não ter qualquer missão legalmente atribuída no que respeita à arqueologia, queira ter acesso à informação para dela tirar partido, no sentido de promover a sua identidade e o seu património, e deste modo conhecê-lo para o poder gerir e rentabilizar. Será tempo, porventura, de a legislação adotar uma postura diferente, inclusiva, relativamente às autarquias, chamando-as também a assumirem responsabilidades no que respeita ao património arqueológico dos seus territórios.

Com efeito, de momento, apesar do imenso esforço que numerosas autarquias têm feito em prole da preservação e valorização do património arqueológico, a inexistência de qualquer missão legalmente atribuída faz com que a existência de uma arqueologia municipal não seja mais do que uma miragem, que não permite aos muitos serviços autárquicos de arqueologia estabilizarem uma missão e assegurarem o cumprimento da mesma, pois não dispõem de qualquer capacidade reivindicativa junto da gestão política. Mantém-se, como há 30 anos, o paradigma da «boa vontade municipal», que obviamente se altera conforme os ciclos políticos a que a Administração Local está sujeita. Mantendo-se o presente enquadramento jurídico, é impossível alcançar-se um denominador comum que norteie a ação dos diferentes serviços de arqueologia locais, e que ofereça garantias de estabilidade à sua missão e um contributo fiável e de continuidade para a atividade arqueológica.

É imperativo que a informação arqueológica seja partilhada com os respetivos municípios, e que lhes seja dada a possibilidade de irem construindo bases de dados acerca do seu património arqueológico. É necessário que esta informação seja disponibilizada junto dos munícipes, do público em geral e da comunidade científica, mas também, sobretudo, que possa ser usada na boa gestão territorial que compete aos municípios, pelos mais diversos interventores. Além da sua utilidade prática, por ficar acessível para fins culturais e urbanísticos, esta partilha de informação visa igualmente a criação de uma redundância no que respeita à preservação da mesma para as gerações vindouras, evitando-se que aquela fique exclusivamente concentrada nos arquivos e servidor da Direção-Geral do Património Cultural, acautelando-se assim infelizes episódios que podem apagar os registos arqueológicos e colocar em causa o fim maior dos imensos trabalhos de arqueologia que ocorrem — a preservação pelo registo, e a sua transmissão para as

futuras gerações. Parece-nos que em plena época de digitalização seria muito fácil e pouco dispendioso efetuar-se esta partilha.

Por conseguinte, mais de 25 anos volvidos após a exposição «Lisboa Subterrânea», constata-se que houve um forte incremento da atividade arqueológica, ao qual as autarquias não foram no geral indiferentes, dotando-se a maior parte dos municípios de serviços de arqueologia, ou de arqueólogos. Contudo, do ponto de vista do enquadramento legal da atividade arqueológica, não houve qualquer alteração que comprometa e convoque os municípios para participarem efetivamente, e com fundamento, na implementação de uma estratégia integrada que vise uma otimização dos recursos disponíveis, em particular os municipais, que usufruem de uma maior proximidade ao território, em benefício de uma estratégia exclusivamente centralista e fechada, que se debate com sérias dificuldades logísticas e de gestão, que não permite corresponder à exclusividade das competências que estão atribuídas à Administração Central.

## Bibliografia

---

MARQUES, A. A.; MURALHA, J.; FERNANDES, L.;  
LEITÃO, M.; CARVALHINHOS, M.; SILVA, R. B.  
(1999) — Serviço de Arqueologia do Museu da Cida-  
de de Lisboa. *Al-madan*. Almada. II Série, 8, p. 87-92.

Plano de Atividades — CAL/DPC/DMC — 2019



# Arqueologia de Lisboa — Balanços e Perspetivas

---

Debate com moderação de Carlos Fabião.

*Intervenções de Tânia Casimiro (TC), Fernando Real (FR), Raquel Policarpo (RP), Jacinta Bugalhão (JB), Ana Arruda (AA), António Marques (AM), Luísa Batalha (LB), Marisa Costa (MC) e Luís Raposo (LR).*

*Transcrição de Carlos Boavida.*

Carlos Fabião (CF): Então, muito boa tarde.

Não havia propriamente um guião para esta sessão e para este debate e eu parti do princípio (espero que bem) que o facto de me terem convidado para mediar o dito me conferia, digamos assim, alguma obrigação de lançar pistas e pensei que, fundamentalmente, havia três pontos que seria interessante debater.

O primeiro ponto, obviamente, sendo absolutamente central, eu intitulá-lo-ia como «A arqueologia e o conhecimento da história da cidade». O segundo ponto, eu chamá-lo-ia «Incorporação e musealização *in situ*» ou, se quisermos, «A conservação física da memória da cidade». E, como terceiro ponto, «Exposições e outras interações».

É particularmente feliz, digamos assim, esta comemoração, como aqui já foi dito, de uma exposição absolutamente marcante, a «Lisboa Subterrânea», de 1994, que constituiu um marco essencial.

Se calhar a primeira pergunta que seria interessante fazer é porque é que nos últimos 25 anos não se fez, ou não se tentou fazer, uma exposição similar? Enfim, não aconteceu, portanto não vale a pena estarmos a debater esse assunto. Obviamente, nesses últimos 25 anos, como foi já aqui apresentado, nasceu verdadeiramente a arqueologia profissional em Portugal e cresceram exponencialmente as intervenções arqueológicas na cidade de Lisboa.

Eu chamaria a atenção, na sequência do comentário que fiz antes sobre a inexistência de uma exposição «Lisboa Subterrânea» nestes últimos 25 anos, que, quando nós olhamos para o que foi a exposição de 1994, verificamos é que, no que diz respeito à Pré e Proto-História de Lisboa, foi necessário recorrer a um conjunto de materiais arqueológicos não propriamente da cidade, ou sequer do município, mas da península de Lisboa. Isso demonstrava bem a carência dos resultados daquilo que aqui já foi falado, não vale a pena estarmos a sublinhar esse aspeto. A coisa depois compunha-se um bocadinho a partir da Época Romana, a partir dos materiais do Teatro, da Praça da Figueira e alguma coisa da Sé, também. Na própria estrutura do guião da exposição, a partir da Idade Média, os arqueólogos desapareciam e passavam a palavra, digamos assim, aos historiadores. Vinte e cinco anos depois, eu diria que seria possível fazer uma «Lisboa Subterrânea» completamente diferente, em que desde logo o material pré e proto-histórico seria material da própria área urbana de Lisboa e em que, provavelmente, seria mais interessante

conceder aos arqueólogos os espaços de abordagem da Época Medieval e Moderna da cidade. Obviamente, entendam-me bem, sem que isto seja ou constitua qualquer espécie de acinte relativamente aos nossos colegas historiadores e muito menos, como é óbvio, àqueles que foram autores daqueles trabalhos.

Esta «Lisboa Subterrânea» feita para a Época Medieval e Moderna, em que cresceu exponencialmente a informação arqueológica, eu sinto, verdadeiramente, que na maioria dos casos essa informação arqueológica assume características daquilo que aplicamos a outros momentos da história da arqueologia, a que chamaríamos uma arqueologia ilustrativa; ou seja, na intervenção feita num determinado local, o arqueólogo vai buscar a planta do Filipe Folque, mais a iconografia, e a dizer estamos a encontrar o edifício que está aqui na planta ou a encontrar o edifício que está aqui na iconografia. É óbvio que é extremamente importante explorar os diversos tipos de fontes, mas acho que faz falta mais uma arqueologia que construa um discurso próprio do que propriamente a ir buscar as ilustrações do edificado. Efetivamente, tenho vindo a verificar uma coisa, e é um ponto que deixaria ao debate, diria que o crescimento exponencial de intervenções verificadas na cidade de Lisboa não corresponde, infelizmente, a um crescimento exponencial no que diz respeito à informação histórica sobre a cidade. Aí, penso que teremos de reconhecer, de uma forma muito clara, que a culpa não é dos empreendedores, nem deste, nem daquele, a culpa é em primeiro lugar da própria comunidade arqueológica, dos arqueólogos, que não têm sabido, efetivamente, demonstrar a importância do seu trabalho. A arqueologia cresceu, mas cresceu com um modelo excessivamente liberal e não regulado, ou seja, a criação do CAL (Centro de Arqueologia de Lisboa) é extremamente importante, mas é uma criação tardia. E o CAL, diria, ainda hoje anda a correr atrás do prejuízo, como se diz na linguagem futebolística. Há um défice brutal, e esse défice não está, obviamente, de uma forma bastante notória, a tentar corrigir, como a própria apresentação que acabámos de ver deixa perceber, aquilo a que se chamaria problemas de comunicação entre a administração central, a quem compete a supervisão da atividade arqueológica, e o dito CAL, enquanto estrutura que deveria gerir a informação correspondente à cidade de Lisboa.

Há muito anos, penso que há mais de 12 anos, vi uma exposição temporária realizada pelo museu da cidade de Barcelona, um museu polinucleado desde a origem, e a exposição era a «Arqueologia Urbana em Barcelona». Esta tinha um mapa com uma imagem Google da cidade de Barcelona, com uma série de pontinhos georreferenciados em que o visitante da exposição carregava no pontinho e abria uma janela com informação simples, não para cientista, mas para o público generalista, sobre o que é que tinha sido identificado em cada um daqueles pontinhos, em cada uma daquelas intervenções na cidade de Barcelona. Isso continua a existir, e está cada vez mais rico, e continua a existir sob diversas formas e deveria ser aquilo que agora o CAL devia pretender realizar. Portanto, aqui podemos perceber qual é o brutal atraso que levamos.

O segundo ponto que gostaria de tocar era justamente aquele a que chamei «Incorporação e musealização *in situ*». Se há efetivamente alguns casos interessantes nos últimos tempos, são esmagadoramente casos de privados, de privados que fazem coisas, algumas melhores, outras não tanto. Eu, pessoalmente, fiquei agradavelmente tocado com uma incorporação que existe num restaurante, e passe a publicidade, Pátio de Alfama,

que faz uma coisa fantástica que é ter uma vitrina de zooarqueologia no próprio espaço do restaurante. Uma vitrina que explica quais são os dados sobre a alimentação das pessoas no passado, naquele mesmo lugar onde as pessoas no presente se sentam à mesa para comer hoje. Acho esse caso um caso interessante, mas reparem uma coisa, têm crescido, que nem cogumelos, as lojas conserveiras na cidade de Lisboa, onde é que essas lojas conserveiras fazem, digamos assim, uma evocação do passado conserveiro de Época Romana da cidade de Lisboa? Pura e simplesmente, nada!

Diria que tem havido também, para sermos simpáticos, uma espécie de timidez excessiva dos poderes públicos. E essa timidez excessiva dos poderes públicos é balanceada com alguns bons exemplos, e os bons exemplos já aqui foram apresentados. Acho, por exemplo, que o circuito da Cerca Velha enfrenta um problema, digamos assim, da legibilidade daqueles múpis por causa do ruído visual que existe na cidade, mas enquanto conceito é um bom conceito. A Casa dos Bicos, também. O Castelo, também. Aqui o núcleo do Banco de Portugal, acho que é excelente, também. Mas, por exemplo, é absolutamente, diria incompreensível, a demora que existiu na intervenção no claustro da Sé. Vamos ver, enfim, como é que vai ficar. E eu não conheço o projeto, portanto posso já estar a ser injusto nesse aspeto, mas uma imagem que está disponível nas redes sociais, de uma grande placa sobre o claustro, parece-me que rompe a relação com a arqueologia, ou seja, a cota negativa e a cota positiva do claustro propriamente dito. Dá vontade de lembrar que Lisboa não é só subterrânea e que, portanto, a cota positiva e a cota negativa não devem ser dissociadas quando se pensa na valorização de espaços.

Absolutamente incompreensível para mim, também, é a situação do Museu do Teatro Romano, porque efetivamente, de repente, ao fim de décadas, a Câmara Municipal de Lisboa parece estar muito feliz com o Museu do Teatro Romano. Recordo que, na década de 60, a Irisalva Moita defendia a apropriação pública dos imóveis que estavam sobre o teatro, para a sua demolição, para a recuperação e salvaguarda mais ampla do teatro. Chegaram a fazer-se algumas dessas expropriações, inclusivamente um daqueles prédios chegou a ser utilizado (quando estava devoluto, supostamente para demolição) para realojar as pessoas afetadas pelas grandes cheias dos anos 60. E, de repente, abrindo aquele teatro como museu, tal como está, nos últimos anos tem havido uma série de intervenções de reabilitação urbana para alojamento local dos imóveis que estão sobre o teatro, numa clara demissão de qualquer objetivo de recuperar o teatro romano para a cidade. Nunca é demais recordar que, tirando Roma, Lisboa é a única capital europeia que tem um teatro romano e que poderia tirar partido dele em múltiplas situações.

Absolutamente incompreensível é, na minha opinião, a situação que existe no troço conservado das Termas dos Cássios que pertence ao domínio público e que está num estado absolutamente lastimável, sem qualquer espécie de projeto ou ideia, que se saiba para acontecer. Isto, reparem, este abandono e este desprezo por uma musealização e conservação *in situ* acontece ao mesmo tempo que o turismo em Lisboa cresce exponencialmente. Aqui, acho que é particularmente difícil perceber como é que não se tira partido dessas realidades. Reparem, tudo isto está a acontecer, ou toda esta inércia acontece, na mesma altura em que outras cidades tiram partido efetivamente do seu património.

Provavelmente muitos conhecem, mas se não conhecem aconselho a visitar, o Antiquário de Sevilha. O Antiquário de Sevilha é uma intervenção em que foi posta a desco-

berto uma área extensa, de arqueologia, e que tem por cima uma área comercial. Mais uma, enfim... É uma intervenção de um arquiteto «estrela» que faz com que o Antiquário seja conhecido como as *setas* (os cogumelos), porque tem uma instalação assim, em cima, que parece de cogumelos. Simplesmente aquilo é efetivamente uma área imensa, com um pé direito extremamente generoso, onde se conservam essas realidades. E, reparem, isto, o Antiquário de Sevilha, aconteceu muito depois das escavações do claustro da Sé, das escavações das Termas dos Cássios, etc., etc., portanto, a passividade é verdadeiramente estranha.

Terceira questão, as «Exposições e outras interações». Já disse que não percebo, obviamente, como é que não houve outras «Lisboas Subterrâneas» nestes últimos 25 anos. Acho que é de facto importante pensá-lo e pensá-lo mesmo numa ótica global. É claro que no projeto da Lisboa Romana (e eu estou envolvido nele), é muito importante fazer-se uma exposição de Lisboa Romana, mas isso não anula a outra exposição. Particularmente importante, esse sim, acho que é provavelmente um dos passos que mais faltava, é justamente aquilo que o António Marques mostrou agora, as iniciativas da «Arqueologia no Bairro». A «Arqueologia no Bairro» é justamente uma forma de colocar a arqueologia e a relevância da informação e do conhecimento arqueológico à disposição da população, tocando diretamente as pessoas, porque uma das falhas que a arqueologia tem, de uma forma mais ou menos sistemática, é a capacidade de explicar às pessoas, explicar ao público em geral, a razão de ser dos transtornos que frequentemente a intervenção arqueológica causa. Portanto a pessoa vem, tem lama, tem o tabique na rua, tem não sei o quê, e diz «Então, isto nunca mais acaba?», «O que se passa aqui?», etc., etc. E não há uma informação, uma explicação para as pessoas, uma justificação, mesmo do ponto de vista social, de qual é a importância da intervenção arqueológica que ali se faz.

Têm aparecido núcleos museológicos que, penso, precisavam de uma revisão. O Núcleo Museológico do Castelo de São Jorge, que tem um espólio fantástico, na minha opinião. Eu digo muitas vezes que quem montou aquela exposição nunca a deve ter visitado, porque se a visitasse percebia, por exemplo, que o tipo de iluminação é completamente inadequado. As peças morrem dentro das vitrinas pelo tipo de iluminação que têm. E outros detalhes desse género, que são incrivelmente coisas muito simples de corrigir, sob todos os pontos de vista, quer do ponto de vista técnico, quer do ponto de vista financeiro. Não se percebe como é que a atitude geral é montar a exposição, montar a mostra, e ir embora e fica lá a mostra, entregue a si mesma, sem mais.

Acho que há, também, uma incapacidade, ao longo destes anos, a qual deveremos repensar seriamente, a incapacidade de a arqueologia se inscrever na história da cidade. Por exemplo, para mim, fez-me uma confusão tremenda que se tivesse passado pelas comemorações do terramoto de 1755 com colóquios, exposições, tudo e mais alguma coisa, e a arqueologia não tenha lá estado quando existia, em termos de informação, um acervo gigantesco proporcionado pelas diversas intervenções arqueológicas na cidade, sobre os efeitos no terramoto na cidade. Como me fez muita impressão, por exemplo, que a arqueologia não se tivesse chegado à frente, e de alguma forma imposto (se fosse caso disso), quando se realizou a exposição sobre a cidade no Museu Nacional de Arte Antiga. Tudo aquilo viveu da iconografia da cidade, sem que se incorporasse e se envolvesse também uma apresentação, uma exposição das realidades materiais da cidade.

E agora, aqui num tema mais polémico. Eu não percebo, continuo a não perceber (de todo), a imobilidade do museu da cidade de Lisboa. Eu já o escrevi várias vezes, Lisboa é a cidade de onde a Europa saiu para o mundo e onde o mundo entrou na Europa. Onde é que isso está em Lisboa? E porque é que Lisboa não tira partido disso?

Se não conhecem, aconselho, o Museu da Aquitânia, em Bordéus. Tem um piso dedicado ao tema «Bordéus, porto do mundo». Qualquer lisboeta como eu treme de indignação ao entrar naquela exposição. *Bordéus, porto do mundo*, como assim? E digo-vos, se não conhecem, recomendo. É uma exposição absolutamente extraordinária, que não foge a nada e apresenta tudo. Quando digo não foge a nada, tem lá o tema do comércio triangular e da escravatura perfeitamente apresentado, de uma forma absolutamente sóbria e digna. Fala dos lados mais violentos, como também dos menos violentos (não digo positivos, como é óbvio, porque seria manifestamente exagerado). É absolutamente fantástico como chegamos ao dito Museu da Aquitânia e temos «Bordéus, porto do mundo»; e chegamos aqui, a Lisboa, e aquilo que Lisboa apresenta, ou como se apresenta ao mundo (sem desprimor para a Sicília), é como se fosse uma espécie de aldeia siciliana, assim um bocadinho maior, com roupa pendurada à janela, com *tuk-tuks* e com o *very typical*. Quer dizer, não consigo perceber, como é que não existe efetivamente uma iniciativa muito forte e muito firme, na produção de um espaço (eventualmente o Torreão Poente, que é o sítio ideal, até pela sua localização), um espaço em que a cidade de Lisboa se apresente. A manutenção do Museu da Cidade no Palácio Pimenta não faz sentido nenhum, porque ninguém vai ao Palácio Pimenta para conhecer a história de Lisboa. É um bocado absurdo ir à periferia de Lisboa, à periferia histórica de Lisboa, para conhecer a cidade propriamente dita.

Uma vez mais, e penso que isso é o fruto desse também excesso de liberalismo que existiu na regulação das questões da cidade de Lisboa, foi ter-se criado aqui, no espaço mais do que nobre da Praça do Comércio, aquele equipamento inenarrável chamado *Lisbon Story Centre*, que é uma coisa inqualificável. Eu às vezes costumo dizer que, se houvesse uma ASAE (Autoridade de Segurança Alimentar e Económica) na Cultura, já tinha sido encerrado. Porque do ponto de vista do discurso histórico e museológico é inqualificável. É o livro de História da 4.<sup>a</sup> classe do Estado Novo em que estão lá os *clichés* todos. Desde o enérgico Marquês de Pombal a reconstruir a cidade quando o débil D. José foge cheio de medo e não sei o que mais. Está lá a Lisboa, cidade católica, onde parecia que havia umas coisas da Inquisição, que de vez em quando fazia umas coisas, mas enfim nada de especial. A grande epopeia dos Descobrimentos, depois representada museologicamente com um barco, um bote partido, com uma criatura lá dentro que parece que tem mais pena da epopeia do que de outra coisa qualquer. Ou mitos, mitos perfeitamente absurdos, como por exemplo, pôr lá a reconstituição da suposta passarola do padre Bartolomeu de Gusmão e dizer que, assim como Portugal foi pioneiro nas navegações marítimas, também foi pioneiro na navegação aérea. Está lá! Se nunca viram, vão lá ver que ficam estarecidos.

E muitas outras coisas do género, para além dos erros... Enfim, coisas que só se sabem lá. Como, por exemplo, que Lisboa era uma colónia grega na altura em que os romanos chegaram e outras coisas do género, mas enfim. E reparem, num equipamento daqueles. Como é que é possível que o Turismo de Lisboa (em roda livre, digo eu) crie

uma coisa daquelas e que se deixe que aquilo continue a existir, transmitindo a informação que transmite a todos os jovens ou turistas que visitam aquele espaço? Aquele é um espaço de deseducação, de desinformação. É um assunto sério. É um assunto muito sério que merecia atenção; já para não falar de outros aspetos museográficos que são completamente incríveis. Não se percebe como é que um equipamento museográfico do século XXI (que é a parte até mais engraçada), quando aparece lá a reconstrução do armazém e se fala dos diversos produtos que vêm de remotas paragens... como é que se faz um equipamento museográfico no século XXI que não tem cheiros? Que não explora a sensorialidade olfativa?

Ou aquela história (ainda mais incrível) do Miguel de Vasconcelos, que ninguém percebe muito bem o que lá está a fazer, apresentado como uma espécie de suicida de subúrbio, com uma caixilharia de alumínio. Não, aquilo é inenarrável, inenarrável sob todos os pontos de vista! Efetivamente, aquilo que nós verificamos é que o que há para apresentar sobre a história da cidade de Lisboa no lugar nobre (vejam bem, a Praça do Comércio, não é um sítio qualquer) é uma coisa daquelas. É uma coisa daquelas, perante a passividade de estruturas sérias, dedicadas à Cultura, ao Património, etc., etc., quer na cidade de Lisboa, quer na administração central. Não consigo perceber, sinceramente.

Ou seja, aquilo que eu pretendia suscitar como temas de debate (se estiverem de acordo) é justamente falarmos disto, a arqueologia e o conhecimento da história da cidade, as incorporações e musealização *in situ* (e, reparem, esta musealização *in situ*, uma vez mais insisto, não é uma musealização que passa somente pela cota negativa, não passa somente pelo que está debaixo da terra, mas pela relação entre a cota negativa e a cota positiva), e as exposições e outras interações com o público.

Acham bem estes três temas?

Quem é que quer começar a primeira intervenção?

Tânia Casimiro (TC): Posso ser eu?

CF: Claro, faz favor...

TC: Pegando no primeiro ponto... Isto são pontos muito difíceis e vai ser muito difícil eu abordar... os dois últimos há muita coisa a dizer, portanto vai ser difícil. Podia pegar nas coisas negativas, mas eu não sou uma pessoa negativa e eu vou esperar a ver se alguém pega nisso, mas sobre a Lisboa subterrânea, e já aqui todos falámos, porque é que paramos sempre em 1755? É esta a grande confusão que me faz nos últimos tempos. Porque é que temos esta ideia de que Lisboa só é grande até 1755 e depois, de repente, lá está, acabou tudo?

CF: Veio o terramoto e morreram todos...

TC: Pois, isto é uma coisa que às vezes eu falo com os meus alunos e com as pessoas. E eu pergunto assim: «O século XVIII é assim aquele século fantástico da história da humanidade, é o século do Iluminismo, das revoluções e tudo, mas Lisboa teve um terramoto... e pronto... E então, o que é que se passou? E que mais? Que ideias novas? E que

contactos internacionais?» Nada, Lisboa teve um terramoto, que destruiu tudo e assim ficou.

Claro que o terramoto é fundamental e acho que ele deve estar em todo o lado. Agora, a questão é: porque é que não pensamos no potencial de tudo aquilo que temos em vez de pensarmos nas coisas negativas e em todo o potencial que temos para explorar uma Lisboa que vai desde a Antiguidade até ao século XX? Recentemente e felizmente, com as nossas explorações das questões de arqueologia contemporânea, felizmente cada vez há mais intervenções; no entanto, se formos ao Endovélico, há mais intervenções relacionadas com a Pré-História do que com o mundo contemporâneo. Não é por falta de a informação ter aparecido, de certeza. É por ela não ter sido registada ou considerada quando deveria ter sido. Novamente, felizmente, eu cada vez recebo mais mensagens de pessoas que me mostram coisas, mesmo artefactos e coisas do século XX, até já mesmo do século XXI, que são apanhadas e recuperadas e, se calhar, convém valorizá-las. E eu não estou a falar da arqueologia industrial, que essa já está mais do que garantida e valorizada, e eu não acredito, ao contrário de alguns arqueólogos, que o século XX seja pura e exclusivamente industrial. Eu acho que há uma sociedade contemporânea que pode não estar relacionada com a industrialização. Por exemplo, a Lisboa portuária, a Lisboa das pessoas, das massas, é fundamental. E isto prende-se com outra questão, quanto mais próximos, mais temos o que guardar, maior é a quantidade de informação. Temos de guardar tudo? Se calhar não. Se calhar temos de pensar que informação isso nos dá. Se eu estiver a escavar no Largo do Carmo, por exemplo... e estou ali a escavar, levanto a calçada, e tenho palhinhas e uma série de copos de plástico dos bares que lá existem, eu vou guardar aquilo? Não! Mas se eu for mais abaixo e chegar aos níveis de 1974, se calhar quero guardar as cápsulas que lá me aparecem, porque podem ter importância histórica e estar em exposição na cidade.

A minha questão é, mais, vamos pensar menos como arqueólogos clássicos ou medievais, e menos como arqueólogos modernos, mas vamos pensar mais como arqueólogos. Vamos pensar mais na longa duração e nesta aproximação enorme que a cidade tem e deste potencial que se pode trazer à questão e mesmo despertar a memória e o sentimento das pessoas que ainda se lembram desta Lisboa que pode ser arqueológica ainda para eles.

E tenho muito mais para dizer, mas vou-me calar.

CF: Mas Tânia, desculpe, em relação ao que diz respeito ao século XVIII, e eu volto a esse tema, Lisboa está aí! É, como explicou o professor José-Augusto França, é a grande urbanização iluminista, que tem, note bem, um fantástico centro de interpretação, dessa Lisboa iluminista, no Palácio Pimenta.

TC: Sim, mas não do ponto de vista arqueológico. Sempre do ponto de vista historiográfico.

CF: Não, não, mas a questão, repare, passa por aí e é por isso que eu insistia no tema do não dissociar a cota positiva da cota negativa, percebe?

No Núcleo da Rua dos Correeiros, no NARC, tem lá os esgotos da cidade que está por cima. Mas quer dizer, não faz sentido mergulhar o olhar para o subterrâneo esquecendo o que está por cima.

TC: Mas nós, quando entramos em obra, muitas vezes, o que encontramos é um edifício completamente desprovido, com as paredes completamente limpas e já com tudo arrasado. O que interessa é o que está lá em baixo.

Agora cada vez menos, vá, é verdade, mas ainda se continua a assistir a isto, portanto...

CF: Vou passar a palavra ao Fernando Real. Ele é que é o culpado, ele é que mandou na arqueologia durante muitos anos.

Fernando Real (FR): Não tanto assim. Boa tarde a todos. O Carlos Fabião há pouco dizia «Porque é que nos últimos 25 anos não houve uma exposição de síntese como esta da Lisboa'94?» Eu interroguei-me, falei para os meus botões e disse assim: «Como é que surgiu a Lisboa'94?»

Penso que neste enquadramento desta sessão sobre a arqueologia em Lisboa era interessante passar este testemunho. Nós víamo-nos confrontados, na década de 80, com uma intervenção que correu bem, no fim, mas que no princípio andou com imensas dificuldades, que foi a intervenção na Casa dos Bicos. A equipa liderada pelo Clementino Amaro deitou mão ao processo que estava em curso, e conseguiu-se que os arqueólogos ficassem bem na fotografia dessa intervenção.

Depois, na década de 90, o Cabido da Sé contactou o então IPPAR por causa de um buraco que apareceu no claustro. O cônego Lourenço, de boa memória e que era uma pessoa excecional, pediu-nos se poderíamos ver o que se estaria a passar. Disse-nos assim: «Olhe, tem de mandar uma equipa de arqueólogos!» E foi tão simples. Descobriu-se que era um poço com tábuas podres que abateu e que se percebia que havia um preenchimento sedimentar logo a seguir à tábua. Disse-lhe assim: «Olhe, temos que ver.» Começou-se a fazer uma pequena sondagem e foi nesse desenvolvimento que se começou aquelas descobertas no claustro da Sé.

Depois vieram as obras do metro, da expansão da linha de ligação do Rossio ao Cais do Sodré. Em 92 começaram as intervenções no poço de respiração no Rossio e conseguiu-se que nesse local fosse sair a máquina que furava os túneis a grande profundidade. Então, conseguiu-se negociar com o metro que os arqueólogos iriam abrir de cima para baixo e libertar os sedimentos antrópicos. E enfim, foram as descobertas que conhecemos, fantásticas, que ocorreram ali na Praça do Rossio.

Depois, em 93/95, há a intervenção no Cais do Sodré e aparece o barco do século XVI, que já está publicado há algum tempo. E nós somos um país de navegadores, mas é dos livros que a gente sabe, não há vestígios materiais. Portanto, conseguiu-se com um pouco dessa argumentação fazer uma intervenção cuidada.

Surge em 93 a ideia de fazer a Lisboa 94 com uma quantidade de meios financeiros nunca vistos até então. Na altura, no Instituto Português de Museus estava a Dr.<sup>a</sup> Simonetta Luz Afonso...

CF: Era a Capital Europeia da Cultura...

FR: Era a Capital da Cultura, exatamente. Houve uma conversa, eu próprio tive uma conversa com ela e disse-lhe: «Nós temos de aproximar as pessoas da arqueologia» e que era muito útil pensarmos um bocado na arqueologia social, não só na arqueologia científica como muito se vivia até essa altura. (É uma coisa que eu tenho batalhado toda a vida.) Ela agarrou logo a ideia, começaram-se a juntar 2 + 2 e conseguiu-se organizar essa exposição.

Depois disso, eu julgo que a arqueologia tem vivido sempre no sobressalto do quotidiano e das dificuldades que têm surgido, portanto não se reuniram condições que permitissem, do meu ponto de vista, essa outra grande exposição de síntese.

Há pouco, o Carlos Fabião falou também numa outra questão que me preocupa imenso, que é a questão do claustro da Sé. Eu penso que podemos ter ali uma janela sobre a Lisboa arqueológica fantástica e posso partilhar convosco uma situação que vivemos de há uns anos a esta parte em que aquilo esteve para ser tudo aterrado. Tudo aterrado, que era a solução mais simples, repor o claustro como o que lá esteve. E nós defendíamos que a ideia era repor o claustro, porque o claustro faz sentido com um jardim no meio, mas tem uma Lisboa subterrânea por baixo e que tinha pé direito para poder ser musealizado. Quando soubemos que essa intenção era real e efetiva, a estratégia que os arqueólogos adotaram, todos nós arqueólogos que estávamos ligados ao processo, foi retirar as terras dali o mais rápido possível com a falta de espaço que havia «para trabalhar». E então conseguiram-se remover as terras e para repor o aterro novamente, para os sedimentos serem lá repostos, teria custos insuportáveis, portanto, daí que depois aquilo tenha estado parado uma série de anos e agora avançou-se para a questão da musealização, que eu não sei quando é que estará pronta, mas que prevejo que seja dentro de um, dois anos, não sei.

CF: Publicamente... e está publicado, o anúncio da primeira musealização do claustro da Sé era para ter sido feito no âmbito da Expo 98.

FR: Pois... sem comentários.

CF: Está publicado.

FR: Já acabei.

CF: Já agora, deixa-me só recordar uma coisa nesse historial que tu aí passaste que é uma coisa que as pessoas podem comprovar. Eu na altura fiquei muito traumatizado, mas quando em 1988 se construiu o coletor da Baixa, de captação dos esgotos, chamei nessa altura a atenção para o assunto e perante as dificuldades encontradas na administração escrevi um texto, que entreguei na altura ao Vicente Jorge Silva, que era diretor da revista do *Expresso*. Ele ficou entusiasmadíssimo porque não acontecia nada nessa altura e ele disse: «Este texto é fantástico! Eu vou chamar isto à primeira página!» E, na semana

em que ele ia chamar o texto à primeira página, o então secretário-geral do Partido Socialista, depois vice-governador do Banco de Portugal, fez a sua célebre conferência de imprensa a dizer que o Dr. Mário Soares interferia no Partido Socialista e que, por isso, se ia demitir e, portanto, a primeira página com a notícia sobre o coletor da Baixa foi-se e aquilo passou para uma página interior do jornal *Expresso*. Mas, nessa altura, houve efetivamente alguma pressão jornalística, sempre contraposta de que «Não, que aquilo não tinha importância nenhuma» e que não sei quê, não sei que mais. A Ana Sousa Dias até foi a jornalista que tratou disso e, portanto, eu digo isto, pois quem se quiser dar ao trabalho de ver o *Expresso* de 1988, está lá e, pura e simplesmente, não teve nenhum efeito, não se fez nada. Era um corte estratigráfico que atravessava toda a cidade de Lisboa, desde o Regueirão dos Anjos até à Praça do Comércio. Toda!

Raquel Policarpo (RP): Boa tarde. Desculpa, Jacinta, queres falar primeiro?

Eu gostava só de dar um apontamento sobre um outro ponto de vista, que é o de quem está do outro lado. Estamos todos aqui a falar como arqueólogos, que é o que eu e a Inês somos, mas nos últimos anos temos estado a trabalhar no outro lado, que é mostrar arqueologia às pessoas. Temos uma série de visitas arqueológicas e fazemos percursos arqueológicos em Lisboa. Temos uma empresa sobre isso. Escrevemos um livro também sobre isso (passe a publicidade).

CF: Mas isso não é o outro lado... é o mesmo lado...

RP: Sim, também, exato, mas nós temos a sorte de conseguir olhar Lisboa pelos olhos dos visitantes, sejam portugueses ou estrangeiros, e há muitas coisas positivas que devem ser referenciadas. Primeiro, em termos da relação com os portugueses, acho que podemos dizer que já passámos à frente o efeito chamado Foz Coa, apesar de pequenos apontamentos aqui e ali, mas era sobre o que todos nos falavam no início, era sobre Foz Coa.

Acho que as pessoas já começam a ver o valor, para além do incómodo, para além das obras. Temos centenas de portugueses que vêm todos os anos fazer os nossos percursos e, em termos do que se faz em Lisboa, temos visto, para nós, que fazemos disto o nosso trabalho, temos visto uma evolução muito positiva naquilo que podemos mostrar às pessoas. Quando começámos tínhamos o NARC, a Sé e o Teatro Romano. Hoje já temos hotéis, temos o castelo, temos uma casa de banho ao pé da Sé, várias coisas. Nota-se uma evolução positiva e para nós, para aquilo que podemos mostrar, isso é bom. E como o Dr. Carlos Fabião há pouco estava a dizer, é preciso cada vez mais conseguir e manter os vestígios arqueológicos à vista. Às vezes, nem é preciso uma musealização a 100%. Por exemplo, os múpis do projeto da Cerca de Lisboa, com as reconstituições visuais ou as pedras da calçada ali ao pé do Pátio de Alfama, às vezes essas pequenas achegas já são uma grande ajuda para as pessoas conseguirem visualizar. Para as pessoas conseguirem imaginar o que temos. Mas depois, claro, há pormenores que não são pensados ao nível da divulgação, é verdade...

Nós, que temos acessos às conferências, às publicações científicas, conseguimos trazer essa história e conhecimentos que a arqueologia está a desvendar, nós conseguimos

ter acesso a eles e passá-los, mas é verdade aquilo que estava a dizer — aquilo que a arqueologia descobre não está a passar para o conhecimento histórico do que é Portugal. Parece que é a arqueologia de um lado, os historiadores do outro, e os livros de História da pré-primária para a frente continuam a dizer exatamente as mesmas coisas que diziam há 10/15 anos e nada daquilo que andamos a perceber sobre Lisboa está a passar. Portanto, nós tentamos fazer essa atualização, agora vamos ter uma trabalhadeira enorme a explicar às pessoas que afinal o criptopórtico não era um fórum portuário, eram umas terras, mas tentamos fazer essa atualização, mas realmente essa informação não passa.

E uma das coisas que o Dr. Carlos Fabião disse, também, é a tal ideia de ter um museu que conte a história de Lisboa, do princípio ao fim, com uma lógica, com uma organização, era essencial. As pessoas hoje vêm a Lisboa. As pessoas de fora de Lisboa, seja de fora do país, não conseguem ter em lado nenhum acesso a esta história e acabam por a ter muito fragmentada. Ou pelo *Lisbon Story Centre*, ou pelos guias turísticos que hoje trabalham em Lisboa e que nem sempre divulgam a informação de forma correta, numa altura em que nós vemos no mundo e nas redes sociais que está a haver cada vez mais um problema em divulgar informação honestamente. Eu vou dar um exemplo: nós temos um passeio que é à Lisboa islâmica e, num dos últimos *posts* no Facebook que fizemos sobre ele, tivemos a sorte que ele se tornou viral. E estamos a falar da Lisboa islâmica antiga, mas começámos a ter comentários sobre a Lisboa islâmica moderna. A perguntar-nos se íamos começar a defender os muçulmanos e a *hijade* o ISIS e a construção da mesquita? Está a começar a haver cada vez mais necessidade de ter uma visão muito honesta acerca disto tudo. Acerca do comércio triangular, acerca da escravatura, acerca daquela visão que o Dr. Cláudio Torres falou numa grande entrevista ao *Público*, no ano passado, sobre como de facto se fez a expansão islâmica na Península Ibérica e em Portugal. Eu não sei, mas eu vou ver sempre os comentários destes artigos e havia centenas de comentários de pessoas revoltadíssimas com a visão do Dr. Cláudio Torres, que já é conhecida dos arqueólogos há muito tempo, sobre como afinal nós não fomos conquistados à força e que estávamos a tentar reescrever a história e que o que ele estava a tentar fazer era islamizar o país. Portanto, estas ideias têm de ser vistas de uma forma mais abrangente, apresentadas ao público de uma forma mais honesta.

E, pronto, eu concordo plenamente com a necessidade de fazermos um museu num sítio muito central, que fale sobre a história de Lisboa e como estamos constantemente a desenvolver esse conhecimento e o papel de Lisboa no mundo, de forma honesta. Obrigada.

Jacinta Bugalhão (JB): Sou eu? Boa tarde. Eu queria referir um aspeto também lançado na introdução do Carlos Fabião, e que me parece que é fundamental para discutir entre arqueólogos. A arqueologia de Lisboa é fantástica e fabulosa, como hoje aqui amplamente foi referido, e enfim, como todos os que aqui estão seguramente sabem, mas também é esmagadora.

Quando o Carlos Fabião referiu, e bem, na minha opinião, concordo que nem pouco mais ou menos a investigação que tem sido feita acompanha a investigação arqueológica, entendidos estejamos, não acompanha o volume ou o ritmo da recuperação de dados, é pura verdade e, acrescentou o Carlos Fabião, essa é a responsabilidade dos

arqueólogos. Eu tenho de concordar porque não há maneira de não concordar, porque é a verdade. Mas a verdade também é que nós temos, penso eu, devemos olhar para esta lacuna, esta falha, que também é comum a outros aspetos da arqueologia em Portugal, portanto a dificuldade de o processo de investigação acompanhar a intervenção de campo, digamos assim. Mas em Lisboa, muito em particular, essa dificuldade é muito, muito, muito avolumada. Porquê? Porque quanto mais dados há, quanto mais informação há, mais difícil é fazer a investigação. E é extraordinariamente difícil fazer investigação sobre o contexto de Lisboa, como todos aqueles que estão nesta sala e os que não estão também, que já experimentaram fazer ou a fazem com alguma regularidade, sabem. É muito, muito, muito difícil. E os arqueólogos, os investigadores, os arqueólogos investigadores, ou seja, os que fazem investigação regularmente ou esporadicamente, têm uma vida muito complicada. E nós temos de ser realistas nisto, porque se não nós não vamos conseguir, ou pelo menos tentar, resolver o problema. Tem de haver forma de dar apoio à investigação... eu não gosto da palavra apoio no sentido de... Ou seja, tem de ser pensado um sistema que possibilite a investigação científica sobre os dados arqueológicos recuperados na cidade de Lisboa de forma mais realista. Porque não pode, não é possível, não é viável que ela seja apenas feita à custa do sacrifício pessoal dos investigadores, como tem sido e como é normalmente. Mas isso não chega! Nem nunca vai chegar, porque o volume dos dados é esmagador! Porque a complexidade das questões é também esmagadora! Porque a cidade como objeto científico é muito complexa e nós não vamos conseguir dar este passo relativamente à construção de um discurso histórico de base arqueológica consistente e cientificamente sólido se não houver uma estrutura de apoio à investigação, eventualmente dirigida especificamente à cidade de Lisboa, que não existe. E, na minha opinião, e vou terminar já, isso tem tudo a ver com tudo o que acabou de ser referido aqui atrás de mim. Porquê? Porque, penso eu, e não estarei a dizer nenhuma coisa extraordinária, que só haverá transmissão para os níveis de divulgação ou de ensino, no que diz respeito à educação, de informação histórica diferente ou de atualização da construção histórica, ou do discurso histórico, melhor dizendo, quando houver um discurso científico consistente, solidamente implantado e construído, e difundido, e publicado, e enfim... Portanto, nós não conseguimos começar esta, ou melhor, nós temos de conseguir construir esta casa por todos os lados ao mesmo tempo, desde os alicerces, aos telhados, às janelas, às paredes, a tudo. Não podemos esperar pelos alicerces, depois pelos pavimentos... Não podemos, isso é verdade. Não se pode estar à espera senão não se faz nada, tem de se começar por todos os lados ao mesmo tempo, mas a verdade é que os alicerces são muito importantes e, neste aspeto, penso eu, que os alicerces serão a investigação. E não há condições nenhuma para haver investigação científica com base nos dados arqueológicos da cidade de Lisboa neste momento. Não há mesmo condições. É muito difícil. E não adianta nada dizermos que a culpa é dos arqueólogos, porque nem que os arqueólogos fossem todos santos, canonizados, isso era possível. Que não dormissem e que não tivessem família, nem amigos, nem vida social e não fizessem mais nada na vida a não ser investigar.

Ana Arruda (AA): Boa tarde. Eu queria voltar um bocadinho atrás desta questão toda... E é uma pergunta um pouco na sequência da intervenção do António, que é o

seguinte: falou-se, e falou-se bem, da questão da gestão dos espólios e das capacidades ou incapacidades espaciais dessa questão e dos materiais arqueológicos que resultam das escavações. Devo confessar que também me pergunto muitas vezes, e isso aflige-me até mais do que os espólios, porque os espólios não são a única coisa que resulta de uma escavação arqueológica. O que resulta de uma escavação arqueológica é um registo de campo que comporta fotografias, *slides*, desenhos, quotas, perfis, plantas, fichas de unidade, etc., etc., etc. E todos nós arqueólogos sabemos disso porque temos as paredes forradas do espaço onde trabalhamos com esse tipo de documentação. Onde é que andam esses dados? Onde é que param esses registos? Porque senão, a dada altura, temos o espaço do Rego, cuja rua eu comparto, cheio de materiais arqueológicos que, qualquer dia, por não estarem associados...

JB: Há os relatórios...

AA: Não, porque um relatório de escavação é uma coisa. Um relatório é um relatório, portanto não tem a quantidade de informação suficiente para depois se poder integrar devidamente os devidos espólios. O que é feito dos negativos, dos positivos, dos *slides*, dos registos atuais, das fichas de unidade, etc., do registo de campo?

JB: E dos ficheiros digitais...

AA: E dos ficheiros digitais atualmente?

António Marques (AM): Pois, em relação a essa situação da documentação, obviamente que deveria ser entregue, mas poucos, poucos colegas fazem isso. Aliás, digo várias vezes que a Jacinta é das poucas pessoas que até à data nos entregou tudo da documentação de campo, desenhada no terreno, desenhos feitos, registos de terreno, de fotografia. Eu tenho tido essa discussão com vários colegas e acho inacreditável que muitas vezes me digam que não existe. Que é só aquilo. Porque também, neste momento eu noto, e isso é também uma coisa interna, que nós temos de resolver, e temos de tratar, e temos de começar a enquadrar é que também está a haver uma desmaterialização do registo. E há muita coisa que é digital. Que é feita diretamente. Faz-se a fotografia e o desenho é feito depois no computador em casa. Isso é uma prática mais que corrente.

CF: Mais uma razão para ser partilhada.

AM: Mas isso é entregue com os relatórios. Entregam-nos sempre. Nós só aceitamos espólio, a não ser que haja casos excecionais, com a entrega do relatório final aprovado e toda a documentação anexa.

AA: Mas há imensas coisas que são encontradas, conjuntamente com outras que as contextualizam e que possibilitam a leitura dos sítios.

AM: Exatamente. Faz sentido. Eu pergunto sempre isso também. Eu pergunto: «Mas vocês não preenchem fichas no campo?»

CF: É de lei... Se me permitem aqui um pequeno ponto de ordem. Quando eu falo da culpa dos arqueólogos, e respondo à Jacinta, comento o que disse o António e o que está a ser dito agora. Tudo isso está na lei. Ou seja, se não há informação mais consistente nos relatórios das intervenções arqueológicas é porque a tutela aceita que assim seja, em primeiro lugar. Se não há ... Há problemas com conservação e restauro, problemas seríssimos, eu acho que estamos efetivamente em fase de catástrofe nacional, de conservação e restauro dos materiais sensíveis, mas isso está na lei também. Está na lei que é obrigatório quem faz as intervenções arqueológicas proceder ao plano de conservação preventiva e de conservação passiva dos espólios e ninguém faz. Assim como a entrega da documentação das escavações está na lei. Tudo isso. Há todo um quadro legal para resolver todas estas diversas questões de que estamos a falar, basta somente que a tutela diga: «Olhe, falta isto», «Olhe, falta aquilo», «Olhe, onde é que está aquilo?»

AM: Muitas vezes entregam as fichas de unidade, UE. Há alguns arqueólogos, há empresas que entregam. E entregam em digital, só, não entregam em papel. Mas isso a mim não me faz confusão... agora há muita gente, há muitos que não entregam. Nós, se calhar, numa próxima revisão do nosso regulamento de aceitação de materiais, podemos criar ainda mais. Mas aí vamos estar a assumir que vamos estar a criar mais um embaraço para a entrega de espólio, porque neste momento a maior parte do espólio não é entregue. E vamos assim aqui criar mais uma pedrinha no sapato. E eu começo a pensar (e oxalá eu esteja a ser injusto com aquilo que eu estou a dizer), mas eu acho que há muitos colegas, que há muitos registos de campo que não fazem. Pura e simplesmente, não fazem.

CF: Fazem depois...

AM: Fazem depois, sim, pois, se calhar estou a ser injusto. Se calhar estou a ser injusto, não é verdade, pronto, não interessa, mas eu às vezes fico com essa perceção, sinceramente.

AA: Eu queria falar em relação àquilo que a Jacinta falou sobre a questão das publicações e que se prende também, de alguma maneira, com aquilo que a Inês e a Raquel também comentaram. Ora bem, como se disse já muitas vezes, não há divulgação de qualidade sem investigação científica de qualidade que a suporte. Isto já é quase um chavão, mas, na verdade, é um chavão que se mantém atual, pelo menos na minha perspetiva. Agora, a questão de culpar ou não culpar os arqueólogos... Bom, é evidente que nós temos essa responsabilidade, porque quando assumimos uma intervenção arqueológica, até creio que está na lei, somos obrigados a publicar devidamente os resultados obtidos. Na lei está tudo... aparentemente somos é muito pouco cumpridores. Mas, por exemplo, no Alqueva, que também era uma informação esmagadora, isso foi conseguido e

publicaram-se não sei quantos volumes? Dez, doze, muitos, de toda, de quase toda ou de muita...

CF: A esmagadora maioria. Acho que foram quatro blocos que não publicaram.

AA: Eu diria que a maioria, a maioria publicou os resultados integrais das intervenções do Alqueva, portanto. E aí a informação também era completamente esmagadora e conseguiu-se fazer isso. Em relação à divulgação e à passagem é a mesma coisa, quer dizer, a verdade é que nós hoje sabemos que há licenciaturas, mestrados e até doutoramentos em Comunicação de Ciência; porque nós, como arqueólogos, aquilo que podemos fornecer é a informação e acompanhar a forma como essa informação depois é passada para o público, mas mais nada. Quer dizer, ou pelo menos eu não me sinto competente para saber fazer bem a divulgação de Ciência. Por isso é que há formação superior, em vários graus já, a esse nível. Como também não sou capaz de montar uma exposição sem um arquiteto e por aí fora, não é?...

Portanto, agora, em relação à publicação e aos arqueólogos, essa conversa, já ouvi de vários jovens, alguns dos quais meus alunos, meus antigos alunos, «Não me pagam para estudar cacos!» E eu respondo sempre: «A mim também não!»

CF: Não, não. Mas eu acho que isso aí tem que ver com os cadernos de encargos. Ou se aceita, ou não se aceita, tal como o relatório.

AA: Sim, têm de comportar. Tal como aconteceu com o Alqueva, em que a última tranche financeira só era paga às pessoas com a entrega de um texto editável.

CF: Deixa-me fazer uma retificação que é importante. As duas últimas tranches financeiras.

AA: Exatamente...

CF: A penúltima era exclusivamente para produzir as publicações.

AA: A monografia...

CF: E a última só era entregue mediante a apresentação dos respetivos manuscritos.

AA: Sim, sim, com o manuscrito editável, que foi pago. Portanto, isto, enquanto não estiver comportado nos cadernos de encargos, não há forma... evidentemente, se a pessoa não receber, acaba por produzir o texto.

Luísa Batalha (LB): Eu não tenho muito mais para dizer, porque os colegas já falaram, mas, em todo o caso, a Ana acaba por tocar no ponto essencial, que é realmente o caderno de encargos. Porque o estudo não está contemplado. Se não está contemplado... e isto vê-se a nível de empresas, portanto.

E o Carlos há pouco falava daquela questão de ser o bom arqueólogo. Nós, muitas vezes... eu acredito que as pessoas não têm tempo, porque eu estou sobretudo a referir-me às empresas, porque eles debatem-se com inúmeros trabalhos. E o que é que acontece? Falava-se também aqui... eu há 16 anos que estou a fazer trabalho *pro bono*. Porque toda a gente sabe que eu não estou ligada a nenhuma instituição em arqueologia. Eu trabalho a partir da minha casa. Portanto, a investigação é feita por mim. Isto é daquelas situações em que realmente... Quer dizer... É por amor à camisola que se está a fazer algum trabalho. Isto não é justificável. Não deveria acontecer.

CF: Mas também não vamos desejar que seja assim...

LB: Não, não, mas, ó Carlos, vamos lá ver uma coisa, vamos lá ver uma coisa... as empresas, e neste caso deveriam estar contemplados no caderno de encargos os estudos dos materiais.

CF: Exatamente.

AA: E serem pagos.

LB: E isto ninguém paga. Ninguém paga isso. E muitas das vezes o que acontece é que nós estamos a trabalhar com algumas empresas, porque já chegamos lá e pensamos e dizemos: «Isto precisa de ser feito... isto precisa de ser mostrado às pessoas.» Porque se não, vai-se salvaguardar pelo registo, que é ótimo... é essencial... Mas depois a maior parte do conhecimento está armazenado. Quer dizer... E as pessoas têm de ter conhecimento daquilo que se está a fazer, daquilo que se está a fazer efetivamente. Têm de se ver os resultados.

Falava também a Ana na questão do Alqueva... Eu estive dois anos e meio no Sabor. Fez-se ali, gastou-se ali milhares de euros. Eu estive a desenhar. Desenhei Idade do Ferro, desenhei Romano, desenhei enfim... desenhei para uma série... desenhei Moderno. Dois anos e meio a desenhar. E alguns outros colegas também. Resultados não existem. Andaram-nos a enganar. Anos a dizer que... enquanto eu lá estive, eu ouvi sempre dizer que a EDP se responsabilizava pela publicação. Até hoje... Nada! Absolutamente nada! Não saiu nenhuma publicação. Está ali trabalho. Está ali trabalho desde a Pré-História até à atualidade. Levantamentos que foram feitos, que não se conheciam e que se continua a não conhecer. E o que é ridículo no meio disto tudo é um colega, que foi coordenador, dizer para mim: «Olha, Luísa. Tu vê lá o que é que podes fazer...» E neste momento passa a batata quente para mim, passe a expressão, peço desculpa, mas neste momento passa para mim uma responsabilidade de fazer algumas publicações, dentro daquilo que me é possível fazer. Porque aquelas pessoas ganharam o seu dinheiro, aquelas pessoas investigaram, fez-se trabalho, foram-se embora, mas as publicações, o trabalho, tudo aquilo que era necessário para transmitir, passar cá para fora... e é muita coisa e é importante... está tudo por fazer. Muito obrigada.

Marisa Costa (MC): Boa tarde. Na qualidade de pessoa que consome os resultados dos *outputs* dos arqueólogos, gostaria de deixar uma nota positiva e, porventura, também uma sugestão mais prática que penso que poderá contribuir para mais fácil, ou melhor divulgação, dos resultados. Eu gostaria de lembrar que Lisboa, em termos de informação turística e histórica, não tem só o *Lisbon Story Centre* para oferecer ao visitante. Tem um grupo humano que se chamam guias-intérpretes. Os guias-intérpretes são as pessoas credenciadas para facultarem a informação, darem a conhecer a história da cidade e do país, mesmo que exista um museu que conte toda a história da cidade. Portanto, a esses guias-intérpretes, e não estou a falar do guia *free tour*, nem estou a falar do guia *tuk-tuk*, e muito menos do guia turístico que é o manual, não, é o guia-intérprete. E, portanto, a esses guias-intérpretes que, obviamente, como acontece em todas as profissões, há todo o tipo de guia-intérprete, mas que a maioria é uma pessoa que se interessa, que procura, a título individual, a título pessoal, ou a título de grupo, digamos assim. E neste caso refiro-me a uma associação à qual pertenço recentemente, com a qual não tenho nada que ver com a direção, portanto não estou a fazer publicidade nesse sentido, que é a Associação dos Guias-Intérpretes e Correios de Turismo, e que tem todo o interesse e toda a conveniência em obter esses resultados. Felizmente, o conhecimento dos resultados, a produção desse trabalho dos arqueólogos, graças às redes sociais, é possível, a título sobretudo individual, nós obtemos essa informação. Mas é sobretudo, penso eu, através deste potencial humano que vocês, arqueólogos, poderão fazer chegar a informação e colmatar-se, que é possível, que eu penso que é, os problemas que o *Lisbon Story Centre* apresenta. De qualquer maneira, eu acho estranho que o *Lisbon Story Centre* tenha um discurso tão erróneo, tão equivocado, mas tenha sido aprovado, oficialmente, pelo poder local. Mas eu acho que isso é outra história...

Agora, se me permitirem a sugestão, penso que as pessoas que aqui estão não são todas arqueólogas. Eu não sou arqueóloga, tenho formação em História. Muitos guias-intérpretes têm formação em história, formação em história de arte, formação em arqueologia, alguns até fazem investigação e, portanto, não sei, talvez pela Associação dos Arqueólogos e pelo CAL, contactarem um organismo que representa os guias, como é o caso da AGIC, ou do SNATTI, que é o sindicato, e proporem não digo uma ação de formação, mas cursos livres, que é o que está agora na moda designar-se, no sentido de facultar essa informação para que os guias-intérpretes, esses sim credenciados, passem a informação ao turista. Que não é necessariamente estrangeiro, isso que fique já aqui ponto assente, muito português tem realmente interesse e não sabe. Portanto, espero que a sugestão seja positiva.

CF: Eu acho que é uma excelente sugestão. Não sei se o António... António, ouviu aqui a sugestão? Ações de formação e trabalho com as associações dos guias turísticos?

AM: (...)

CF: Olha, Luís, eu não sei se podemos, porque me vieram dizer que já podia haver mais intervenções.

Luís Raposo (LR): É que a Associação dos Arqueólogos já começou esse trabalho.

CF: Sim? Já?

MS: De formação?

LR: De formação profissional acreditada.

CF: Mas contactando com as associações?

LR: Sim, sim.

CF: Bem, estão aqui a fazer-me sinal que temos de encerrar este debate. Vamos fazer um *coffee break*, uma pausa para café, para seguir depois a apresentação do guia.  
Muito obrigado a todos.

## Biografias dos Autores

---

**Simonetta Luz Afonso** é museóloga e gestora cultural. Conservadora dos Palácios Nacionais da Pena (1971-1974) e de Queluz (1974-1991). Diretora do Instituto Dr. José de Figueiredo (1981-1983). Presidente do Instituto Português de Museus (1991-1996). Comissária das Exposições Europália 91 e Lisboa Capital Europeia da Cultura'94. Comissária de Portugal na Expo 98 Lisboa e na Expo Hannover 2000. Presidente do Instituto Camões (2004-2009). Membro dos CA dos Museus Medeiros e Almeida e Vieira da Silva. Dedicou a sua vida profissional ao estudo, conservação e divulgação do Património e experimentou diversas soluções para a sua sustentabilidade e criação de novos públicos.

**Francisco Alves** é arqueólogo, tendo centrado a sua investigação na Arqueologia Náutica e Subaquática em Portugal, em vestígios de navios portugueses em qualquer parte do mundo e nos meios de transporte aquático primitivos, assim como no processo construtivo monóxilo, tendo dirigido variados trabalhos arqueológicos subaquáticos. Desempenhou diversos cargos de direção na Administração Pública, entre os quais se destacam a Direção do Museu Nacional de Arqueologia (1980-1996), a Direção do Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática do IPA (1996-2007) e do IGESPAR (2007-2012).

**Ana Margarida Arruda** é investigadora coordenadora e professora na Universidade de Lisboa, onde orientou 14 dissertações de doutoramento e 36 de mestrado. A sua investigação foca-se, sobretudo, em temas relacionados com os colonialismos antigos e nos meios indígenas em que estes atuaram, tendo cerca de 300 títulos publicados. Foi investigadora principal em dois projetos financiados pela FCT, participando em outros, competitivos, nacionais e internacionais.

**Ana Catarina Sousa** é professora da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e investigadora integrada da UNIARQ (Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa). Atualmente é vice-presidente do Conselho Diretivo do Património Cultural, IP. Desenvolve a sua investigação sobre as antigas sociedades camponesas (6.º ao 2.º milénio a. n. e.), sobretudo na Estremadura e Alentejo.

**Catarina Costeira** é arqueóloga na Câmara Municipal de Sintra. Investigadora integrada da UNIARQ (Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa). Integrou o projeto ARQUEOSIA (DGPC). Desenvolve a sua investigação sobre as antigas sociedades camponesas (4.º ao 2.º milénio a. n. e.), com especial enfoque sobre tecelagem.

**Ana Maria Costa** é geoarqueóloga no Laboratório de Arqueociências do Património Cultural, IP. Investigadora integrada no BIOPOLIS — CIBIO (Universidade do Porto) e investigadora colaboradora do Instituto D. Luiz (Universidade de Lisboa) e da UNIARQ

(Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa). Tem desenvolvido o projeto *Lisbon Stories* sobre a evolução ambiental e morfológica da linha de costa estuarina em Lisboa.

**Daniel van Calker** é investigador da UNIARQ, Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. Bolseiro de doutoramento (Fundação para a Ciência e a Tecnologia), subordinado ao tema das grutas-necrópole neolíticas e calcolíticas da Estremadura portuguesa.

**João Luís Cardoso** é coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras). Professor catedrático da Universidade Aberta, investigador integrado do IcareHB (Universidade do Algarve) e investigador colaborador da UNIARQ (Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa). Académico de Número da Academia Portuguesa da História e sócio efetivo da Academia das Ciências de Lisboa. Autor de mais de 800 títulos, entre os quais uma extensa bibliografia sobre a Arqueologia de Lisboa.

**Elisa de Sousa** é professora auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Integra a equipa da UNIARQ (Centro de Arqueologia), desenvolvendo estudos sobre as antigas comunidades da Península Ibérica durante o final do 2.º e o 1.º milénio a. C., com foco em aspetos socioeconómicos, territoriais, políticos e materiais. É autora de mais de 100 artigos científicos e quatro monografias, tendo participado em várias escavações nacionais e internacionais (Espanha, Itália, Tunísia e Líbano).

**João Pimenta** é técnico superior do Museu Nacional de Arqueologia. Investigador integrado da UNIARQ (Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa). Doutorado em Arqueologia pela Universidade de Lisboa (2022). Desenvolve a sua investigação em arqueologia desde os anos noventa do século passado, com especial incidência nos temas de arqueologia urbana, cartas arqueológicas, proto-história, período romano republicano, economia antiga, museologia, etc. Autor de cinco livros e de mais de 150 trabalhos de arqueologia em revistas nacionais e internacionais.

**Victor Filipe** é doutorado em Arqueologia pela Universidade de Lisboa, onde é atualmente professor auxiliar convidado a tempo parcial. Trabalha como técnico superior de Arqueologia no Município de Torres Novas, sendo ainda investigador integrado da UNIARQ. A sua investigação tem-se centrado sobretudo no estudo da economia romana no ocidente da Península Ibérica e nas relações comerciais desta região com o restante mundo romano, particularmente com a bacia do Mediterrâneo.

**Jacinta Bugalhão** é licenciada em História, mestre e doutora em Arqueologia, desempenha funções de arqueóloga desde 1989 no IPPC, IPPAR, IPA, IGESPAR, DGPC e PC, IP. Dirigiu diversas intervenções arqueológicas em Lisboa, dedicando-se ao estudo do urbanismo antigo da cidade. Trabalha em Arqueologia Pública e História recente portuguesa, nomeadamente: evolução da atividade arqueológica, arqueologia urbana (principalmente em Lisboa), arqueologia náutica e subaquática, organização institucional, legislação, profissão de arqueólogo e questões de género em arqueologia.

**Manuel Fialho Silva**, natural de Lisboa, é investigador do Gabinete de Estudos Olisiponenses da Câmara Municipal de Lisboa e membro do Centro de História da Universidade de Lisboa e investigador colaborador da UNIARQ. A sua tese de doutoramento em História Medieval na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, intitulada «Mudança Urbana em Lisboa Medieval: das Taifas a D. Dinis», foi publicada em 2022. Atualmente dedica-se à História dos Judeus em Portugal e à Arqueologia Medieval.

**Nathalie Antunes-Ferreira** é antropóloga e arqueóloga com doutoramento em Antropologia Biológica. É professora associada do Instituto Universitário Egas Moniz, coordenadora do Gabinete de Biologia e Identificação Humana do Laboratório de Ciências Forenses e Psicológicas Egas Moniz e investigadora integrada do Centro de Investigação Interdisciplinar Egas Moniz. É coordenadora científica e formadora em diversas atividades formativas extracurriculares na área da Antropologia Biológica e Forense.

**Francisco Curate** é licenciado em Antropologia, mestre em Evolução Humana e doutorado em Antropologia Biológica, investigador e professor no Centro de Investigação em Antropologia e Saúde (CIAS) do Departamento de Ciências da Vida da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, e professor convidado no Instituto Politécnico de Tomar.

**Tânia Manuel Casimiro** é licenciada em História (2003) e em Arqueologia (2004) pela Universidade Nova de Lisboa. Em 2005 concluiu o mestrado em Artefact Studies na University College of London. Em 2011 terminou o doutoramento em Arqueologia na Universidade Nova de Lisboa. Estuda a relação entre as pessoas e as coisas e como essa relação é fundamental na formação de identidade e ontologias globalizadas e glocalizadas. É sócia efetiva da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

**Carlos Boavida** é licenciado em História, variante Arqueologia (2007) e mestre em Arqueologia (2010) pela Universidade Nova de Lisboa. Tem estudado contextos medievais e modernos de Lisboa, Santarém e Castelo Branco. Colabora com várias empresas em visitas comentadas sobre a história e o património da cidade de Lisboa, com especial destaque para os achados arqueológicos. É sócio efetivo da Associação dos Arqueólogos Portugueses e do Grupo Amigos de Lisboa.

**Catarina Parreira** é arqueóloga, residente em Setúbal, realizou a sua licenciatura (2017) e mestrado (2019) em Arqueologia na Universidade Nova de Lisboa, com uma tese de mestrado referente à presença da faiança portuguesa no quotidiano do Convento de Nossa Senhora de Aracoeli, em Alcácer do Sal. Em 2024 integra o quadro técnico permanente da Cota 80.86, Unipessoal Lda., desenvolvendo diversas intervenções arqueológicas por todo o país, como diretora científica ou assistente.

**Miguel Martins de Sousa** é arqueólogo, natural e residente em Setúbal, realizou a sua licenciatura (2017) e mestrado (2020) em Arqueologia na Universidade Nova de Lisboa, incrementando temáticas decorrentes da Arqueologia Cognitiva na Arqueologia Moder-

na. Em 2024 integra o quadro técnico permanente da ArqueoHoje, Lda., desenvolvendo diversas intervenções arqueológicas por todo o país, como diretor científico ou assistente, além de colaborar em distintos projetos relacionados com a valorização de património histórico-cultural.

**João Sequeira** é licenciado e mestre em Arqueologia pela Universidade Nova de Lisboa, doutorando em História — Património na Universidade do Minho, com o tema «Humanizar a Arqueologia Industrial». Autor de vários artigos, tem como foco principal a arqueologia contemporânea, a teoria arqueológica, e a desconstrução de dogmas.

**Isabel Cameira** é licenciada em História, variante de Arqueologia, pela Universidade Nova de Lisboa (2005). Funcionária da Câmara Municipal de Lisboa desde 1996, desempenhou funções na área de Arqueologia/Património Industrial desde 2006, no Museu da Cidade. Atualmente integra o Centro de Arqueologia de Lisboa, na área de investigação do Património Industrial. Publicou *A Fábrica de Cerâmica Lusitânia*, da editora Apenas Livros, em 2008.

**Afonso Leão** é arqueólogo e investigador integrado do HTC-CFE na Universidade NOVA de Lisboa — FCSH. Ultimamente tem focado o seu estudo no passado recente, em especial no que diz respeito à prostituição feminina em Portugal durante a primeira metade do século XIX e início do século XX. A sua investigação procura fomentar a discussão em torno de vários aspetos da vida destas mulheres, criando perspetivas para o estudo destes agentes marginalizados.

**António A. da Cunha Marques** é arqueólogo municipal, natural de Lisboa, e, desde os anos 80, tem exercido a sua atividade profissional em várias autarquias portuguesas (Soure, Guarda, Belmonte e Lisboa). É desde 2015 coordenador do Centro de Arqueologia de Lisboa, da Câmara Municipal de Lisboa.

**Carlos Fabião** é professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, investigador do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ). Leciona na Licenciatura e Mestrado de Arqueologia. Orientou e orienta diversas dissertações de mestrado e doutoramento. É autor e coautor de cerca de duas centenas e meia de títulos: estudos monográficos, artigos científicos e obras de divulgação, publicados em Portugal e no estrangeiro.







N I M P R E N S A  
N A C I O N A L



CENTRO DE  
ARQUEOLOGIA  
DE LISBOA



N I M P R E N S A  
N A C I O N A L

© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA, NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO